



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS
NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

ALINE LUANE FANTINEL

**DO GRITO QUE CLAMA POR ATENÇÃO AO “INAUDÍVEL” QUE ECOA: UM
ESTUDO DISCURSIVO SOBRE AS VOZES DO AGRESSOR E DA AGREDIDA EM
FOTOGRAFIAS DO *PROJECT UNBREAKABLE***

CASCAVEL – PR
2018

ALINE LUANE FANTINEL

DO GRITO QUE CLAMA POR ATENÇÃO AO “INAUDÍVEL” QUE ECOA: UM ESTUDO DISCURSIVO SOBRE AS VOZES DO AGRESSOR E DA AGREDIDA EM FOTOGRAFIAS DO *PROJECT UNBREAKABLE*

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, nível de Mestrado e Doutorado - área de concentração Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual.

Linha de Pesquisa: Estudos da Linguagem: descrição dos fenômenos linguísticos, culturais, discursivos e de diversidade.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Cattelan.

CASCADEL – PR
2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Fantinel, Aline Luane

Do grito que clama por atenção ao "inaudível" que ecoa : um estudo discursivo sobre as vozes do agressor e da agredida em fotografias do Project Unbreakable / Aline Luane Fantinel; orientador(a), João Carlos Cattelan, 2018. 122 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós- Graduação em Letras, 2018.

1. Análise do Discurso. 2. Polifonia. 3. Vozes ideológicas. 4. Violência. I. Cattelan, João Carlos.
II. Título.

ALINE LUANE FANTINEL

DO INAUDÍVEL QUE ECOA AO GRITO QUE CLAMA POR ATENÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Estudos da Linguagem: Descrição dos Fenômenos Linguísticos, Culturais, Discursivos e de Diversidade, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



Orientador(a) - João Carlos Cattelan

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)



Luciane Thomé Schröder

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Alexandre Sebastião Ferrari Soares

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Roberto Leiser Baronas

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Cascavel, 29 de março de 2018

Ao meu amado pai, Eleci Luiz Fantinel,
por ter sido meu melhor exemplo do que é
ser homem, esposo e pai; por ter sido
meu maior incentivador; por ter
compreendido meu desejo de estudar; por
ter sonhado viver esse momento comigo.
Onde estiver, pai, realizamos um sonho!

AGRADECIMENTOS

É como diz um ditado popular “quem quer chegar mais rápido, vai sozinho, mas quem quer chegar mais longe, vai em grupo”: mais um ritual de passagem se finda e isso só foi possível porque não estive sozinha; por isso, é preciso agradecer.

Deus, obrigada pela vida e por mais essa conquista!

Amado pai: começamos esta jornada, mas não pudemos terminá-la juntos, ao menos fisicamente. Todas as vezes que desistir passou pela cabeça, foi pensando em ti, lembrando de todo seu esforço e incentivo que decidi continuar. Ainda lembro do seu sorriso quando contei que havia sido aprovada no mestrado; imagino que, agora, seu sorriso seria parecido. Obrigada, pai, por tudo!

Minha mãe, a força que habita em ti é invejável. Agradeço pelas abdições, por todo seu esforço, por toda sua paciência e pela confiança que depositou em mim. Não fosse você e o pai, nada disso seria possível!

Agradeço também meus tios, João e Iraci, meus padrinhos, Vera e João, meus primos, que sempre estiveram com as portas abertas para me receber. Estendo, assim, o agradecimento a toda família que, de um modo ou de outro, me ajudou.

Imensa gratidão àquele que teve papel fundamental para concretização deste trabalho: professor João Carlos Cattelan. Obrigada pelo caminho percorrido, pela orientação sábia e amiga, pela paciência que sempre demonstrou, por explicar incansavelmente as mesmas coisas, por respeitar minhas fragilidades, por compreender minhas dificuldades, pela confiança depositada em mim e, principalmente, por não desistir, quando até eu já havia desistido... naquele primeiro processo seletivo. Professor, tens minha gratidão e admiração.

Agradeço aos professores Roberto Baronas, Alexandre Ferrari e Luciane Thomé Schröder por terem aceito compor a banca desta pesquisa. Obrigada, professor Roberto pelas sugestões dadas desde a qualificação, que, certamente, contribuíram para a finalização deste trabalho. Professor Alexandre, sou grata, primeiramente, por ter te conhecido e por ter tido a honra de ser sua aluna. Obrigada pelas aulas sempre tão únicas e descontraídas e por apresentar a interface entre AD e Psicanálise, que tanto me atrai. Não sei se você sabe: em 2016, o dia mais esperado da semana, era as quartas-feiras, mais precisamente às 14 horas, quando iniciava sua aula. Eu até poderia chegar meio ‘jururu’, mas não voltava para casa sem ter dado alguma risada. Obrigada!

Professora Luciane: por onde começar a lhe agradecer? Obrigada por ter me apresentado a AD, ainda na graduação. Obrigada por ter sido tão gentil e por ter me incentivado a seguir os estudos. Principalmente, obrigada por, no último ano da faculdade, ter conversado comigo sobre meu tema e *corpus* de pesquisa, não sei se você se lembra, mas eu ainda lembro de algumas palavras suas: “Mas, Aline, tem certeza que você quer analisar um filme?” ... “Ah, agora sim, este material daria um ótimo objeto de pesquisa!”. Professora, você foi a primeira pessoa com quem partilhei o interesse em estudar as fotografias do *Project Unbreakable*, a primeira que, de um jeito tão receptivo, ouviu minhas inseguranças e encorajou-me a lidar com uma temática tão forte. É gratificante poder, neste momento, compartilhar o encerramento deste ciclo contigo, pois você ajudou a iniciá-lo. Obrigada, profe Lu.

Agradeço também a todos os meus professores que foram sempre motivadores e inspiradores. Professor Márcio e professora Raquel: obrigada por vislumbrarem essa possibilidade, ainda no ensino médio, e por terem tão carinhosamente aberto meus olhos para a “carreira acadêmica”. Obrigada a todos os meus professores da graduação, de um modo especial, professoras Rita, Clarice e Mirian pelos ensinamentos e pelas conversas que foram tão importantes.

Gratidão às meninas da AD: Isa, Andressa e Ana Paula. Sou grata pela amizade que construímos, pela solidariedade que sempre demonstraram ter e pela companhia nos momentos de alegria, de desespero e de ansiedade. De um modo especial, obrigada Isa, pela caminhada desde a faculdade, parece que foi ontem que estudávamos para ingressar no mestrado... Obrigada também, Fernanda D., pelas caronas e companhia na estrada.

Obrigada às mulheres amigas que tanto me ensinaram e ajudaram. Obrigada, Elis, por ter me acolhido em um dos momentos mais difíceis e por ter sido uma grande amiga todo esse tempo. Obrigada Fernanda Pereira, minha sis, por ter se doado tanto para construção da nossa amizade. Obrigada por ter me ensinado tanto sobre o ser mulher. Obrigada por ter sido um grande apoio. Obrigada pelos áudios infinitos do whats, pelo carinho e atenção. Professora Danti, obrigada por ter ouvido meus “vazios” e por ter me ensinado na prática o significado de *sororidade*.

Agradeço minhas amigas que aguentaram minhas reclamações, minhas ausências e minha chatice durante este percurso. Obrigada, Carol, Ka, Mi, Josi, Reja, Fran, Jé, Stefânia e Val. Obrigada aos meus colegas de graduação, Kelly, Ney, Leo, Amanda, Lu, Pati, Fer, Gabi, Jé, Pam, Daia que, além de serem amigos, serviram-me de exemplo.

Grata ao CESA e equipe de professores e coordenadores que compreenderam minhas necessidades de ausência, sendo flexíveis, não medindo esforços para que conseguisse finalizar essa jornada.

Obrigada, Michaella Laurindo, pelos anos de escuta e sábias intervenções, que me ajudaram a me escutar mais. Este tempo nem sempre foi fácil, mas reconheço que teve fundamental importância.

‘Gentil cantor’, apesar da distância, sou grata pelo carinho e pela torcida.

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida.

Til it happens to you
You don't know how it feels, how it feels
'Til it happens to you, you won't know, it won't be real
No it won't be real
Won't know how I feel".
(Lady Gaga/Diane Warren)

"My vulnerability was NOT your opportunity!"

FANTINEL, Aline Luane. *Do grito que clama por atenção ao “inaudível” que ecoa: um estudo discursivo sobre as vozes do agressor e da agredida em fotografias do Project Unbreakable*. 122p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Concentração em Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Cascavel, 2018.

RESUMO

A violência física, psicológica e/ou sexual contra a mulher é uma problemática antiga que ainda persiste na sociedade. Frente a essa realidade, existem projetos e organizações nacionais e internacionais que lutam contra a violência de gênero e visam a apoiar as mulheres que foram vítimas de agressões. Um exemplo é o caso estadunidense *Project Unbreakable*, que objetiva aumentar a consciência a respeito de questões que envolvem violência sexual, violência doméstica e abuso infantil. Esta iniciativa se vale da publicação de fotografias, em redes sociais, em que aparecem mulheres segurando cartazes com a transcrição do que ouviram de seus agressores no momento abusivo. Os discursos dos agressores reproduzidos pelas agredidas e que estão presentes nas fotografias do projeto se constituem no arquivo desta pesquisa, cujo fio norteador se refere a saber o que o agressor revela de si e da sociedade ao enunciar o que enuncia para a agredida. Inscrita no campo teórico da Análise do Discurso francesa (AD), esta pesquisa objetiva compreender os efeitos de sentidos que são produzidos por estes discursos, bem como desvelar as vozes que os atravessam. Neste sentido, serão analisadas dez sequências discursivas (SDs) extraídas das fotografias selecionadas para compor o *corpus*. Para esta reflexão analítica, busca-se amparo no arcabouço teórico-metodológico da AD e, também, como se pretende tratar da superposição de vozes, na noção de polifonia postulada por Bakhtin (2010) e por Ducrot (1987) e na noção de heterogeneidade enunciativa de Authier-Revuz (1990). Evoca-se estes autores, porque eles perscrutaram o caminho trilhado pelos discursos em que ocorre a manifestação de diferentes vozes. No entanto, como estas teorias são exteriores ao campo teórico da AD, sinalizam-se os pontos em elas que se aproximam e se defrontam, para esboçar uma teoria de vozes que esteja em consonância com os pressupostos da AD. A partir deste movimento de batimento teórico e analítico, busca-se demonstrar que as vozes presentes nos discursos são ideológicas e, por isso, são sustentadas por formações ideológicas e discursivas que determinam os sujeitos do discurso, revelando a sobredeterminação e a dominância de uma voz ideológica que inferioriza e objetifica a mulher, ao passo que empodera o homem, permitindo que possa abusar e culpabilizar sua vítima.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Polifonia. Vozes ideológicas. Violência. Mulher. Agressor. Agredida.

FANTINEL, Aline Luane. *From the cry that calls for attention to “inaudible” that echoes: a discursive study about the aggressors’ voices and the assaulted in the photographs from the Project Unbreakable*. 122p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Concentração em Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Cascavel, 2018.

ABSTRACT

The physical, psychological and/or sexual violence against women is an old problem that still persists in your society. To fight this reality, there are national and international projects and organizations that combat the gender violence and aim to support the women who were victims of aggressions. One example is the north-american case of *Project Unbreakable*, which aims to raise awareness on issues that involve sexual violence, domestic violence and child abuse. This initiative publishes photographs in social networks where women appear holding signs with transcriptions of what they have heard from their assaulters during the abusive moment. The aggressors’ speeches reproduced by the assaulted and which are present in the photographs of the project constitute the archive of this research, whose guiding wire seeks to know what the assaulter reveals about himself and about the society upon enunciating what he enunciates to the assaulted. Within the theoretical field of the French Discourse Analysis, this research aims to comprehend the effects of meaning that these discourses produce, as well as to unveil the voices that cross them. To do so, ten discursive sequences extracted from the selected photographs to compose the *corpus*, will be analyzed. For this analytical reflection, the theoretical and methodological basis of the AD will be used, and, because it is intended to explore the superposition of voices, the notion of polyphony postulated by Bakhtin (2010) and Ducrot (1987) and Authier-Revuz’s (1990) notion of enunciative heterogeneity will also be used. These authors were chosen because they scan the path of the discourses in which the manifestation of different voices occurs. However, as these theories are external to the theoretical field of AD, the research highlights the points where they approach and face each other, so that it is possible to outline a theory of voices that is consonant with the assumptions of AD. From this movement of theoretical and analytical confront, the research seeks to demonstrate that the voices present in discourses are ideological and, because of that, they are supported by ideological and discursive formations which determine the subjects of discourse, revealing the overdetermination and the dominance of an ideological voice that lowers and objectifies the women, whereas it empowers the men, allowing him to abuse and blame his victim.

KEY-WORDS: Discourse Analyses. Polyphony. Ideological voices. Violence. Women. Assaulter. Assaulted.

SUMÁRIO

1 PROJECT UNBREAKABLE E O JOGO DE VOZES: CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA.....	12
1.1 CORPUS DA PESQUISA: DISCURSO TRANSCRITO NAS FOTOGRAFIAS DO PROJECT UNBREAKABLE.....	16
1.2 FOTOGRAFIAS DO PROJECT UNBREAKABLE: A SUPERPOSIÇÃO DE VOZES.....	17
2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA TEORIA DO DISCURSO: A AD-FRANCESA.....	25
2.1 A RUPTURA COM AS CIÊNCIAS HUMANAS, A PSICOLOGIA SOCIAL E A LINGÜÍSTICA.....	26
2.2 TEORIA E CORPUS: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS.....	32
3 O CONCEITO DE POLIFONIA E A AD: PROPOSTA DE DIÁLOGOS.....	44
3.1 A POLIFONIA BAKHTINIANA: VOZES QUE “IMPERAM”.....	61
3.2 A POLIFONIA DUCROTIANA: VOZES QUE AMEAÇAM.....	74
3.3 A HETEROGENEIDADE DE JAQUELINE AUTHIER-REVUZ: VOZES QUE SE “INOCENTAM”.....	86
4 AS VOZES DOS ENUNCIADOS DO PROJECT UNBREAKABLE.....	99
4.1 ESBOÇO DE UMA TEORIA DE VOZES À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO.....	99
4.2 A VOZ DA AGREDIDA.....	102
4.3 A VOZ DO AGRESSOR.....	106
4.4 A VOZ DO AGRESSOR E A CULTURA DO ESTUPRO.....	107
5 POR UM EFEITO DE FECHAMENTO.....	115
REFERÊNCIAS.....	119

1 PROJECT UNBREAKABLE E O JOGO DE VOZES: CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

Desde a morte da Filha da Índia, as denúncias aumentaram em 35%. **Austrália:** 35% das mulheres foram agredidas sexualmente. Apenas 15% denunciaram à polícia. **Canadá:** Mais de uma em três mulheres foram agredidas. Só 6% denunciaram à polícia. **República Democrática do Congo:** Mais de 400 mil mulheres são estupradas por ano. **Dinamarca:** Apenas um em cada cinco casos de estupro resulta em condenação. **Egito:** 96% das mulheres sofreram mutilação genital. **Etiópia:** 60% das mulheres sofreram violência sexual. **França:** uma em cada dez mulheres é vítima de violência doméstica. **Nigéria:** dez de trinta e seis estados têm leis para permitir que os maridos usem de forças contra as esposas. **África do Sul:** Uma mulher é estuprada a cada 26 segundos. **Sri Lanka:** Um estupro leva de seis a doze anos para ser resolvido. **Reino Unido:** 33% das garotas entre 13 e 17 anos já foram violentadas. **EUA:** 17,7 milhões de mulheres foram estupradas. Mundialmente, uma em cada três mulheres é agredida, obrigada a fazer sexo ou abusada. Uma em cada cinco mulheres se torna vítima de estupro ou de tentativa de estupro. (INDIA'S DAUGHTER, 2015)¹

Os dados acima revelam um panorama mundial da violência contra a mulher, principalmente no que tange à questão sexual. Com eles, o documentário India's Daughter, lançado em 2015, produzido e dirigido pela britânica Leslee Udwin, é encerrado. O documentário aborda o caso do estupro coletivo cometido contra a jovem indiana de 23 anos, Jyoti Singh, que faleceu devido aos ferimentos sofridos. O filme simula momentos do crime, conta a história da jovem e da onda de protestos que surgiram no país, bem como apresenta entrevistas com os pais de Singh, com alguns dos advogados dos acusados e, até mesmo, com um dos estupradores.

Diante destes dados, não há como negar que a violência de gênero persiste na sociedade, principalmente no que se refere às agressões contra a mulher. Basta reparar os resultados de pesquisas sobre o assunto, os noticiários de TV e jornais e, até mesmo, as publicações das redes sociais para comprovar este fato.

¹Versão original: "Since the rape of India's Daughter, reporting has increased by 35%. **Australia:** 35% of women have been sexually assaulted. Only 15% reported to the police. **Canada:** Over 1 in 3 women has been sexually assaulted. Only 6% reported to the police. **Democratic Republic of Congo:** More than 400,000 women are raped each year. **Denmark:** Only 1 in 5 reported rapes results in a conviction. **Egypt:** 96% of women have suffered genital mutilation. **Ethiopia:** 60% of women have been subjected to sexual violence. **France:** 1 in 10 women are victims of domestic violence. **Nigeria:** 10 out of 36 states have laws that allow husbands to use physical force against their wives. **South Africa:** A woman is raped every 26 seconds. **Sri Lanka:** An average rape case takes 6 to 12 years to be resolved. **United Kingdom:** 33% of girls between 13-17 have experienced sexual violence. **USA:** 17.7 million women have been raped. 1 in 3 women globally is beaten, forced into sex, or abused. 1 in 5 will become a victim of rape or attempted rape".

No ano de 2014, em uma pesquisa² realizada pelos Institutos Avon e Data Popular, 78% das mulheres afirmaram já terem sofrido alguma forma de assédio. Neste mesmo ano, de acordo com dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e divulgados pelo site Uol, o Disque 100 recebeu perto de 67 notificações por dia denunciando algum tipo de crime sexual contra crianças e adolescentes. A 9ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública revela que, em média, 35% dos casos de estupro são registrados no país, havendo, em 2014, 47.646 registros. Nesta mesma edição do anuário, Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em seu texto *A Índia é aqui* (título que faz referência ao caso do estupro coletivo mencionado anteriormente), afirma que

Os dados apresentados pelas diferentes pesquisas evidenciam os limites dos registros criminais de estupro e o imenso desafio à prevenção e combate à violência sexual no Brasil. Se apenas os registros policiais apontam que ano passado **uma pessoa foi estuprada a cada 11 minutos**, é possível imaginarmos - pelos dados da saúde - que **temos 1 vítima por minuto deste bárbaro crime** (2015, p.116 - grifos da autora).

Frente a essa realidade, surgem projetos e organizações nacionais e internacionais que lutam contra a violência de gênero e visam apoiar as mulheres vítimas de agressões. Os trabalhos realizados, de modo geral, ganham espaço e se fortalecem através das mídias digitais e redes sociais, como *sites, blogs, vlogs, facebook, twitter, tumblr* e outros. Exemplo disso é o *Project Unbreakable* (tradução literal “Projeto Inquebrável”), que surgiu no ano de 2011, em Massachusetts (EUA). Ele se vale de fotografias com o objetivo de aumentar a consciência a respeito de questões que envolvem violência sexual, violência doméstica e abuso infantil.

O trabalho de conscientização do projeto ocorre por meio de palestras em faculdades da América do Norte e, principalmente, pela exposição de fotos de pessoas segurando cartazes com alguma breve citação/comentário/relato a respeito da violência que sofreram. As fotografias são publicadas nas redes sociais do *Project Unbreakable*, como o *site* e o *tumblr*, e são ou de autoria da fotógrafa fundadora do projeto, Grace Brown, ou de autoria de pessoas que sofreram violência e submetem suas fotos às redes sociais supracitadas.

²Intitulada *Violência contra mulher: o jovem está ligado?*, foi realizada por meio de um questionário online de autopreenchimento, que contou com a participação de 2.046 jovens entre 16 e 24 anos de todas as regiões do Brasil, sendo 1029 mulheres e 1017 homens.

A existência deste projeto e de outros, como *Not Alone*³ (Sozinha não) e *Second Chance*⁴ (Segunda chance), em consonância com o excerto de abertura do capítulo: “**EUA:** 17,7 milhões de mulheres foram estupradas.”, permite afirmar que a violência contra a mulher é uma realidade estadunidense. Para reiterar a afirmação, é pertinente recorrer a pesquisas que versam sobre essa temática. Tendo em vista que tanto o trabalho de conscientização desenvolvido por Grace Brown, quanto o próprio programa do governo *Not Alone*, destinam-se ao público universitário e às universidades de modo geral, percebe-se que há uma incidência maior de crimes sexuais contra mulheres nestes ambientes.

Uma pesquisa da Associação Americana de Universidades (AAU), intitulada *Report on the AAU Campus Climate Survey on Sexual Assault and Sexual Misconduct*, realizada em 2015, revelou que aproximadamente 25% das estudantes universitárias sofreram abuso sexual envolvendo força física entre o período de ingresso e a conclusão da graduação. De acordo com esta pesquisa, 61.9% das mulheres universitárias afirmaram ter sofrido algum tipo de assédio. Além desta problemática, existe o agravante de que, apesar de a maioria das universidades estabelecerem como sanção a expulsão dos agressores, muitas não investigam os casos de violência sexual ou punem os culpados; algumas tentam acobertar/ocultar estes casos, principalmente se os acusados são professores, funcionários, técnicos e/ou estudantes de algum time esportivo (MARTINS, 2016).

Assim como o caso do estupro coletivo na Índia rendeu discussões em diversos ambientes da sociedade, como o espaço cinematográfico, a recorrência de abusos sexuais em universidades americanas, além de promover iniciativas de apoio às vítimas e de combate às agressões, tornou-se tema de documentário. *The Hunting Ground* (Área de caça), filme de nome sugestivo e provocador, lançado em 2015, dirigido por Kirby Dick e produzido por Amy Ziering, documenta os constantes ataques sexuais ocorridos nas universidades e o fato de pouco ser feito para que esta realidade mude, o que resulta muitas vezes em casos em que as vítimas têm que conviver com os agressores até concluírem seus cursos. Este filme apresenta relatos de vítimas e desfaz a crença de que os abusos estão somente relacionados às festas e às bebidas alcoólicas, o que frequentemente é usado como ‘argumento’ para desqualificar os depoimentos de estudantes violentadas e como ‘justificativas’

³Programa do governo estadunidense contra a violência sexual em câmpus universitários.

⁴Uma organização fundada pela americana Ludy Green, que funciona como agência de empregos destinada a ajudar mulheres vítimas de violência doméstica.

para o ato abusivo. Além disso, revela que os abusos não são cometidos por um total desconhecido, mas por alguém com quem se tem certa convivência, como, por exemplo, alguém que estuda na mesma sala, ou até mesmo, um 'amigo'.

Conforme este documentário, mais de 16% das estudantes universitárias são sexualmente violentadas durante a faculdade. Observa-se, portanto, que o filme e o *Project Unbreakable* explicitam a problemática, atentando para este problema social. O projeto objetiva também oferecer às vítimas oportunidade de resposta e de ressignificação do evento traumático, tornando pública a experiência sofrida e se reconhecendo como sobrevivente. Além disso, como o projeto pode ser acessado *online* por meio das redes sociais, possibilita a interação entre as pessoas, funcionando como uma "corrente de apoio" e de conscientização.

Grace Brown também se mostrou preocupada com abusos em universidades, tanto que realizou palestras em ambientes universitários sobre o tema da violência sexual. Ao visitar as redes sociais de seu projeto, é possível encontrar fotografias destes espaços: há imagens em que, atrás da pessoa que segura o cartaz, veem-se cadeiras de um auditório universitário, por exemplo. Logo, infere-se que, nos locais onde a fotógrafa faz suas palestras, também fotografa pessoas que se voluntariam a participar do projeto, compartilhando as lembranças da violência sofrida.

Estima-se que foram divulgadas nas redes sociais mais de quatro mil fotografias entre as de autoria de Grace Brown e as submetidas pelos internautas. São recorrentes as fotografias em que mulheres seguram cartazes com enunciados ditos pelos seus agressores. São justamente eles que interessam para este estudo. Dito de outro modo, o *corpus* que se pretende analisar é o discurso citado pela vítima de abuso (sexual, físico e/ou psicológico) e que se materializa nos cartazes.

Assim, deve-se destacar que, para a realização da pesquisa, o *corpus* será analisado, tendo por base a pergunta de pesquisa a seguir (que parte do princípio de que, ao enunciar, o sujeito se denuncia e se anuncia): o que o agressor revela de si (e da sociedade) ao dizer o que diz para a vítima? Esta pergunta desdobra-se em outros questionamentos, como por exemplo: que vozes ecoam nas fotografias do *Project Unbreakable*? Que efeitos de sentido emergem dessas vozes?

Em relação à problemática brevemente apresentada, tendo como objetivo apresentar o *corpus* e contextualizar de um modo mais pontual a pesquisa, será apresentado a seguir um tópico introdutório, cuja finalidade é tratar especificamente das relações entre as vozes que ecoam nas fotografias.

1.1 CORPUS DA PESQUISA: DISCURSO TRANSCRITO NAS FOTOGRAFIAS DO *PROJECT UNBREAKABLE*

Como já explicitado, a violência de gênero existe há muito tempo, revelando a desigualdade entre homens e mulheres. Diariamente, mulheres têm seus direitos violados, sofrendo diversas formas de agressões físicas, sexuais e/ou psicológicas. Percebe-se o incômodo particular das mulheres e, em geral, de várias instâncias da sociedade, que realizam campanhas de conscientização sobre a violência contra ela, promovidas por governos e ONGs, por mobilizações e militâncias sociais que lutam pela igualdade de gêneros e por pesquisas científicas que investigam esta problemática social. Nesta pesquisa, frente ao incômodo que a problemática causa, pretende-se estudá-la a partir da análise dos enunciados escritos nas fotografias do *Project Unbreakable*, que visa combater a violência de gênero, oferecendo espaço para que sobreviventes de diversos tipos de agressões se manifestem.

Com relação ao *corpus*, considera-se necessário explicar a razão pela qual se escolheu o discurso reproduzido em cartazes das fotografias do *Project Unbreakable* para constituir o objeto de estudo. A escolha se justifica pela afinidade da proposta de pesquisa e as ações do projeto estadunidense e pela visibilidade internacional do projeto. Além desses fatores, acredita-se que o discurso, apesar de ser proferido por um agressor para uma agredida específica, revela uma realidade social que vai além dos limites territoriais, religiosos, raciais e de idade, merecendo atenção científica.

O discurso do agressor reproduzido pelas mulheres agredidas em fotografias do *Project Unbreakable* é o que constitui o *corpus* da pesquisa. Desse modo, foram selecionadas dez fotografias publicadas no *tumblr* do projeto. É preciso esclarecer que a seleção ocorreu a partir de alguns critérios, a saber: I - as fotografias deviam ser de autoria da fotógrafa e fundadora do projeto, Grace Brown; II - as fotografias deviam evidenciar que a vítima é uma mulher que sofreu alguma agressão⁵ e III - devia constar, das fotos, o discurso do agressor reproduzido pela mulher agredida. Após a seleção das fotografias seguindo os critérios citados, foram isoladas as sequências discursivas (doravante, SDs) a partir das quais o estudo será realizado. Em linhas gerais, este estudo se justifica pela busca de analisar os enunciados de agressores, para que se possa perceber como há um discurso predominante que os atravessa e, neste sentido, como a sociedade, em última instância, determina os

⁵Utilizou-se como um critério de seleção as fotografias de mulheres, pois se pretende abordar a violência contra a mulher. Mas, como o projeto busca “dar voz” às vítimas de abuso, existem fotografias em que homens seguram cartazes com alguma lembrança referente à violência sofrida.

sujeitos.

1.2 FOTOGRAFIAS DO *PROJECT UNBREAKABLE*: SUPERPOSIÇÃO DE VOZES

Neste tópico, será feita uma abordagem inicial da superposição de vozes presente nas fotografias do *Project Unbreakable*. Para explicitá-la, utilizar-se-á uma das imagens que compõe o *corpus* do estudo, tendo como objetivo demonstrar as vozes que reverberam e como elas se relacionam.

As fotos selecionadas, de autoria de Grace Brown, fundadora do projeto, apresentam uma mulher vítima de agressão, segurando um cartaz/quadro, em que está escrito algo que o agressor disse antes, durante ou depois do momento do ato violento a que foi submetida. Em algumas fotos, as mulheres permitem a divulgação do rosto; em outras, no entanto, preferem encobri-lo com o cartaz que carregam nas mãos, como é o caso abaixo:

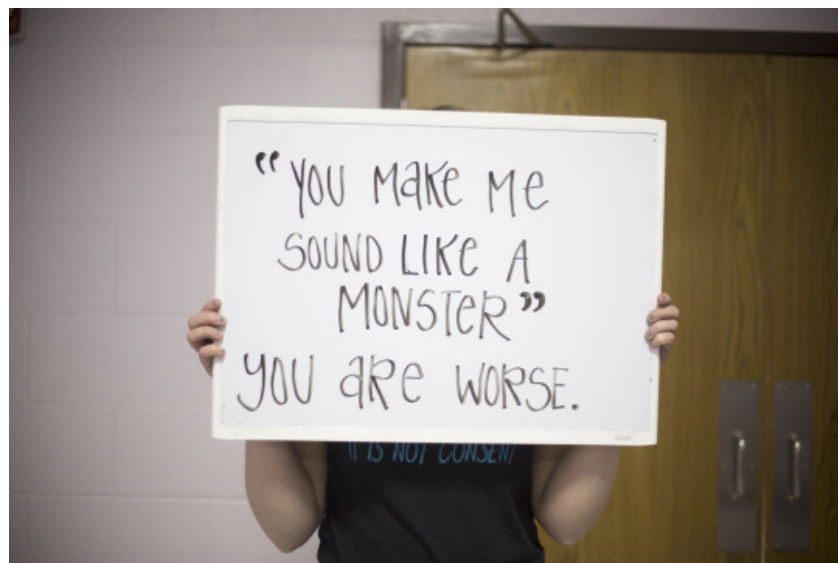


Figura 1 - Você me faz parecer um monstro
Fonte: BROWN, Grace (2014).

No cartaz, está escrito em Língua Inglesa: *'You make me sound like a monster' You are worse*, cuja tradução é *"Você me faz parecer um monstro" Você é pior*. Por ser característica do projeto fotografar pessoas que citam reminiscências da violência que sofreram, entende-se que, na imagem, a pessoa busca reproduzir o discurso do agressor e demarca que a fala não é sua a partir do recurso das aspas. Neste sentido, percebe-se que o enunciado resposta revela a opinião da pessoa fotografada - vítima de alguma violação - em resposta ao discurso citado, ou seja,

em resposta à fala do abusador; essa resposta é o objetivo do projeto, pois pretende “dar” voz aos sobreviventes de abuso sexual, violência doméstica e abuso infantil.

Em vista disso, faz-se necessário reafirmar que o *corpus* desse trabalho se constitui, crucialmente, pelo discurso do abusador reproduzido pela sua vítima, neste momento, exemplificado pela SD1: ‘*You make me sound like a monster*’, embora a resposta dada pela vítima também seja considerada. Sabe-se que não é possível ter acesso ao discurso direto do abusador, pois ele passa pelo “filtro” da lembrança da agredida; contudo, mesmo assim, até pela dramaticidade dos eventos, entende-se que isso não impede a realização do estudo, já que se pode afirmar que a memória psicológica, em face da violência sofrida, nestes instantes, é potencializada.

No que se refere às vozes presentes nos enunciados verbais constantes das fotografias do projeto, ao atentar para elas, nota-se uma superposição de vozes que contribui para a produção de um efeito de sentido polêmico, já que se considera que voz é a materialização de um ponto de vista discursivo. Neste sentido, verifica-se que estes enunciados são atravessados por diferentes vozes superpostas, que criam uma relação de embate entre si.

Sobre esta superposição, pode-se afirmar que o enunciado se ancora sobre diferentes vozes ideológicas que sustentam crenças distintas sobre a mulher: uma a considera como objeto e objetivo do prazer do homem (Voz ideológica 1); outra a coloca como tendo direito sobre o próprio corpo e podendo definir o que quer fazer (Voz ideológica 2). Estas vozes afetam os sujeitos e se manifestam no intradiscurso do discurso: há, pois, em qualquer uma das vias, ecos da ideologia que alicerçam a materialidade discursiva analisada. Estas vozes sustentam as demais; elas podem ser elencadas da seguinte maneira:

- V1: a voz ideológica 1, que toma a mulher como objeto;
- v₁: a voz do abusador, que é reproduzida pela vítima;
- V2: a voz ideológica 2, que empodera a mulher no sentido de defender que ela possua direito sobre sua vida e sobre seu corpo;
- v_{2A}: a voz da mulher agredida, que se posiciona sobre a agressão/abuso;
- v_{2B}: a voz da fotógrafa e, por conseguinte, da “causa” do projeto.

Estas vozes são sustentadas por formações ideológicas e formações discursivas (doravante, FI e FD respectivamente) que as determinam e, por esta razão, devem ser entendidas por meio da relação entre si no jogo da discursividade.

Em vista disso, só estão assim elencadas por um objetivo didático. Mantendo esse objetivo, também é possível apresentar estas vozes como no esquema abaixo:

Quadro 1 – Superposição de vozes

V1 Voz ideológica 1	V2 Voz ideológica 2
V ₁ voz do abusador	V _{2A} voz da agredida
	V _{2B} voz da fotógrafa do projeto

Este quadro esquematiza as vozes presentes nos enunciados verbais e como elas se relacionam. A linha tracejada foi utilizada com o propósito de enfatizar que não é possível separar totalmente estas vozes, pois elas estão interligadas e se afetam em uma relação polêmica. Conforme mencionado acima, compreende-se que elas são determinadas por FIs/FDs, como esquematizado no quadro a seguir.

Quadro 2 – Relação entre as vozes e as formações ideológicas e discursivas

F11/FD1 Formação ideológica e discursiva 1	F12/FD2 Formação ideológica e discursiva 2
S1 Sujeito-ideologia 1	S2 Sujeito-ideologia 2
s ₁ sujeito-indivíduo 1	S _{2A} sujeito-indivíduo 2A
	S _{2B} sujeito-indivíduo 2B
V1 Voz ideológica 1	V2 Voz ideológica 2
V ₁ voz do abusador	V _{2A} voz da agredida
	V _{2B} voz da fotógrafa do projeto

Cada coluna do quadro, como se percebe, aponta para uma FI/FD que afeta os sujeitos e as suas vozes presentes no enunciado. Espera-se poder demonstrar que a F11/FD1/S1 da primeira coluna, que colocam a mulher a serviço do homem, por meio do e no discurso, afeta o s₁, constituindo-o como tal, o que também ocorre com V1 e v₁. Na segunda coluna, por sua vez, há a F12/FD2/S2, que concebem a

mulher como “dona de si” e determinam os s_{2A} e s_{2B} e, por conseguinte, V_2 , v_{2A} e v_{2B} . Em síntese, FI, FD, S, sujeitos e vozes que compõem o quadro tecem relações entre si: verticalmente, a relação é de identificação: o que está na base ampara os demais⁶; horizontalmente, existe uma relação de contraidentificação e de confronto.

As vozes v_1 (de um lado) e v_{2A} e v_{2B} (de outro) retomam vozes sociais que revelam a relação do discurso com a história e com a ideologia de longa duração. Além disso, estão inseridas em diferentes FDs, que se configuram “como aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014, p. 147).

O conceito de FD é relevante para este estudo, uma vez que é nela e por ela que os efeitos de sentido do discurso são constituídos; por isso, refletir-se-á a respeito dessas vozes como *porta-vozes* de FIs/FDs distintas.

Em face dessas considerações, pode-se afirmar que a voz da mulher v_2 se identifica com uma FD que não aceita agressões à mulher, pois está relacionada às pessoas que sofreram violação do seu corpo e da sua intimidade e que denunciam este ato como violento e monstruoso. Neste sentido, no enunciado entre aspas, a mulher reproduz o discurso do agressor e, no trecho sem este recurso, ela responde com - *You are worse./Você é pior*, porque é isso que se espera que ela diga a partir da posição que ocupa: da mulher que foi violentada: e não só porque ela deve dizer, mas porque é isso que sente e vive. O que o agressor diz para ela se configura, a partir da V_1 , como acusação (*Você me faz parecer um monstro*); mas, com o projeto, ela pode dar uma resposta (autodefesa), devolvendo a acusação a quem considera o verdadeiro responsável, afirmando que ele é pior do que um monstro. Ao participar do projeto posando para a foto e reproduzir num cartaz o que o agressor lhe disse, além de lhe responder, ela pode ressignificar a violência.

A voz da fotógrafa (v_{2B}) vai ao encontro da voz da agredida (v_{2A}), porque é característico do projeto oportunizar *The art of healing/A arte da cura*, assumindo a postura de defesa das pessoas agredidas e de combate às práticas abusivas. Pode-se afirmar, pois, que há uma confluência entre essas vozes, pois ambas assumem uma posição contrária à prática de violação que fere a mulher; assim, as vozes v_{2A} e v_{2B} estão inseridas na FD que se posta ao lado da mulher. Há que se enfatizar que

⁶Utilizam-se os termos ‘identificação’ e ‘contraidentificação’ sem considerar que isso se realiza de modo autônomo e consciente, pois, para a AD, o sujeito é entendido como assujeitado.

estas vozes provêm de um lugar determinado: uma é a de quem vivenciou a agressão e a outra é a de quem assume uma posição pedagógica e educativa, que alerta e denuncia a problemática relativa à violência física, sexual e/ou psicológica.

Ratificando: as vozes v_{2A} e v_{2B} têm uma relação de proximidade e convivência, pois v_{2B} se posiciona a favor das causas de v_{2A} , que encontra em v_{2B} a oportunidade de responder e de ressignificar o que sofreu. Observa-se que estas vozes se unem para se rebelar contra $V1/v_1$ - voz do abusador/agressor. Unidas, elas revelam o julgamento das atitudes abusivas representadas por v_1 . Esta voz está, portanto, na contramão de $V2/v_{2A}$ e v_{2B} , que revela uma FD que coaduna com a violência e o abuso e que considera a mulher como serviçal para saciar os seus desejos.

No que tange ao discurso do agressor à agredida: *You make me sound like a monster/ Você me faz parecer um monstro*, nota-se o tom acusatório de v_1 à v_{2A} , no sentido de que seria a atitude da agredida que faria o agressor ser um monstro e não o ato praticado. Mas, como aquele que enuncia se denuncia, pode-se afirmar que, se ele violou um corpo, porque não teve consentimento para agir como agiu (porque, se tivesse, não teria sido uma violação), ele próprio admite, já de início, que a associação terrificante que é feita.

Parece pertinente estabelecer a associação entre o abusador e um monstro, pois, de pronto, é ele que faz esta relação. Não foi a agredida que o acusou, dizendo "Você é um monstro"; foi o agressor que a acusou de torná-lo parecido com um, o que significa que ele se reconhece, mesmo que não o queira, como tal e acaba por reproduzir o discurso que o associa a monstro. Há, neste sentido, uma reprodução que está mais diretamente relacionada a quem recrimina a violência e o abuso contra a mulher. Nota-se, portanto, que, mesmo que a voz do agressor (v_1) esteja atravessada pela voz ideológica $V1$, ela também é, de certo modo, afetada pelos discursos sustentados pela voz ideológica $V2$, o que a torna um tanto quanto insegura de si mesma. Esta relação polêmica de vozes ideológicas que atravessam e afetam $V1/v_1$ evidencia não só o assujeitamento a uma FD que compactua com a supremacia do homem em relação à mulher, mas também com o fato de ser afetada por discursos de uma outra FD que defende os direitos da mulher. Portanto, há um embate entre essas vozes ideológicas e FDs, o que não evita que elas se afetem entre si, pois a delimitação entre uma FD e outra é porosa e não fechada.

Como foi o agressor que acionou a associação, proferindo-a no momento da violação, pode-se inferir que a reação da mulher agredida apenas possibilitou que o

agressor estabelecesse uma associação reconhecida. Contudo, apesar de ter agido abusivamente, ele não quer parecer um monstro e reage contra a relação, acusando a vítima de fazer-lhe sentir-se deste modo.

Dito de outro modo: mesmo que apenas aparentemente, o agressor não se reconhece como um monstro frente ao abuso que cometeu. Essa percepção, pelo menos no plano das aparências, apenas ocorre pela reação da mulher: é ela que, ao manifestar de alguma forma o sofrimento da agressão e viver o momento como uma violência, torna-se responsável por o algoz parecer monstruoso. Nesta perspectiva, faz-se a hipótese de que algo sustenta a voz do agressor e lhe permite, mesmo de modo inseguro, imaginar que o que faz não é monstruoso. Dentre os modos de imaginar a mulher, o modo de dizer do agressor revela que é predominantemente afetado pela V1, que entende a mulher como inferior ao homem. No discurso do agressor, percebe-se a ideologia dominante que desvaloriza a mulher.

Ao receber a acusação, de determinado modo, a mulher acaba sendo agredida duplamente, pois, além de sofrer o abuso, é também responsabilizada pelo agressor por fazer com que ele pareça um monstro: o que ele próprio reconhece ser, pois é ele quem assume, denunciando-se.

De acordo com Orlandi (1999), para a Análise do Discurso (doravante, AD), a língua não é transparente e não pode ser pensada como sistema abstrato e formal e nem o sujeito é a fonte dos sentidos. O sentido provém de outro lugar, anterior e externo aos sujeitos, porque a ideologia “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia” (ORLANDI, 1999, p. 46). Assim, ao analisar as condições de produção (doravante, CPs), a FD do agressor e a memória discursiva que o sustenta, percebe-se que o discurso falha e os sentidos que vêm à tona revelam um descompasso: um agressor inseguro, que, ao se negar como monstro, assume-se como um; porém, ele não aceita a injunção e transfere a culpa para a vítima, responsabilizando-a por se sentir assim; por conseguinte, ela é culpabilizada pela agressão.

O agressor (v_1) agride e responsabiliza a agredida (v_{2A}): eis a relação criada pela sua voz. Percebe-se, então, uma inversão de papéis, pois, para o agressor, é como se ele estivesse agindo adequadamente e sua vítima rompesse o ritual, pois ela deveria aceitar passivamente a violação do que lhe é mais íntimo. A vítima, a agredida, a abusada passa, então, a ser a vitimizadora, a culpada e a responsável pela conduta transgressora do agressor, que não o seria, não fosse a atitude dela.

Ele, por sua vez, seja por achar-se no direito, seja para não conviver com a culpa, acusa-a, como se a responsabilidade pela monstruosidade fosse dela.

Em face destes apontamentos, cabe perguntar o que permite que ele viole a mulher e ainda faça com que ela pareça culpada. Faz-se a hipótese de que ele só pode agir deste modo por estar inserido em uma FI/FD que entende que a mulher está a serviço do homem, para cuidar da casa e dos filhos e para satisfazer os seus desejos sexuais. Percebe-se, assim, que a V1/v₁ é predominantemente atravessada pela voz ideológica dominante, pois revela o enunciado elementar que considera a mulher como objeto do homem. Em outras palavras, trata-se de uma voz ideológica marcada pela historicidade e que é anterior ao sujeito agressor e, por isso, formata a memória discursiva, ecoando em outras vozes e atravessando o discurso.

Além disso, parece possível postular que, por ser ideológica, V1 - dominante - é 'inaudível' no sentido de que é 'ouvida' e repetida sem que, necessariamente, as pessoas tenham consciência. É uma voz que ecoa, que atravessa os sujeitos e interfere na sua organização em sociedade. Neste sentido, ela é uma voz que possibilita a perpetuação da cultura do estupro e da violência contra a mulher, ecoando silenciosamente, mas, ainda assim, sendo ouvida e, até mesmo, passada de geração a geração. Em contrapartida, as vozes da agredida e da fotógrafa são um grito que clama por atenção e, mesmo assim, não é (espera-se que *ainda*) bem ouvido: as agressões e os abusos persistem, pois são sustentados por esta voz ideológica dominante inaudível e inexpressa: e, por isso, mais eficaz.

Após estas considerações iniciais, em que foram apresentadas as questões metodológicas, tais como temática, pergunta, objetivos e *corpus* da pesquisa, na sequência, desenvolver-se-á o estudo proposto. Para tanto, será adotada a seguinte organização textual: no segundo capítulo, serão apresentados o pano de fundo da Teoria do Discurso (doravante, TD), mostrando como emergiu a partir de gestos de ruptura, e alguns dos conceitos chave da teoria e fundamentais para a realização desta pesquisa, tendo como objetivo estabelecer as relações que se entrevê entre os conceitos teóricos e o *corpus* delimitado.

No capítulo seguinte, como se pretende analisar a superposição de vozes presentes nas fotografias do projeto, adotando uma metodologia teórico-analítica, será discutido o conceito de 'polifonia' e como é possível realizar um deslocamento conceitual dele para dentro do campo de estudo da AD, com a devida apropriação para não gerar conflitos epistemológicos entre teorias. O capítulo será subdividido em

itens para tratar do conceito conforme os pressupostos teóricos de Bakhtin e Ducrot, relacionando-o ao conceito de 'heterogeneidade' de Jacqueline Authier-Revuz. Nas subdivisões, serão analisados os enunciados presentes em fotografias que citam o discurso do agressor, relacionando a AD com os autores mencionados.

2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA TEORIA DO DISCURSO: A AD-FRANCESA

Já que esta pesquisa se inscreve no campo teórico e metodológico da AD de orientação francesa, apresenta-se a conjuntura epistemológica a partir da qual esta teoria emergiu, constituindo seus fundamentos por meio de uma série de rupturas e deslocamentos, que serão pormenorizados no decorrer deste capítulo.

De acordo com Orlandi (1999), a AD constituiu-se como uma Teoria do Discurso por tomar o 'discurso' como seu próprio objeto de estudo, nos anos 60 do século XX, na França, tendo como principal precursor o francês Michel Pêcheux. Além de filósofo, ele é considerado um crítico meta-teórico, por ter sido um leitor crítico-reflexivo das teorias consideradas de prestígio na sua época. Neste sentido, a partir de suas reflexões, o autor identificou lacunas, contradições e, até mesmo, equívocos principalmente no que se referia à presença da subjetividade e à não-consideração da história e das relações sociais como questões intrínsecas ao registro simbólico. Ele compreendeu a necessidade de formular uma teoria que se propusesse a solucionar tais questões: eis a AD.

Com base nisso, para formular o quadro epistemológico da AD, Pêcheux se pautou na articulação de três áreas do conhecimento científico, a saber: a) o Materialismo Histórico, no que se refere à teoria das formações sociais/teoria das ideologias; b) a Linguística, no que tange à análise dos mecanismos de enunciação e c) a TD, no que diz respeito à determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX; FUCHS, 1997).

Sendo assim, é possível afirmar que a TD apresenta um quadro teórico-epistemológico complexo, já que as noções que a compõem mantêm uma relação complexa entre si, bem como com as áreas de onde foram deslocadas. É de se destacar, ainda, que as três regiões do saber - Materialismo, Linguística e Teoria do Discurso - são articuladas e atravessadas por uma teoria da subjetividade psicanalítica de base, principalmente, lacaniana (PÊCHEUX e FUCHS, 1997).

Em relação à articulação entre as regiões de conhecimento supracitadas, Pêcheux, ao se basear em seus conceitos para (re)formular a TD, acabou por: a) romper com as noções que não condiziam com sua proposta, por meio de críticas contundentes às vezes, e/ou b) deslocar conceitos que considerava pertinentes. A respeito destes deslocamentos conceituais, Ferreira (2010, p. 3) reitera que

os conceitos que a AD traz de outras áreas de saber [...], ao se integrarem ao corpo teórico do discurso, deixam de ser aquelas noções com os sentidos estritos originais e se ajustam à especificidade e à ordem própria da rede discursiva.

Com relação ao surgimento da AD, há que ressaltar que a emergência de uma teoria científica ou campo de saber não ocorre, necessariamente, a partir da eliminação de outros existentes. Eles ocorrem concomitantemente com a existência de outras áreas. A respeito disso, Possenti (2005, p.357) explica que “A ciência não começa do nada”, ou seja, a AD não emergiu de um lugar vazio; tanto que ela se caracteriza pela articulação das áreas mencionadas acima, pelo atravessamento da psicanálise e, principalmente, por gestos de rupturas em relação ao que circulava nos meios científicos da época.

Nesta perspectiva, Possenti (2005, p.355) afirma que a AD surge a partir de um conjunto de rupturas, já que “O conhecimento não se produz por acumulação, mas por saltos e mudanças de rumo em relação às etapas anteriores”. Estas mudanças se referem justamente aos domínios epistemológicos que estavam em voga na academia científica da época - a Linguística, as Ciências Humanas e a Psicologia Social (PÊCHEUX, 2016).

Dada esta introdução sumária da TD, à frente, como critério de organização de escrita, este capítulo estará subdividido em seções com o intuito de explicitar, primeiramente, o estado científico da época e as rupturas e críticas realizadas por Pêcheux. No item seguinte, serão apresentados alguns dos conceitos centrais do quadro teórico-metodológico da AD e que serão movidos para a etapa de análise do *corpus* selecionado. Por esta razão, os conceitos serão abordados teoricamente a partir de uma articulação com o *corpus*.

2.1 A RUPTURA COM AS CIÊNCIAS HUMANAS, A PSICOLOGIA SOCIAL E A LINGUÍSTICA

Nos anos 60 do século XX, na França, os estudos científicos predominantes na academia estavam ancorados nas metodologias das Ciências Humanas (História e Sociologia, principalmente), da Psicologia Social e da Linguística. De acordo com Henry (1997), Pêcheux tinha como meta abrir uma fissura teórica e científica com a formulação da TD, que deveria ir de encontro aos estudos supracitados, pois, nas palavras de Pêcheux (2016, p. 288), “o projeto da análise do discurso marca uma

ruptura com esta problemática psicossocial, pela qual o triplo registro da história, da língua e do inconsciente permanece recalcado”. Desse modo, pode-se compreender que o projeto de AD que tomava o discurso como seu objeto pretendia justamente operar com conceitos que foram deixados à margem pelas ciências da época, a saber: a língua, a historicidade e o sujeito.

Sobre a língua, o fato de ela ser concebida pelas Ciências Sociais da época como transparente foi um dos alvos da crítica pecheutiana, pois, para o filósofo, ao se verificar a relação entre a língua e a história, uma palavra, um enunciado ou um texto não apresentarão o mesmo sentido. Dito de outro modo, o sentido não é unívoco e, portanto, nem a língua é transparente. Pêcheux propõe refletir sobre a opacidade da língua, já que a história intervém nela e no processo de constituição de sentidos, fazendo com que eles não sejam unívocos ou imutáveis.

Outra crítica pecheutiana às Ciências Humanas diz respeito ao fato de elas conceberem o texto como documento e entenderem a língua como instrumento para explicação destes “textos documentais”. Diante desta questão, Pêcheux (2016, p. 285) considera que o texto deve ser tratado como um monumento, ou seja, “como um vestígio discursivo em uma história, um nó singular em uma rede”. Deste modo, ele propõe o distanciamento das análises sociológicas de tipo classificatórias e pautadas sobre os funcionamentos institucionais.

As Ciências Humanas e, principalmente, a Psicologia Social também foram alvo de crítica no tocante à questão do sujeito, por terem recalcado o inconsciente. Para estas áreas do saber, prevalecia a concepção do sujeito psicológico (“mestre de sua morada” e “senhor de si”): sujeito considerado livre, fonte do seu próprio dizer e controlador dos sentidos. De acordo com Pêcheux (2016, p. 288-289), o sujeito, para estas ciências, seria afetado apenas pelos limites biológicos e sociais:

o sujeito é de direito um estrategista consciente, racional e lógico-operatório, cujos poderes se encontram limitados de fato na sua emergência progressiva, sua ‘aquisição’ e seu exercício, **por coerções biológicas de um lado** (logo a série de coerções ligadas ao fato de que este sujeito está associado a um organismo em desenvolvimento em um meio exposto ao aleatório desse desenvolvimento e às formações, perturbações e traumatismos de toda ordem suscetíveis de afetá-lo) e **por coerções sociológicas de outro lado** (logo a série de coerções ligadas ao fato do sujeito só poder viver em sociedade, isto é, em cooperação-confronto com o conjunto de seus congêneres, sujeitos estrategistas também, não deixando, por isso mesmo, de aliená-lo no exercício de suas estratégias) (PÊCHEUX, 2016, p. 288-289, grifos nossos).

Pêcheux (2016) não concordava com este modo de conceber o sujeito, pois, assim, a história e a língua seriam meras porções resultantes das interações reais e simbólicas entre os sujeitos. Em outras palavras, esta forma de conceber o sujeito interferiria na maneira equivocada de compreensão da língua e da linguagem.

É também por esta razão que Pêcheux busca, nos estudos psicanalíticos, a concepção de sujeito inconsciente e a incorpora no seu projeto de AD, postulando uma teoria não-subjetiva da subjetividade. Trata-se de uma teoria não-subjetiva por conceber o indivíduo como sendo afetado determinantemente pelo inconsciente e pela ideologia (não sendo, então, “senhor de si”) e por tratar da subjetividade por meio de questões relacionadas ao homem e aos sujeitos de modo geral.

Sobre como os estudos da Psicologia compreendiam a linguagem, Pêcheux et. al. (2016), defendendo a irredutibilidade da linguagem a um princípio mental, criticam o modo reducionista de considerá-la como um substrato lógico, cognitivo ou neurológico, inato ou adquirido, e com uma ordem homogênea. Desaprovavam, além disso, a não consideração do real da língua, que passa pelo viés do simbólico e do imaginário, o abafamento das falhas da língua e do *non-sens*, bem como o ‘negligenciamento’ das clivagens entre os agrupamentos humanos.

Pêcheux et. al. (2016), ao tratarem especificamente da Psicologia Cognitivista de Piaget, explicam que o psicólogo suíço reconhece uma função simbólica, porém ele não considera a relação da linguagem com o simbólico. Esta função simbólica seria, portanto, uma condição geral da constituição das operações lógicas, bem como uma pré-condição para o acesso à linguagem. Nesta perspectiva, existiria, *a priori*, uma função simbólica das operações cognitivas e, *a posteriori*, a linguagem e a língua. Os autores afirmam que a Psicologia Piagetiana (o Cognitivismo) acaba por realizar um reducionismo, pois compreende o simbólico como o recurso que permite a manifestação do pensamento. Em contrapartida, Lacan assume que a linguagem tem primado sobre o sujeito, sendo, portanto, anterior a ele e constitutiva. Percebe-se, portanto, que Pêcheux discordava de determinadas teses das Ciências Humanas e da Psicologia; tanto que acabou rompendo com o “modo de fazer ciência” e, sobretudo, com questões conceituais de ambas.

Com relação à Linguística especificamente, é possível afirmar que, embora tenha realizado diversas rupturas com ela, Pêcheux se valeu de alguns de seus preceitos para a formulação da AD. Por esta razão, deve-se explicitar a conjuntura

dos estudos linguísticos da época, pois Pêcheux propôs remanejamentos para a composição do quadro teórico-metodológico da AD (GADET *et al*, 1997).

No início dos anos sessenta do século XX, a Linguística estava no auge, principalmente no que se refere aos estudos estruturalistas, advindos da teoria do linguista suíço Ferdinand Saussure. Ela era considerada, então, a ciência-piloto entre as ciências humanas. Conforme com Gadet *et al* (1997), ela se baseava em Saussure (estruturalismo), Chomsky (gerativismo), Harris (distribucionalismo), Jakobson (funcionalismo), Benveniste (teoria da enunciação) e Culioli (cognitivismo). Considerando, principalmente, a concepção de língua e do sentido, na sequência, será observado o diálogo com Saussure.

A respeito do estruturalismo saussuriano, é possível afirmar que o projeto da AD pecheutiana diverge dele em alguns aspectos, principalmente no que tange à concepção de língua e à delimitação do objeto de estudo. Mas é preciso frisar que, apesar das divergências, Pêcheux não ignorou os estudos de Saussure, tanto que foi conhecedor profundo de sua teoria. A questão que precisa ser compreendida é que, para os estudos que Pêcheux pretendia realizar, ele necessitou fazer avançar a teoria e efetuar um novo corte epistemológico, tal como fez Saussure.

O corte epistemológico de Saussure refere-se ao fato de ele ter separado a língua da fala, delimitando a primeira como seu objeto de estudo e excluindo a segunda de seu campo de pesquisa, pelo fato de não ser possível, de acordo com ele, estudá-la cientificamente. Em vista disso, considera-se pertinente destacar a noção de língua deste linguista:

ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e **um conjunto de convenções necessárias**, adotada pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. [...] é um todo por si e um princípio de classificação (SAUSSURE, 2006, p. 17, grifos nossos).

Observa-se que, para Saussure, a língua é sistêmica, por ser estruturada e/ou sistematizada em um conjunto de regras e normas, pautadas na convenção social. Devido a esta sistematização, a língua também é considerada, por ele, homogênea. Em contrapartida, a fala, nas palavras de Saussure (2006, p.22), é “um ato individual de vontade e inteligência do falante”, sendo considerada “livre” e heterogênea. Em razão da defesa da liberdade e da heterogeneidade da fala, Saussure entende que

ela não pode ser sistematizada e elege a língua como objeto de estudo.

Esta breve retomada de um dos postulados de Saussure permite perceber algumas das divergências mencionadas anteriormente. Primeiramente, porque, para Pêcheux, a língua é mais do que um sistema de regras e não pode ser estudada fora da sua relação com a história. Deste modo, a língua deveria ser estudada em movimento, na sua relação com o mundo, sendo compreendida como um corpo de interditos e um sistema de regras atravessado por falhas (GADET et. al., 2016).

A respeito da relação entre a língua e a fala como proposta por Saussure e pela descendência de seus estudos, Pêcheux (2016, p. 213) afirma que a dualidade é “algo que podia muito facilmente tornar-se a oposição entre sistema e liberdade, de onde decorrem a ‘liberdade do locutor’, ‘a criação infinita de atos de fala’ por oposição ao sistema da língua”, o que traz à tona a questão do sujeito que o analista criticou: sujeito livre, consciente com capacidade de criação, sendo origem do que diz. Em outras palavras, a oposição língua-fala saussuriana sugere a existência de um sujeito falante livre, o que é questionado por Pêcheux (1997, p.71), pois é

como se a linguística científica (tendo por objetivo a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário ao sistema. A fala, enquanto uso da língua, aparece como o um *caminho de liberdade humana* (grifos do autor).

Por esta razão, Pêcheux rompe com o estruturalismo, pois sua preocupação era resolver questões relativas ao sentido, o que exigia ultrapassar a dicotomia saussuriana língua/fala e eleger o ‘discurso’ como objeto de estudo, que foi definido, inicialmente, como “efeito de sentidos entre locutores” (PÊCHEUX, 1997). É possível afirmar, portanto, que o corte epistemológico pecheutiano se refere à delimitação do ‘discurso’ como objeto de pesquisa. Assim,

O trabalho da Análise do Discurso se situa, então, não na descrição do funcionamento interno da língua enquanto estrutura, mas na relação entre o linguístico, enquanto materialidade linguística, e o histórico, enquanto processo ininterrupto de produção de sentidos, que estabelece filiações e redes semânticas. Estabelece-se, então, um outro objeto de estudo, que não é a língua, mas o discurso, que conjuga aspectos linguísticos com aspectos histórico-ideológicos. (DEZERTO, 2010, p.3-4).

Outra ruptura de Pêcheux com o estruturalismo diz respeito à defesa deste

último em relação à suposta homogeneidade da língua. Para Pêcheux, a língua é heterogênea, porque é utilizada por sujeitos falantes em determinadas condições de produção. Considerar a língua como homogênea seria considerar também que os sentidos são estáveis e únicos; como dito, Pêcheux nega a transparência da língua, entendendo-a como opaca e incompleta.

Sobre o sentido, para Saussure (2006), o signo linguístico é uma entidade psíquica de duas faces, a saber, o significado (conceito) e o significante (imagem acústica). De acordo com esta percepção, o significante está “colado” ao significado. Pêcheux, ao afirmar a opacidade da língua e negar a univocidade dos sentidos, assume que o significante não apresenta *um* sentido, mas efeitos de sentidos dados pelas FDs, ou seja, por aquilo que determina o que pode e deve ser dito.

Além disso, na perspectiva saussuriana, como dito, a fala é considerada livre; mas, para Pêcheux, a fala não é livre, porque é regrada pelas FDs. Por conseguinte, o sujeito não é livre para dizer o que quer, pois, por ser afetado pela ideologia e pelo inconsciente, tem a ilusão de ser a origem do dizer, mas diz aquilo que a FD da qual é suporte permite dizer.

Para além das especificidades do estruturalismo, Pêcheux e Gadet (2016) compreendem o bailado traçado pela Linguística como uma espécie de luta entre duas tendências, a saber, o logicismo e o sociologismo, que estão relacionadas ao formalismo e ao historicismo. Por um lado, haveria, então, uma corrente lógica que compreende a língua como um sistema de regras comuns a todos os sujeitos e, por isso, propunha-se a enunciar leis universais para construir uma teoria gramatical. A título de ilustração dessa tendência, os autores citam Chomsky como o linguista que trabalha com uma concepção de sintaxe apoiada na lógica. Por outro lado, haveria o sociologismo, que realiza estudos comparativos de dados empíricos, tendo como foco não o sistema da língua, mas o comportamento languageiro. Neste sentido, a Sociolinguística é citada pelos autores como exemplo da tendência sociologista.

A partir do exposto, fica mais ou menos evidente que, na Linguística, mesmo com os estudos posteriores ao estruturalismo, como a Análise de Conteúdo e a Pragmática, a questão do sentido permanecia aberta. Das Ciências Humanas e da Psicologia Social, por sua vez, Pêcheux questionou o estatuto científico de ambas, principalmente porque seus instrumentos científicos eram empíricos, tecnicistas e não rompiam com a ideologia vigente que sustenta a comanda social (HERBERT, 2016). Sobre a problemática relativa à cientificidade das Ciências Sociais, como

apontado por Pêcheux, Henry (1997, p. 14) explica que

Pêcheux objetivava ao desenvolver a análise automática do discurso: fornecer às ciências sociais um instrumento científico de que elas tinham necessidade, um instrumento que seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo.

Em vista disso, baseando-se no Materialismo Histórico, na Psicanálise e na Linguística, Pêcheux propunha uma prática científica efetiva, tendo como objeto o 'discurso', a TD e um instrumento definido, ou seja, um dispositivo de análise do discurso. Por esta razão, a AD é considerada uma disciplina teórico-metodológica. Ao propor esta teoria, Pêcheux tem um posicionamento distinto das Ciências Sociais no que tange a) ao real da língua, considerada como ritual com falhas, b) ao real da história, movida pela luta de classes e c) ao real do sujeito, pautado no inconsciente de base psicanalítica lacaniana.

Frente ao exposto, é possível sintetizar os gestos de rupturas de Pêcheux ao elaborar a TD, citando Dezerto (2010, p.4), que explica que a AD vai

trabalhar, então, numa direção que concebe que: a) a linguagem não funciona como um código que se presta à transmissão de informações entre locutores ou ainda à comunicação entre locutores ideais em situações também ideais; b) o sujeito não representa o ponto de partida do que diz, sendo o ponto de partida dos sentidos, ou seja, o dizer não se inaugura no sujeito; c) a ideologia não pode ser descartada dos processos discursivos (ela é constitutiva destes); d) não há, nos processos de linguagem, a possibilidade de haver *o/um* sentido, como se a literalidade fosse o ponto de partida do trabalho semântico.

Após esta breve contextualização do surgimento da AD francesa, a seguir, serão apresentados os principais conceitos que sustentam a TD e que podem ser mobilizados no momento de análise pelo pesquisador.

2.2 TEORIA E CORPUS: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

Sabendo que a AD considera o 'discurso' como o seu objeto de estudo, os seus conceitos concorrem para possibilitar a compreensão deste objeto. Diante disso, deve-se frisar que, no 'discurso', para a AD, intervêm questões relacionadas ao sujeito, à história e à ideologia.

Orlandi (1999, p. 15) afirma que a AD "procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do

homem e da sua história”. Para a autora, a AD estuda/trabalha a língua no mundo e não como um sistema abstrato, relacionando-a à sua exterioridade, isto é, considera os processos e as CPs. Ela analisa a relação de relativa completude entre *língua - discurso - ideologia*, atentando para a historicidade dos sujeitos. Neste sentido, um analista, frente ao seu objeto, depara-se com a questão “como este texto significa?” e não somente com “o que este texto quer dizer?”. Não há a busca pelo “o” sentido, uma vez que a TD não concorda com a univocidade de sentido; há, então, a procura por efeitos de sentido: “um jogo complexo de efeitos semânticos que se dá entre sujeitos” (DEZERTO, 2010, p. 7).

Para alcançar a resposta à primeira pergunta, o analista precisa compreender o que é ‘discurso’. A respeito disso, Pêcheux (2016, p. 214) afirma:

Chamaremos de discurso uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior à frase, referida às condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros discursos, sendo essas condições propriedades ligadas ao lugar daquele que fala e àquele que o discurso visa, isto é, aquele a quem se dirige formal ou informalmente, e ao que é visado através do discurso.

Verifica-se, pois, que o discurso é aquilo que é dito em um dado momento por um sujeito específico, sendo a manifestação localizada/circunstanciada no tempo e no espaço, produzindo um efeito de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 2009). Isto posto, deve-se salientar que, para a AD, o discurso não equivale a mensagem e/ou fala. Dezerto (2010, p.5) explica que o discurso, considerado um objeto teórico, é constituído por sentidos que são produzidos historicamente nas práticas sociais e

Configura o lugar onde se pode observar a relação entre língua (cadeia material na qual se inscrevem os sentidos) e ideologia (aquilo que dissimula o caráter opaco da linguagem). O discurso funciona como um lugar de mediação, uma vez que é nele que são produzidos os sentidos.

Sabendo que o discurso é produzido nas práticas sociais, compreende-se a razão pela qual é impossível compreendê-lo sem associá-lo às suas CPs, outro conceito-chave da AD. A respeito desta noção, Pêcheux (2016, p. 214) esclarece que as CPs do discurso se referem ao “conjunto das propriedades relativas ao destinador, ao destinatário e ao referente, sob condição de dar imediatamente certo número de precisões”. Com base nisso, verifica-se que as CPs

compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E, se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico e ideológico (ORLANDI, 1999, p. 30).

Em vista disso, enfatiza-se que, para perceber o efeito de sentido de um discurso, deve-se associá-lo às suas CPs, tanto no que se refere ao contexto imediato, quanto ao contexto amplo. Esta associação é possível quando o analista se questiona sobre: A) as circunstâncias da enunciação: Quem disse? O que disse? O que não disse? Por que disse? Para quem disse? Quando e onde disse?; e B) o contexto sócio-histórico e ideológico: Isso já foi dito em outro lugar e em outro momento? Já foi dito, mesmo que de outras formas, em outros discursos? Qual e como a ideologia se articula com esse e outros discursos?

A análise para a TD depende desta associação do discurso às CPs, pois, se a análise for realizada apenas no nível da língua, ela se torna uma linguística e, se for realizada apenas por referência à sociedade, ela se torna uma sociologia. A respeito desta questão, Ferreira (2010, p. 2) esclarece que a AD visa

tematizar o objeto discursivo como sendo um objeto-fronteira, que trabalha nos limites das grandes divisões disciplinares, sendo constituído de uma materialidade linguística e de uma materialidade histórica simultaneamente. A AD recorta, portanto, seu objeto teórico (o discurso), distinguindo-se da linguística imanente, que se centra na língua, nela e por ela mesma, e também das demais ciências humanas, que usam a língua como instrumento para explicação de textos.

Analisar o discurso não é apenas realizar uma ou outra das análises citadas; é analisar a língua e a sociedade/história/ideologia ao mesmo tempo, superando a relação de paralelismo ou complementaridade. Realizar análise do discurso requer necessariamente a reflexão de como os aspectos linguístico, histórico, ideológico e psicanalítico se cruzam e produzem certos efeitos de sentido e não outros. Isso deve evidenciar como essas áreas das ciências humanas “estabelecem uma relação constitutiva nos processos de produção de sentido” (DEZERTO, 2010, p.3).

Frente ao exposto, afirma-se que os conceitos de ‘discurso’ e ‘CPs’ são relevantes para atingir os objetivos da pesquisa, pois, para analisar o discurso verbal dos cartazes do projeto, é necessário refletir sobre a relação entre estes conceitos,

conforme evidenciado a seguir.

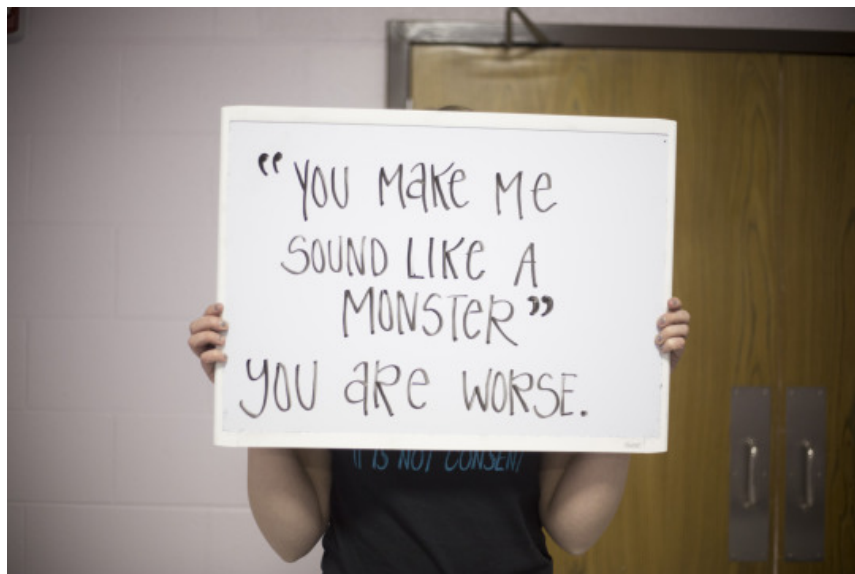


Figura 1 -Você me faz parecer um monstro
Fonte: BROWN, Grace (2014)

Os dois enunciados verbais presentes na fotografia cujo suporte é o cartaz se configura como um discurso por ter sido escrito num momento específico da história, por alguém, uma mulher/moça agredida, que teve motivos para escrever o que escreveu, direcionando o discurso para determinado público e produzindo um efeito de sentido. A imagem, como as demais que compõem o *corpus* do estudo, remetem para duas circunstâncias de enunciação.

A primeira, e mais evidente, refere-se ao caso em que a moça agredida escreve voluntariamente no cartaz *“You make me sound like a monster”* *You are worse*” e posa para a foto, participando do intento de conscientização que o *Project Unbreakable* objetiva. Esta situação ocorreu, conforme apresentado no capítulo 1, no dia 14 de fevereiro de 2014, na cidade de Harrisonburg, do estado da Virgínia (EUA). Ao escrever e posar para a foto, a moça vai ao encontro dos princípios do projeto, pois reproduz o discurso de seu agressor em um cartaz, característica das fotografias de Grace Brown, demarcando a fala do abusador com o recurso das aspas. Além disso, com o enunciado/resposta *“You are worse”*, ela pode manifestar uma “resposta” ao agressor, devolvendo-lhe a acusação.

Esta circunstância, que é a primeira e mais evidente, pois vai diretamente aos olhos do leitor (e causa a impressão de subjetividade intencional), está ligada a outra que a antecede: o evento de agressão de que a moça foi vítima. A respeito desta

cena, mesmo não se tendo acesso aos detalhes, sabe-se que a moça foi agredida por alguém que lhe fez a acusação “*You make me sound like a monster*”.

As duas circunstâncias mencionadas se referem às situações mais imediatas de CPs do discurso e, cronologicamente, dizem respeito às: i) circunstâncias em que o abuso ocorreu; o momento em que alguém violou a intimidade e a integridade física de outrem; ii) circunstâncias em que a lembrança do abuso é evocada e registrada na fotografia pela fundadora do *Project Unbreakable*.

No que tange à condição mediata de produção deste discurso, que afeta as CPs imediatas e, por conseguinte, atravessa o próprio discurso, verifica-se a necessidade de relacioná-lo a outros discursos já ditos. Sabe-se que houve uma violência de gênero sofrida pela moça da fotografia, assim como se sabe que outras mulheres já foram agredidas e abusadas. A violência e a frequência com que ela ocorre ao longo do curso da história revelam que há uma relação de poder em que o mais forte fisicamente abusa do mais fraco; neste caso, trata-se da relação entre o homem e a mulher, em que se supõe que ela deve se submeter aos seus desejos, devendo satisfazê-lo, mesmo que seja violada para isso.

Esta relação de poder foi e é determinada sócio-historicamente e é fruto do trabalho da ideologia. Sob esta perspectiva, cita-se Saffioti (1987, p. 8), que afirma que “A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem”.

Em situações mais extremas, esta relação pode ser percebida quando há agressão física, sexual e até mesmo a morte de mulheres. Mas também pode ser notada em situações cotidianas, como o caso de o salário de mulheres ser inferior ao dos homens, a persistência do preconceito de que existem cargos que não cabem às mulheres, a crença de que o cuidado da casa e dos filhos é dever exclusivo da mulher, o fato de homens determinarem o tipo de roupas que suas parceiras devem vestir, o fato de a roupa curta ser considerada uma “autorização” para assédio e a ocorrência em que são levantadas dúvidas quanto às declarações das vítimas de abuso, como se alguma coisa no seu comportamento pudesse provocar e justificar a violência sofrida.

No caso da Figura 01, parece ficar bastante evidente a crença numa certa supremacia masculina e um conseqüente dever de subordinação feminina, haja vista que a moça passou por um evento indesejado. Percebe-se isso, como já explicado anteriormente, porque é característico do projeto fotografar mulheres que sofreram

alguma violência. A relação de poder também se revela no enunciado que a vítima reproduz do seu agressor, pois ele apresenta um tom acusatório, como se fosse a agredida que, ao manifestar seu desacordo com o abuso sofrido, fizesse-o se sentir como um monstro. O agressor além de violar o que é mais íntimo de uma mulher, culpa-a por fazê-lo parecer desumano. A agressão e o tom acusatório do enunciado revelam a relação de poder do homem sobre a mulher.

Com base na relação de um discurso com outros, pode-se compreender as circunstâncias mediatas de suas CPs e o efeito de sentido produzido. Portanto, cabe ao analista estabelecer relações entre discursos ditos em vários lugares e momentos para perceber, no fio do discurso, a sua regularidade, ou seja, o enunciado basilar que sustenta os discursos em relação.

Relacionar um discurso com outros é necessário porque, como já explicitado, para a AD, não há univocidade de sentido. Assim, analisar um único discurso sobre determinado tema que se pretende investigar parece não ser recomendável, uma vez que não é possível detectar o seu sentido relativamente integral num evento único; isto é, o sentido não está dado, pois, havendo uma dispersão discursiva, é preciso buscar vários discursos sobre determinada temática e relacioná-los com o propósito de compreender o seu princípio regulador.

A defesa de que existe uma dispersão discursiva, ou discursos dispersos, é apresentada por Foucault (1996), que afirma que o discurso está disperso em acontecimentos. Desse modo, observa-se que há uma dispersão material sobre um assunto, sendo preciso recolhê-la e analisá-la para perceber a sua regularidade. Há, neste sentido, uma regularidade na dispersão discursiva.

A partir destas considerações, é possível afirmar que, mesmo em proporções pequenas, em pesquisas de AD, ocorre a seleção de discursos na dispersão que lhes é característica. O mesmo acontece com este estudo, pois, com o intuito de analisar o discurso do agressor reproduzido pela agredida, a superposição de vozes presentes nas fotografias do *Project Unbreakable* e a ocorrência de agressão no nível físico e simbólico, selecionaram-se imagens que possibilitarão a realização de confronto entre discursos. Cada SD retirada das fotografias se refere a uma situação empírica específica, que aconteceu com indivíduos diferentes e cujos discursos reproduzidos são (linguisticamente) distintos. Há, pois, uma dispersão discursiva sobre a temática de investigação e o desafio é perceber o seu princípio ordenador.

Reitera-se que, para a AD, não há um discurso completo e, por conseguinte, o

sentido não se encontra em apenas uma unidade material. É por esta razão que o analista deve constituir um *corpus* e relacionar os discursos selecionados, buscando um efeito de sentido a partir de seu gesto de interpretação. Portanto, tem-se que a seleção destas imagens possibilita a constituição do arquivo da pesquisa, entendido por Pêcheux (2010, p. 51), de modo geral, como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, configurando-se como seu trabalho a “relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma”.

Nesta perspectiva, Pêcheux (2016, p. 165), ao referir-se à “estrutura dos dados”, explica que há uma materialidade discursiva que “supõe estruturar o campo dos arquivos submetidos à análise, o que chamamos, por vezes, a construção do *corpus*”. É preciso, ainda, ressaltar que a noção de *corpus de um arquivo textual*, para a AD, não é um banco de dados. Conforme esclarece Pêcheux (2016, p. 165), o *corpus* é “um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas”.

Com base nas considerações apresentadas, ratifica-se que, tendo um tema e objetivos de pesquisa estabelecidos, o analista lida com materialidades discursivas que versam sobre a temática definida em certa dispersão discursiva. Selecionadas as materialidades, constitui-se o arquivo de trabalho. Como não há “o” sentido, mas efeitos de sentido, deve-se estabelecer relações entre os discursos selecionados para a compreensão do seu funcionamento. O analista não busca o discurso, mas os processos discursivos, definidos por Pêcheux (2014, p.148) como “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos - ‘significantes’ - em uma formação discursiva dada”.

Alerta-se para o fato de que a citação de Pêcheux traz à tona outro conceito caro para AD, que já foi brevemente evocado e merece uma discussão um pouco mais aprofundada, tanto pela relevância que exerce para a teoria, quanto pelo que representa para esta pesquisa: a noção de FD.

Tendo em vista que a AD emergiu também da necessidade de enfrentamento da questão do efeito de sentido produzido, superando a defesa da transparência da linguagem e da suposta capacidade de construir o unívoco, compreende-se porque o conceito de FD é central para a teoria: aquilo que o sujeito diz, ao tomar a palavra, só produz sentido, porque o que é dito está inserido em uma FD. Em outras

palavras, a FD configura-se como uma matriz de sentido, pois é o espaço em que o indivíduo se torna sujeito e os enunciados ganham sentido.

A noção de FD foi proposta por Michel Foucault em sua obra *Arqueologia do Saber* (1986), sendo reterritorializada por Pêcheux à luz do Materialismo Histórico e relacionando o conceito à concepção althusseriana de ideologia e à luta de classes. A partir destas relações e adequações, o autor definiu FD como

aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc) (PÊCHEUX, 2014, p. 147, grifo do autor).

Esta reterritorialização foi sendo construída à medida que a AD avançava em suas fases (AD-1, AD-2 e AD-3). Inicialmente, acreditava-se em uma maquinaria discursiva fechada e homogênea, mas, ao rever a teoria, Pêcheux (1997, p. 314) percebe que a FD está em relação paradoxal com seu exterior e afirma que

uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente 'invadida' por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob a forma de "pré-construídos" e de "discursos transversos").

Verifica-se, pois, que não há uma área delimitada, uma zona limítrofe entre uma e outra(s) FD(s) e não é possível determinar onde começa e onde termina uma FD. Sendo assim, elas são porosas e afetam umas às outras. É por meio dela(s) que o sujeito se constitui como tal, é nela(s) que os sentidos são produzidos, é por ela(s) que se pode compreender a intrínseca relação com a ideologia.

Nota-se que o conceito de FD remete a outro: o de FI, haja vista que estão necessariamente interligados. A respeito da FI, Pêcheux (1997, p.166) explica que

cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras.

A partir destes apontamentos teóricos, é possível compreender as FIs como modos de "pensar" e as FDs como modos de "dizer". Relacionando estes conceitos com a temática abordada, pode-se perceber que existem diferentes FIs a respeito do

modo de ser mulher, que se materializam em diferentes FDs. Conforme apresentado no Quadro 2 do capítulo anterior, há a FI1, que compreende a mulher como inferior e propriedade do homem e que se materializa em modos de falar sobre ela. Na FD1, a mulher deve servir sexualmente ao homem. Estes modos de dizer são variáveis na medida em que a posição do sujeito muda, por exemplo: o marido pode exigir que a esposa tenha relações sexuais, porque esse seria um dos deveres no matrimônio; um pai pode exigir a castidade da filha, enquanto estimula a iniciação sexual do filho. Em síntese, a FI1 se apresenta a partir das diferentes maneiras de dizer a mulher: submissa ao pai, ao marido e, até mesmo, à religião.

Há também a FI2, que está na contramão da anterior, pois entende a mulher como sendo dotada de liberdade para ir e vir e tendo direito sobre seu corpo e sua vida. A partir dessa FI, constitui-se a FD2, que se posiciona contra o abuso e a violência às mulheres. Isto se manifesta no discurso e produz efeitos de sentidos que dependem da posição ocupada pelo sujeito: a mulher agredida que verbaliza a sua agressão como enfrentamento e ressignificação ou a mulher fotógrafa que se propõem a combater os abusos.

Tomando por base a noção de FD, verifica-se que as vozes do agressor, da mulher agredida e da fotógrafa, que ressoam na imagem 01, estão inseridas em FDs que se confrontam: uma FD ‘autoriza’ a violência contra a mulher, por concebê-la como inferior ao homem; na FD contrária, ocorre a condenação e a denúncia contra qualquer tipo de agressão contra a mulher.

Infere-se, desse modo, que a FD que considera a mulher como um objeto que está a serviço do homem, e, portanto, menospreza-a, ao passo que o “empodera”, faz com que ele se sinta no direito de aproveitar-se dela física ou sexualmente. Esta FD se ancora num enunciado elementar, numa voz ideológica, que antecede ao agressor, à agressão, à mulher agredida, à fotógrafa e ao seu projeto. É esta voz que atravessa o discurso dos sujeitos, que não são livres e conscientes, e revela algo incrustado na sociedade que sustenta o machismo, com a consequente inferiorização e objetificação da mulher em relação ao homem.

Tendo em conta essa voz *ideológica*, considera-se necessário compreender a noção de ‘ideologia’, que é relevante para a AD, porque é constitutiva dos processos discursivos, configurando-se como um mecanismo imaginário que provoca o efeito de obviedade (DEZERTO, 2010). O conceito deriva de um deslocamento conceitual da noção de ideologia de Althusser, a partir de sua releitura de Marx. Ao realizar este

deslocamento, Pêcheux (1988, p.160) explica que

É a ideologia que fornece evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascarem, assim, sob a ‘transparência da linguagem’ aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

A partir do que é assumido por Pêcheux, pode-se afirmar que a ideologia é o elemento responsável por provocar o efeito de especularidade, por dissimular a opacidade da linguagem e por interpelar os indivíduos em sujeitos. Há, desse modo, um processo de interpelação ideológica, em que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que apresentam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2014, p. 147). Esta interpelação, conforme Pêcheux (2014), concretiza-se, porque o sujeito se identifica com a FD que o domina.

Por meio deste processo, que provoca a crença na naturalização dos sentidos para o sujeito, ele acredita ser a fonte do seu dizer, pois tudo se passa como se os sentidos estivessem “desde-sempre-lá”. A ideologia provoca esta ilusão, ocultando que os sentidos emanam de um processo discursivo (DEZERTO, 2010).

O processo ideológico faz os sujeitos acreditarem que os sentidos emanam deles, como se fossem autônomos e detivessem a verdade. Contudo, reitera-se que isso é um efeito ideológico, pois se sabe que o sujeito, para a AD, não detém esta autonomia, uma vez que ele é concebido como dividido e clivado pelo inconsciente e, assim, não tem controle do que diz. É pelo fato de os sujeitos serem afetados e determinados por processos psíquicos e ideológicos que a língua é considerada um ritual com falhas, de onde irrompe o ato falho e o lapso.

Diante do exposto, pode-se questionar de onde surgem os sentidos, já que eles não emanam dos sujeitos. Dezerto (2010, p. 6) afirma que a resposta à questão está ligada a outros conceitos da AD, que evidenciam a estreita relação com a historicidade: eis a memória discursiva e o interdiscurso. Nas palavras do autor, “estamos falando de uma memória discursiva na qual se inscrevem todos os sentidos já produzidos, tudo o que já foi historicamente simbolizado, toda produção simbólica das práticas sociais”.

Possenti (2005, p. 365, grifos do autor) afirma que a memória discursiva “diz

respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos”. Refletindo sobre a temática da violência contra a mulher, é possível perceber que existe uma memória discursiva que sustenta os discursos de inferiorização e objetificação da mulher. A respeito da relação entre a história e violência contra mulher, Rossi (2016, p. 32) afirma que

a violência de gênero é um produto de um sistema social que subordina o sexo feminino, é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres e decorre da noção de superioridade da parte agressora - o homem - e a inferioridade da parte vitimada - a mulher-, noção que foi construída historicamente e que decorre de um processo histórico.

Em suma, se, por um lado, existe uma memória discursiva que possibilita que os discursos sejam retomados, por outro, existe um mecanismo que permite que os discursos sejam relacionados ao interior e ao exterior de uma FD: o interdiscurso. Pêcheux (2015, p. 149, grifo do autor) explica que

o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas.

Pêcheux (2015, p. 149) define o interdiscurso como “esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” que possibilita compreender que uma FD existe a partir de uma relação interdiscursiva, que se tece pela relação com outras FDs. Ela se constitui, porque faz referência a uma outra FD: “algo que fala antes, em outro lugar e independentemente”.

Com relação ao *corpus* de pesquisa, como já evidenciado anteriormente, nota-se um embate entre duas FDs: uma que afirma o poder de (ab)uso do homem em relação à mulher, objetificando-a (FD1), e outra que luta pelos direitos da mulher sobre seu próprio corpo (FD2); são elas que determinam o agressor e a agredida. A FD1 “fala antes” da FD2, já que é historicamente anterior. Segundo Cattelan (2017, p. 174), “‘em outro lugar’ exige que o discurso outro, para ser tido como constituinte de uma relação interdiscursiva, não pertença ao campo do mesmo, mas ao espaço do diferente e do não-pertencimento”; sendo assim, a FD1, além de ser anterior, também fala “de outro lugar”: o que “fala” é diferente do que “fala” a FD2.

Com relação à questão da independência, de acordo com Cattelan (2017, p. 175), ela “permite concluir que o discurso retomado existiria sem a ocorrência daquele que o sucede”. Nesta perspectiva, nota-se que a FD1 independe da FD2, justamente porque é historicamente anterior.

Ainda sobre o interdiscurso, verifica-se que ele se sustenta sobre dois processos, denominados por Pêcheux como pré-construído e discurso transversal (articulação). De acordo com o autor (2014, p. 151, grifos do autor), o pré-construído “corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade”. Por outro lado, o discurso transversal (ou a articulação) “*constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo *que determina a dominação da forma-sujeito*”. De forma muito sumária, pode-se afirmar que o primeiro se refere aos elementos intercambiáveis que podem ocupar determinado espaço do enunciado construído, enquanto o segundo é relativo à forma como cada ingrediente deve ser relacionado ao outro na tessitura do discurso e no engaste ou articulação que se vai entretecendo no desenvolvimento do intradiscurso.

Acredita-se que as considerações realizadas neste capítulo, em que, primeiramente, apresentou-se o pano de fundo da TD e, na sequência, alguns dos pressupostos teórico-metodológicos da AD, estabelecendo relações e aproximações com a temática abordada na pesquisa, servirão para o desenvolvimento das reflexões analíticas acerca do *corpus* selecionado.

3 O CONCEITO DE POLIFONIA E A AD: PROPOSTA DE DIÁLOGOS

Como dito, as fotografias publicadas pelo *Project Unbreakable* mostram uma superposição de vozes, que revela o confronto entre o agressor, a agredida e a fotógrafa, que são, no limite, afetados pelas ideologias que os constituem, o que os leva a dialogar, duelar, concordar, polemizar. Dada essa constatação, objetiva-se investigar como estas vozes se relacionam e afetam os sujeitos que são seus porta-vozes e, por conseguinte, permitem alguma elucidação sobre a própria organização social. Em que pese, portanto, a apresentação feita acima do quadro teórico geral da AD, que deve dar algum suporte para as análises que serão efetuadas à frente, neste capítulo, a atenção se volta crucialmente para a reflexão sobre as vozes que ressoam nos enunciados das fotografias, sobre a percepção de como se relacionam e sobre a fonte em que buscam sua sustentação.

Em face desta opção, é preciso fazer dois esclarecimentos iniciais. São eles referentes i) ao modo como os termos voz/vozes são compreendidos e empregados e ii) à(s) razão(ões) pela(s) qual(is) se decidiu utilizar o conceito de polifonia para a realização deste estudo.

Sabe-se que, no aporte teórico-metodológico da AD, não há o conceito de 'voz'; contudo, entende-se que seja possível mobilizá-lo neste estudo, pelo fato de os enunciados das fotografias do *Project Unbreakable* evidenciarem diferentes vozes que também se manifestam em outros discursos que "circulam" e "organizam" a sociedade. Ao introduzir este conceito no trabalho, objetiva-se tratá-lo à luz das prescrições teóricas da AD, readequando-o para que não haja conflito teórico.

Nesta perspectiva, com relação ao primeiro esclarecimento, o termo "voz" pode produzir o efeito de som que o ser humano emite, ao utilizar as cordas vocais, para falar, cantar, rir, etc. Neste caso, compreende-se o termo como uma voz física (v) que surge a partir do esforço realizado pelos indivíduos.

Porém, não com este efeito (ou apenas assim) que o termo é concebido e empregado, porque pensar na voz (v) que é produzida pelos indivíduos pode levar à compreensão de que o sujeito é dono e origem do seu dizer. Como este estudo se inscreve no campo da AD, é preciso considerar a concepção de sujeito desta teoria: ele não é autônomo, não é homogêneo e também não está no controle do dizer e do sentido produzido. Contrariamente, a noção de sujeito é tomada pela teoria como

sendo clivado, dividido, descentrado pelo inconsciente, afetado pela ideologia e constitutivamente heterogêneo (DEZERTO, 2010).

Para a AD que alicerça este trabalho, o sujeito é constituído pelo trinômio linguagem/ideologia/inconsciente, uma vez que é constituído no entremeio destas “realidades”. Conforme afirma Ferreira (2010, p. 10)

O sujeito do discurso vai [...] colocar-se estratégica e perigosamente entre o sujeito da ideologia (pela noção de assujeitamento) e o sujeito da psicanálise (pela noção de inconsciente), ambos constituídos e revestidos materialmente pela linguagem.

A noção de assujeitamento supracitada é decorrente dos estudos do filósofo francês Louis Althusser acerca da ideologia e da vida social. Está intrinsecamente relacionada à noção de interpelação ideológica, que se refere ao processo em que a ideologia age sobre os indivíduos, transformando-os em sujeitos. Silva (2013, p. 95) afirma que o Althusser distingue o Sujeito-ideologia e o sujeito-indivíduo, para poder “caracterizar o caráter sobredeterminante da ideologia sobre os indivíduos ou os sujeitos interpelados e o caráter submisso do sujeito-indivíduo ao Sujeito-ideologia”. Neste sentido, verifica-se que o Sujeito-ideologia se configura como uma autoridade superior que interpela os indivíduos em sujeitos e os submete aos seus princípios e, por esta razão, eles são desprovidos de liberdade. Michel Pêcheux se interessou pelos estudos de Althusser, utilizando os conceitos citados, porque reconhecia a existência de fatores extralinguísticos na produção de sentidos. Deste modo, admitiu o papel da ideologia na semantização dos discursos, uma vez que ela determina os sujeitos e produz determinados efeitos de sentidos, enquanto apaga outros.

O sujeito da psicanálise, por sua vez, retoma o inconsciente, conceito-chave da teoria psicanalítica. É ele que revela a cisão e a divisão do sujeito e a língua como ritual com falhas. Dito de outro modo, é nas teorizações de Jacques Lacan acerca da psicanálise, que faz uma releitura de Sigmund Freud, que Pêcheux se fundamenta para elaboração da TD. Isto foi/é possível, porque a linguagem humana também é objeto de análise do psicanalista.

Em vista disso, é relevante atentar para o fato de que é deste inconsciente que a psicanálise trata. Mariani e Magalhães (2013, p. 104) asseveram a relevância de compreender o inconsciente como a “manifestação na cadeia significativa de algo que se revela a despeito do suposto ‘querer dizer’ de quem enuncia, algo que se mostra e diz diferente dos sentidos ‘evidentes’”. Sendo assim, como o inconsciente

se manifesta na cadeia significante da linguagem, compreende-se a afirmação de Lacan (1983 [1977], p. 24, *apud* Mariani; Magalhães, 2013, p. 114): “A linguagem é condição do inconsciente [...] não há inconsciente sem linguagem”.

Mariani e Magalhães (2013, p.114) explicam o sujeito do inconsciente dessa maneira: “Quando se fala em sujeito, em psicanálise, está-se falando do sujeito do inconsciente. O sujeito do inconsciente é esse Outro estranho familiar que nos habita e que nos leva a tropeçar na língua”. A respeito desse Outro, elas esclarecem que, para Lacan, ele é o registro do simbólico da cadeia significante que antecede a constituição do sujeito. O inconsciente é estruturado como uma linguagem que se manifesta no simbólico, revelando esse dizer outro, que surpreende, que provoca deslizamentos de sentidos e que evidencia algo da verdade do sujeito.

Verifica-se, pois, que é o simbólico que oportuniza um lugar para o sujeito, ou seja: se o indivíduo não se inscrever ou for inscrito no/pelo simbólico, ele não chega à subjetivação. Segundo Dezerto (2010, p.15), “só há lugar para o sujeito dentro do processo discursivo, ele só se constitui se for no e para o discurso, ocupando posições inseridas e construídas nesse simbólico”. Verifica-se, assim, que o sujeito do discurso da AD é afetado concomitantemente pela ideologia e pelo inconsciente:

Para Pêcheux, apenas uma articulação teórica entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise permite compreender, analisar e extrair consequências do fato de que, quando falamos, estamos simultaneamente afetados pelo funcionamento da ideologia e do inconsciente, ambos inscritos no funcionamento da linguagem, aqui compreendida como um sistema sujeito a falhas (MARIANI; MAGALHÃES, 2013, p. 103).

Com a entrada no simbólico, o sujeito se identifica (sem ter consciência) com FDs onde os sentidos são predeterminados. Em outros termos, neste momento é que ocorre o processo de identificação dos sujeitos com as FDs e, tendo em vista que o sujeito não tem controle do seu dizer, os sentidos são determinados pelas FDs que, como dito acima, funcionam como a matriz do sentido. A respeito do processo de identificação, Dezerto (2010, p. 17, grifo nosso) esclarece que

Falar do processo de identificação dos sujeitos com as formações discursivas que os dominam significa entender como os indivíduos são interpelados em sujeitos do seu próprio dizer. **Sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo nas formações discursivas como se nascessem a partir daquele momento**, havendo um apagamento do complexo de formações discursivas imbricadas no interior das formações ideológicas.

Com base nestas considerações sobre o sujeito, que não é centrado ou tem o controle do dizer, por ser constituído e afetado pela ideologia e pelo inconsciente, é que se pode compreender como o termo ‘voz’ é empregado neste trabalho. Como o sujeito é, desde sempre, porta-voz de uma FD, ao usar a ‘voz’, está-se referindo aos efeitos de sentido produzidos por FDs afetadas por FIs. Não se nega a voz física (v), mas se entende que ela está a serviço de outra voz, a voz ideológica (V). Assim, ao se referir às vozes presentes nos enunciados inscritos nas fotografias, considera-se que elas são determinadas pela (V).

Compreende-se, então, que ‘voz’ é a materialização de um “ponto de vista” discursivo de ordem sócio-ideológica. Ela é concebida assim, porque é determinada pelas FDs/FIs e porque se manifesta no e pelo discurso através dos indivíduos que são interpelados em sujeitos. Neste sentido, pode-se afirmar que o termo ‘voz’ não é empregado como um conceito autônomo e independente, mas é considerado como sendo determinadamente dependente das noções de FDs/FIs.

Como demonstrado no primeiro capítulo, a SD1, *Você me faz parecer um monstro*, associada às suas condições de produção (i)mediatas, permite que seja percebida a materialização de, pelo menos, dois “pontos de vista” discursivos: a Voz ideológica 1 (V1) e a Voz ideológica 2 (V2), que determinam outras vozes (v_n).

Estes “pontos de vista” discursivos também são percebidos nos enunciados das fotografias que compõem o *corpus* de pesquisa e dizem respeito ao(s) modo(s) de pensar a mulher. A V1 pode ser dada como antecedente no sentido de que ela é historicamente dominante e anterior. Ela é sustentada pela FI1, que inferioriza e objetifica a mulher, podendo ser associada à cultura da violência contra a mulher de modo geral e, de modo específico, à cultura do estupro.

Afirma-se que V1 é historicamente anterior, devido à cronologia temporal de organização da sociedade, sendo dominante por reverberar significativamente nas práticas sociais. Vigarello (1998), ao historicizar a violência sexual da/na França entre os séculos XVI-XX, explicita como a mulher não possuía espaço nas esferas sociais, sendo mantida, primeiramente, aos cuidados do pai e, depois do casamento, aos cuidados do marido. Para que houvesse matrimônio, exigia-se a preservação da castidade da mulher: a virgindade era a condição para o casamento e, deste modo, a vida sexual da mulher era (deveria ser) determinada pelo homem que detinha os direitos sobre ela (pai, irmão, marido). Vigorava uma organização social atestada

pelo Antigo Regime, que privava a mulher de ter direitos sobre si e sobre seu corpo: um fato que atesta a falta de direitos citada pelo autor é que uma mulher casada só poderia denunciar um abuso sofrido se tivesse autorização do marido.

Conforme o historiador, na época, a violência sexual era tida como execrável, porque destruía as famílias e desafiava o rei. Em face da importância social que a virgindade apresentava, o estupro de uma jovem impúbere era mais condenado do que aquele de uma mulher adulta: “A virgindade é o ornamento dos costumes, a santidade dos sexos, a paz das famílias e a fonte das maiores amizades” (BRUNEAU, 1715, p. 397, *apud* VIGARELLO, 1998, p. 19). Neste sentido, observa-se que violência sexual se caracterizava mais como crime moral do que social, pois a preocupação primeira era não “manchar” a honra da família. A “defloração” de uma jovem a tornaria uma “mulher perdida”, o que arruinaria a família para sociedade. Portanto, pouca atenção se voltava para o impacto traumático que a violência causava na vítima: seu sofrimento estava subordinado à honra “manchada” de sua família, principalmente de seu pai. Tratava-se de um “outro” modo de inferiorizar e subordinar a mulher, porque, de acordo com Vigarello (1998, p. 55), “os efeitos da violência tendiam a ser mascarados nesse jogo de território. A dor da vítima é apenas um imprevisto secundário e não um fato levado em conta”.

Outro elemento que Vigarello (1998, p. 30) aponta acerca dos crimes sexuais contra a mulher na antiga França se refere ao fato de que a violência sofrida pela vítima a “transformava” aos olhos dos outros, sendo alvo de rejeição:

Como o crime era antes de tudo blasfêmia e pecado, tinha consequências particulares sobre a vítima do estupro: aquela que fazia gestos reprovados, mesmo contra a sua vontade, podia ser implícita e silenciosamente condenada por esse próprio fato.

Assim, além da violência sofrida, além do sentimento de desonrar sua família, a mulher abusada poderia ser responsabilizada por ter sido agredida sexualmente. Segundo o historiador francês, este fato provocava uma sensação de aviltamento que criava obstáculos à queixa, ocasionando uma relativa tolerância do estupro, pois “a vítima temia falar, o juiz temia inocentá-la” (VIGARELLO, 1998, p. 30).

Com relação aos estupros ocorridos na França antiga, o autor aponta como principal característica o fato de ser “ausente” para o agressor a ideia de violência, pois seu prazer apagava a agressividade dos seus atos. Além disso, ele menciona que o desaparecimento da ideia de violência se deu pela crença de uma atitude

sedutora por parte da vítima, pressupondo a tese da provocação feminina.

É possível associar esta tese à representação da mulher a partir da história bíblica de “Adão e Eva” e a gênese do mundo, em que, resumidamente, Eva teria seduzido Adão a comer o fruto proibido e, por isso, foi julgada de modo que sua beleza (obra divina) fosse associada ao mal:

A beleza de Eva, símbolo da perfeita obra divina, adquire após a queda, ou no momento mesmo em que toma do fruto proibido, simbologia de sedução. Beleza e sedução passam a andar juntas. Um Belo que seduz os sentidos, entorpecendo-os, manipulando-os subjugando-os em detrimento da Razão. *Bela porque sedutora. Sedutora porque bela* (SOUZA, 2004, p.45, grifos da autora).

Sendo Eva bela e tendo seduzido Adão, ela se torna o símbolo negativo da sedução, porque apreende do homem a sua razão. Sendo também, de acordo com as crenças religiosas cristãs, considerada a primeira mulher da humanidade, seu pecado deixou como “herança” para as mulheres esta mesma imagem de “ser sedutor”. Nesta perspectiva, levando em consideração que a Igreja já foi autoridade máxima da sociedade (se é que deixou de ser), pode-se afirmar que ela afetou determinantemente a organização da vida das pessoas, estabelecendo o certo e o errado, o que permite inferir que a importância que se deu para a virgindade e para os cuidados para que uma mulher não “manchasse” a honra da família podem estar relacionados com a simbologia da sedução. Em outros termos, o imaginário de que a mulher pode ser provocante e sedutora a diferencia do homem de maneira subalterna, tendo que ser “vigiada” por um homem, que pode duvidar e desqualificar as acusações de um abuso sofrido e, por vezes, até a responsabilizar.

Souza (2004, p. 46), pautada nos efeitos de sentido produzidos sobre a beleza feminina a partir do discurso bíblico, cita outras passagens em que homens foram seduzidos pela beleza de uma mulher, como as histórias de rei Davi, rei Salomão, Sansão e Abraão:

Outros relatos bíblicos serviram de base para que determinadas facções religiosas instalassem o preconceito na relação homem-mulher. Visto como vítima da maldade da mulher, o homem se instituiu como ser principal nessa relação, delegando à mulher um papel de inferioridade moral, física e mental. Dessa forma, retomando os lugares de memória de um discurso autoritário, tal como é o religioso, devido às suas características, essa memória sobrevive, valendo-se de uma incessante retomada de suas significações e da propagação de suas ramificações.

Diante do exposto, é possível afirmar, de um modo geral, que o modelo social apresentado por Vigarello (1998) e a influência da Igreja acabaram contribuindo para a construção da percepção do que é ser homem e do que é ser mulher nos últimos séculos, culminando na existência de um simbolismo estereotipado dos papéis e das funções sociais destes indivíduos. Há “resquícios” de uma concepção de que o sexo feminino é subordinado e inferior ao sexo masculino:

[A construção social do gênero] se processa pela atribuição dicotômica e hierarquizada de predicados aos sexos: ou seja, racional/emocional, objetivo/subjetivo, concreto/abstrato, ativo/passivo, força/fragilidade, virilidade/ recato, trabalho na rua/do lar, público/privado. Desta forma, as qualidades masculinas são opostas às femininas, sendo estas últimas inferiorizadas, vistas como negativas. O polo positivo é representado pelo homem-racional-ativo-forte-potente-guerreiro-vil-trabalhador-público, enquanto o polo negativo é representado pela mulher-emocional-passiva-fracá-impotente-pacífica-recatada-doméstica. (ANDRADE, 2004, p. 262 *apud* LIMA, 2012, p. 08).

Estes estereótipos do homem e da mulher ainda podem ser percebidos na sociedade e tornam-se mais evidentes, se o assunto é a sexualidade. Apesar dos vários questionamentos e discussões que a temática já causou e causa, assim como o homem detinha poder sobre a mulher e o seu corpo no Antigo Regime, hoje é possível observar mecanismos de controle sobre a mulher e a sua sexualidade: a educação familiar, por vezes, repressora e fiscalizadora da intimidade da filha; a educação religiosa que condena a relação sexual antes do casamento, inculcando a ideia do sexo como algo profano/pecaminoso; o direito penal e o sistema judiciário que, ao questionar as vestimentas e as companhias de uma mulher violentada, incriminam condutas femininas que se desviam do “modelo ideal” de mulher.

A respeito destes controles, Lima (2012, p.09), ao evocar o patriarcalismo, aponta algumas diferenças entre o homem e a mulher, principalmente no que tange ao modo de praticar a sexualidade:

Os homens do mundo patriarcal devem pautar-se de forma sexualmente livre - e até libertina - devido à posição de superioridade e independência que lhes cabe. Devem ser, portanto, rígidos, másculos e dominadores. Por sua vez, às mulheres resta a necessidade de resguardar sua moral sexual, agindo de forma efetivamente recatada. Suas vestimentas, seus diálogos e seus comportamentos devem revestir-se da cautela necessária a ensejar o

respeito do seio social. Seu corpo não é considerado sua propriedade, senão verdadeiro objeto de controle da sociedade.

Estas diferenças entre homem e mulher foram social e ideologicamente construídas ao longo do curso da história e ainda estão cristalizadas, porque podem ser percebidas nas práticas sociais atuais. Mesmo que a mulher tenha conquistado e venha conquistando mais espaços e direitos, ainda é possível observar uma espécie de *pré-conceito* de resistência e de controle em relação a ela e as suas demandas. Estas observações estão em consonância com os questionamentos propostos por Garcia e Abrahão e Sousa (2014, p.1043):

Indagamos: na contemporaneidade o que se diz sobre a mulher? Há uma mudança na posição que ela ocupa na sociedade? A sociedade vê a mulher como um sujeito que participa de seu funcionamento? Ou, ainda, há um discurso que a violenta ao rotulá-la de 'santa', 'vadia', 'culpada'?

Estas indagações provocam uma reflexão para a qual não há respostas hoje (devido à complexidade e abrangência do assunto); contudo, são questões que, pelo fato de terem sido feitas, deixam indícios de que a posição histórica do que é ser mulher ainda se faz presente. Há quem pense que a mulher deva ser 'bela, recatada e do lar'; há quem não aceite que a mulher exerça determinados trabalhos; há quem concorde com a diferença salarial entre homem e mulher; há quem recrimine uma mãe solteira; há quem controla as vestimentas, o salário e os locais que a mulher pode frequentar; há quem pense que a mulher com roupas curtas está 'pedindo' por sexo; há quem enxerga e trata a mulher como um objeto; há quem não aceita o '*não*' de uma mulher; há quem busca por desculpas para justificar uma agressão; há quem culpabiliza a mulher por ter sido violentada⁷.

As considerações apresentadas acerca do estupro e das diferenças entre o que é ser homem e o que é ser mulher evidenciam sentidos que retornam, por meio da memória discursiva, em outras formulações. Dito de outro modo, nas práticas discursivas atuais, circulam esses sentidos: uma voz ideológica (V1), determinada pelas FI1/FD1, ressoa na sociedade, atravessando enunciados como o da SD1- *Você me faz parecer um monstro*, em que, apesar de remeter a um abuso contra uma mulher, ela é acusada e responsabilizada.

⁷Vale a ressalva de que se tem a compreensão de que as pessoas que pensam e agem das maneiras exemplificadas não se restringem apenas aos homens, pois algumas dessas ações também podem ser percebidas nas próprias mulheres.

Abaixo, a imagem apresentada busca representar a relação estabelecida entre a noção de 'vozes' e a AD, no que se refere à V1:

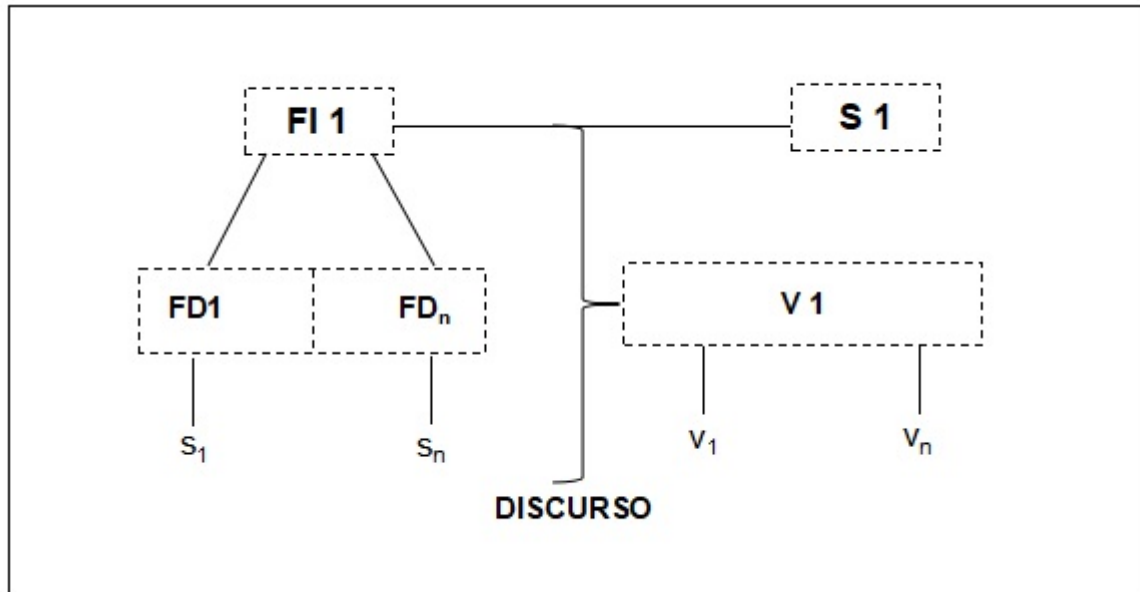


Figura 2 – Relação entre V1 e a FI1 e as FDs

Este esquema apresenta a FI1, que compreende a mulher como ser inferior ao homem, o ser dotado de razão, de força e de direito sobre ela. Para ela, há uma imagem ideológica de Sujeito: trata-se do Sujeito-ideologia (S1), que determina os sujeitos-indivíduos (s_1 , s_n), porque os interpela em sujeitos, assujeitando-os as suas orientações valorativas. Deste modo, FI1 e S1 constituem-se concomitantemente, determinando o modo de pensar a mulher como objeto do homem. Sobre este modo de pensar, há os modos de dizer sobre a mulher, representadas por FDs. A FD1 é este modo de dizer social que atravessa o sujeito agressor (s_1), permitindo que ele abuse e, ainda assim, responsabilize a mulher.

Contudo, uma FI não se materializa em apenas uma FD e, por esta razão, no esquema, apresenta-se FD_n , que representa as 'n' possibilidades de dizer a mulher, desde que em consonância com a FI1, a saber: é possível citar uma FD religiosa que diz que a mulher deve permanecer aos cuidados do pai ou do marido, deve preservar sua intimidade sexual até o casamento e, quando casada, deve cuidar do lar e da educação dos filhos. Este modo de dizer sobre a mulher está de acordo com a FI1 pelo fato de não oferecer liberdade à mulher, uma vez que ela necessita ser mantida aos cuidados do homem. Em outras palavras, esta FD religiosa é uma das

formas de materialização da FI1, porque estabelece uma relação assimétrica entre homem e mulher: ele possui superioridade para determinar como, quando, onde e o que a mulher deve fazer, restando a ela ser obediente.

A respeito da hierarquia entre homem e mulher e sobre o papel da religião, Perrot (2007, p. 83, grifos nossos) assevera que as relações entre as mulheres e as religiões foram/são ambivalentes e paradoxais,

isso porque **as religiões são**, ao mesmo tempo, **poder sobre as mulheres e poder das mulheres. Poder sobre as mulheres: as grandes religiões monoteístas fizeram da diferença dos sexos e da desigualdade de valor entre eles um de seus fundamentos.** A hierarquia do masculino e do feminino lhes parece da ordem de uma Natureza criada por Deus. Isso é verdade para os grandes livros fundadores - a Bíblia, o Corão.

Em relação ao poder da religião sobre a mulher, a historiadora francesa afirma que, além de prescrever a conduta e o papel da mulher na sociedade, a religião determina que seus organizadores sejam homens. De acordo com Perrot (2007, p. 84), eles são

organizadores dessas religiões, as quais, todas elas, estabelecem a dominação dos clérigos e subordinam as mulheres, geralmente excluídas do exercício do culto (na igreja ou na sinagoga), ou mesmo de seu espaço: o que acontece nas mesquitas do islã, embora o profeta Maomé fosse cercado de mulheres, como relata Assia Djebar (Loin de Médine).

Sobre o catolicismo, a autora qualifica esta religião como clerical e macho, uma vez que só os homens podem exercer o sacerdócio, detendo o poder, o saber e o sagrado. Contudo, Perrot (2007, p. 84) afirma que esta organização deixa “escapatórias para as mulheres pecadoras: a prece, o convento das virgens consagradas, a santidade. E o prestígio crescente da Virgem Maria, antídoto de Eva. A rainha da cristandade medieval”.

Com relação à religião como poder *da* mulher, Perrot (2007) esclarece que as mulheres se dedicaram a ela não só pelo dever que lhes era cobrado, mas também por ser algo prazeroso e que lhes oportunizava certa sociabilidade. Neste sentido, segunda a autora, dedicar-se à religião, mesmo com toda submissão imposta, ainda poderia ser, para a mulher, um refúgio contra o poder masculino e familiar.

Ainda para exemplificar as “n” FDs possíveis que materializam a FI1, pode-se

citar uma FD que justifica a dominação masculina pela sua força e estrutura física. A esse respeito, Safioth (1987, p. 12) afirma que “Presume-se que, originariamente, o homem tenha dominado a mulher pela força física. Via de regra, esta é maior nos elementos masculinos do que nos femininos”. Contudo, a própria autora questiona a afirmação, uma vez que, dependendo da altura, do peso, da estrutura óssea e de outros fatores, há mulheres fisicamente mais fortes do que homens. Mesmo diante desse fato, a socióloga admite que há uma ideologia que está incutida nas pessoas que mantêm essa ideia de força masculina e fraqueza feminina. Tanto é assim que Safioth (1987, p. 12) exemplifica:

A força desta ideologia da ‘inferioridade’ da mulher é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua ‘fraqueza’. Estão de tal maneira imbuídas desta ideia de sua ‘inferioridade’, que se assumem como seres inferiores aos homens.

A partir destes exemplos de outras FDs da FI1, atenta-se para o fato de que o esquema demonstra, pela linha tracejada, a porosidade que lhe é constitutiva, uma vez que, na discursividade, existem relações em que se afetam, aproximam-se e se embatem. Estas relações entre S1, FI1, FDs e sujeitos só se concretizam no e pelo discurso, que possibilita que a presença de vozes seja percebida. Estas vozes, por seu turno, estão a serviço de uma voz ideológica (V1), que existe pela determinação que sofre das FI1, FDs e S1.

Em síntese, a V1 apresenta-se como um dos pontos de vista discursivos percebidos no *corpus* de pesquisa. É uma voz que concebe a relação entre homem e mulher, bem como seus respectivos papéis sociais, de maneira hierarquizada, em que o homem é o ser superior, dotado de força, razão e poder sobre a mulher e ela é o ser inferior, que deve servir e agradá-lo.

Em contrapartida, outro ponto de vista discursivo notado no *corpus* refere-se a V2, uma voz ideológica que luta contra V1, pois entende a mulher como ser livre e de direitos sobre si e sobre seu corpo. Trata-se de uma voz de empoderamento da mulher e que luta contra a relação assimétrica para com o homem, uma relação construída sócio-histórico-ideologicamente e que, apesar de que mudanças tenham ocorrido, está fortemente cristalizada nas práticas sociais e discursivas. Para esta Voz, também se pode apresentar um esquema da relação entre ela e uma FI/FD:

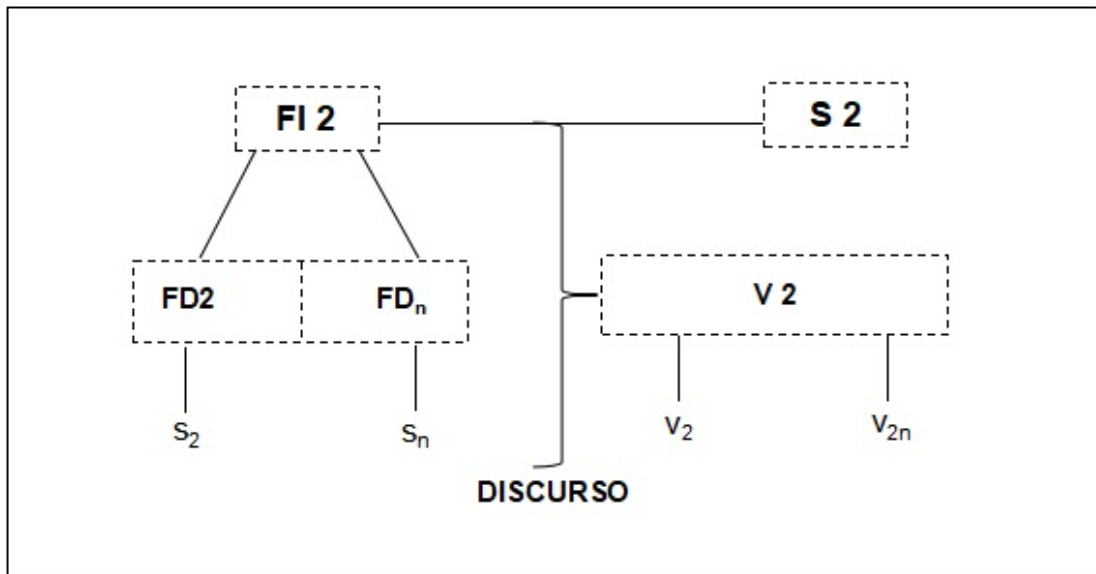


Figura 3 - Relação entre V2 e a FI2 e as FD2 e as FDs

A FI2, que interpela os sujeitos a se posicionarem contra a violência sexual, pensa a mulher como ser que possui direitos, opondo-se a FI1. Esta FI2 também se constitui em uma relação de recíproca influência com o Sujeito-ideologia (S2), que representa o sujeito ideal para ela, afetando os sujeitos com orientações valorativas a respeito do que se pensa sobre a mulher. A FI2, a partir de um modo de pensar a mulher, materializa-se em diferentes FDs, que são os modos de dizer a mulher. Neste sentido, a FD2 (FD_n) assujeita o s₂ (s_n), também apresentadas aqui a título de exemplificação e efeito de evidência de que uma FI se materializa em “n” FDs.

É a FD2, portanto, que afeta os sujeitos s_{2A} e s_{2B}, que representam a mulher agredida e a fotógrafa respectivamente. No e pelo discurso, esses sujeitos, a partir das posições que ocupam, manifestam-se contra a agressão sexual sofrida, gerando efeitos de respostas e de ressignificação da violência, bem como de conscientização acerca desta problemática social. É também no discurso que se pode perceber as vozes desses sujeitos (v_{2A} e v_{2B}) que são sobredeterminadas pela V2, que está em consonância com a FI2, o S2 e a FD2 que a constitui.

Como se espera ter demonstrado, apesar de a dominação masculina sobre a mulher ter sido e ainda ser, em partes, historicamente dominante, FI2/FD2/V2 são produzidos historicamente pela mulher (mas não só por ela), que gera discursos e efeitos de contraidentificação com a dominação. Contudo, ressalta-se que estudos sobre a história da mulher também foram silenciados. De acordo com a historiadora

Perrot (1995, p. 13, grifo nosso), a história não teve um papel pioneiro nos estudos em relação a diferença entre os sexos e assevera:

Até o século XIX, faz-se pouca questão das mulheres no relato histórico, o qual, na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que **o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem.**

Esta ordem se refere à organização social da época: como a historiografia se detinha aos estudos do âmbito público e social e como o espaço destinado para a mulher era o privado/doméstico, silenciavam-se as mulheres no relato histórico, porque se encobria o âmbito privado e cotidiano (PERROT, 1995). Em vista disso, a autora explica que as transformações dessa realidade, ou seja, as iniciativas de estudo sobre o âmbito privado e familiar, ocorreram por outras disciplinas, sendo elas a sociologia e a antropologia. Contudo, Perrot (1995, p.17) faz a seguinte ressalva: “pode-se tratar de família e de vida privada sem abordar frontalmente a questão das mulheres enquanto sujeitos da história”.

A historiadora cita alguns dos estudos que começaram a se preocupar em pensar a mulher numa perspectiva histórico-temporal, contudo ela afirma que a maior investida nessa temática de pesquisa se deu, nos anos 70, na França, devido ao movimento das próprias mulheres. A partir dele, alcançaram-se algumas vitórias, a saber, leis sobre o aborto e leis sobre a penalidade em caso de estupro foram efetivadas. Na década de 80, as pesquisas começam a tomar mais forma e, no campo de pesquisa em história, Perrot (1995, p. 20, grifo nosso) esclarece que:

Em vinte anos, consolidou-se um campo de pesquisas que evoluiu nos seus objetos, seus métodos e pontos de vista. **Tratava-se inicialmente de tornar visível o que estava escondido, de reencontrar traços e de se questionar sobre as razões do silêncio que envolvia as mulheres enquanto sujeitos da história. Isso conduziu a uma reflexão em torno da história enquanto produto da dominação masculina,** a qual atuava em dois níveis: nível dos próprios acontecimentos e nível da elaboração deles empreendida pelo relato (*story* e *history*).

Nesse contexto, a autora também iniciou pesquisas a respeito da história da mulher. Numa das obras, *Minha história das mulheres*, a autora trata inicialmente da invisibilidade da mulher que, como mencionado anteriormente, justificava-se pelo

fato de a mulher não atuar no espaço público. Perrot (2007, p. 17) esclarece o espaço ao qual as mulheres eram submetidas:

Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a *stasis*, a desordem. Sua fala em público é indecente. 'Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão'. Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno.

Nesta perspectiva, nota-se que, de modo geral, historicamente, o silêncio da mulher e sua invisibilidade eram desejáveis por aqueles que transitavam no espaço público: os homens. Também, ao retomar discursos sobre as mulheres, Perrot (2007, p. 23) comenta sobre o pensamento de Aristóteles, que, de acordo com ela, foi quem estabeleceu radicalmente a superioridade masculina:

As mulheres se movem nas fronteiras da civilidade e da selvageria, do humano e do animal. São uma ameaça potencial para a vida harmoniosa da coletividade. Como mantê-las afastadas? As mulheres não são apenas diferentes: modelagem inacabada, homem incompleto, falta-lhes alguma coisa, são defeituosas. A frieza da mulher se opõe ao calor do homem. Ela é noturna, ele é solar. Ela é passiva e ele, ativo. O homem é criador, por seu sopro, o *pneuma*, e por sua semente. Na geração, a mulher não passa de um vaso do qual se pode esperar apenas que seja um bom receptáculo. O pensamento de Aristóteles modela por muito tempo o pensamento da diferença entre os sexos.

Além de Aristóteles, a historiadora cita filósofos que buscaram argumentos, na Medicina e nas Ciências Sociais, para demonstrar a inferioridade das mulheres, como Rousseau, Auguste Comte e Proudhon. Entretanto, Perrot (2007, p. 24) destaca: "Felizmente, há vozes mais consoladoras. Uma delas é a de Condorcet, a mais igualitária. Ele preconiza a admissão das mulheres à cidadania e à ciência".

Perrot (2007) analisou ainda imagens em que mulheres foram representadas, com o intuito de procurar compreender o que elas dizem sobre a vida e o desejo das mulheres. Fundamentando-se em Georges Duby, ela afirma que as representações das mulheres em pinturas eram resultados de um olhar do homem:

a força da iniciativa masculina que reduz as mulheres a espectadoras, mais ou menos submissas, de si mesmas. 'As

mulheres não representavam a si mesmas', escreve ele. 'Elas eram representadas. [...] Ainda hoje, é um olhar de homem que se lança sobre a mulher' e se esforça para reduzi-la ou seduzi-la (PERROT, 2007, p.24).

Os espaços, os discursos e as imagens sobre a mulher eram determinados pelos homens. Em vista disso, Perrot (2007), para escrever uma história da mulher, acabou estabelecendo distinções entre os sexos masculino e feminino. A primeira questão apontada pela autora refere-se à longevidade: a taxa de mortalidade de mulheres era superior à dos homens na Idade Média e na Idade Moderna, devido à alta mortalidade nos partos. Com relação ao nascimento de bebês, Perrot (2007, p. 42) afirma que os meninos eram mais desejados do que as meninas e, inclusive, "Nos campos de antigamente, os sinos soavam por menos tempo para o batismo de uma menina, como também soavam menos para o enterro de uma mulher". Havia um valor diferente atribuído aos sexos, em que o sexo feminino era inferiorizado e o masculino supervalorizado. Tanto é assim que, segundo a autora, o infanticídio das meninas era uma prática muito antiga.

A vida da menina, antes do século XX, era desconhecida. Depois disso, o que se sabe é que

Elas passam mais tempo dentro de casa, são mais vigiadas que seus irmãos, e quando se agitam muito são chamadas de 'endiabradas'. São postas para trabalhar mais cedo nas famílias de origem humilde, camponesas ou operárias, saindo precocemente da escola, sobretudo se são as mais velhas. São requisitadas para todo tipo de tarefas domésticas. Futura mãe, a menina substitui a mãe ausente. Ela é mais educada do que instruída (PERROT, 2007, p. 43).

Com relação à escolarização, nesta perspectiva, nota-se que os meninos eram mais adiantados do que as meninas. Na chegada da puberdade, rituais de passagem da vida infantil para a adulta, como a primeira menstruação, eram silenciados. Nesse momento da vida das jovens, Perrot (2007, p.45) comenta que "Preservar, proteger a virgindade da jovem solteira é uma obsessão familiar e social". Na juventude, a filha de um aristocrata poderia fazer algumas atividades desde que estivesse acompanhada e, objetivando um casamento, era introduzida ao mundo social. Em contrapartida, a filha das classes populares começava a trabalhar desde muito nova, realizando trabalhos domésticos e, nas palavras da historiadora, "era constrangida à promiscuidade" (PERROT, 2007).

O casamento era considerado o ápice da vida de uma mulher e, geralmente, era arranjado pelas famílias para atender seus interesses e manter a linhagem familiar. Quando casada, a mulher é

ao mesmo tempo, **dependente e dona-de-casa**. Cabe a ela usar dos poderes que lhe são conferidos ou relegados. **Dependente juridicamente**, ela perde seu sobrenome. **Está submetida a regras de direito** que têm por objetivo principal proteger a família: costumes do Antigo Regime; Código civil eminentemente patriarcal. **Dependente sexualmente**, está reduzida ao 'dever conjugal' prescrito pelos confessores. E ao **dever de maternidade**, que completa sua feminilidade (PERROT, 2007, p. 47, grifo nosso)

A historiadora afirma que a esterilidade era temida e vergonhosa, sendo atribuída à mulher, o que permitiria repudiá-las. A mulher também era dependente em seu corpo, podendo receber “corretivos”, conforme afirma Perrot (2007, p. 48): “Bater na mulher é uma prática tolerada, admitida, desde que não seja excessiva. Se os vizinhos escutam os gritos de uma mulher maltratada, não interferem. ‘O homem deve ser rei em sua casa’”. A esposa também era dependente economicamente de seu marido, que controlava as decisões familiares de modo geral.

O que Perrot (2007) evidencia é que a mulher, desde seu nascimento, era subordinada ao homem. Sua vida, sua educação, seu trabalho, seus desejos e seu corpo eram determinados e submetidos às decisões do homem. Era ele que tinha controle sobre a mulher.

Tendo em vista o que foi exposto sobre a história da mulher e sua relação com o homem, percebe-se que, muito do que se sabe dessa história, é, de certo modo, produto do que se sabe da história do homem. Dito de outro modo, conforme Perrot (2007) apresenta a vida da mulher, também revela muito da vida do homem: ele ocupava o espaço público; estabelecia as regras sociais/domésticas; possuía o controle financeiro da família; tinha liberdade sexual; protegia a virgindade da filha; escolhia o esposo para casar com sua filha; determinava a vida sexual da esposa; tinha autoridade máxima na família. Portanto, o que essa história retrata é o poder que o homem detinha sobre a mulher.

Todavia, é preciso enfatizar que nem sempre as mulheres foram submissas e, com o tempo e com as próprias mudanças sociais, as mulheres foram conquistando espaços que outrora lhes foram relegados. As mulheres inseriram-se no mercado de trabalho por exemplo; no entanto, havia alguns trabalhos considerados “adequados”

para elas, a saber: operárias de fábricas, costureiras, secretárias, professoras, entre outros, que, no fundo, são extensões dos trabalhos de casa. O fato de as mulheres exercerem essas profissões contribuiu para que se unissem, formando associações e sindicatos, o que propiciou o surgimento de ações coletivas em busca de direitos e de igualdade entre os sexos. Algumas das reivindicações das mulheres referem-se ao *direito ao saber*, educação e instrução; *direito ao trabalho e ao salário*; *direitos civis*; *direitos políticos* e *diretos do corpo* (PERROT, 2007).

A luta por esses direitos, bem como as suas respectivas conquistas (algumas ainda ‘parciais’/ ‘relativas’), proporcionaram um empoderamento feminino, de modo que a mulher, genericamente, passou a se reconhecer como “dona de si”, livre e independente. Via de regra, é ela que luta pelos direitos citados, principalmente no que se refere ao corpo. É ela que deseja possuir liberdade sexual. É ela que quer ter o poder de escolha, de dizer “sim”, de dizer “não”, sendo compreendida e respeitada por sua decisão. É ela que deseja que o “sim” não signifique promiscuidade. É ela que luta para que o seu “não” seja entendido como “não”. É ela que repetidamente nega que seu “não” seja um “charme” que significa “sim”. É ela que quer poder usar as roupas que deseja sem ser julgada. É ela que deseja ir às ruas sem sentir medo por ser mulher. É essa mulher que é interpelada em sujeito pela FI2/FD2 e é na sua voz que se escuta a V2 clamando por atenção.

Perrot (2007, p. 166), finalizando a história das mulheres e se referindo ao que pormenorizou a respeito dessa temática, apresenta uma reflexão que cabe ser destacada neste trabalho:

Em todos esses casos, trata-se, sobretudo, das mulheres às voltas com a violência, a guerra, e com formas de dominação masculina, das quais também os homens são vítimas. Entretanto, isso não esgota as relações entre os homens e as mulheres, do mesmo modo que o status de vítima não resume o papel das mulheres na história, que sabem resistir, existir, construir seus poderes [...] Escrever sua história não é um meio de reparação, mas desejo de compreensão, de inteligibilidade global.

Realizadas estas ponderações, apresenta-se o segundo esclarecimento que se refere à(s) razão(ões) pela(s) qual(is) decidiu-se utilizar o conceito de polifonia no estudo que, de certa maneira, foi sendo tratado até o momento.

Em vista disso, justifica-se a “metaforização” do conceito de ‘*polifonia*’. Pelo fato de ser defensável a superposição de vozes nos enunciados das fotografias,

considerou-se pertinente investigá-los. Contudo, por não haver um conceito na AD que trate de vozes, optou-se por deslocar o conceito utilizado por outros estudiosos: Mikhail Bakhtin, Oswald Ducrot e Jaqueline Authier-Revuz. Acredita-se ser possível realizar este deslocamento por considerar como a própria AD foi constituída: a partir de uma série de rupturas e deslocamentos conceituais devidamente adequados para o que foi visado principalmente por Pêcheux.

Diante disso, sabendo que 'polifonia' não se encontra nos domínios da AD, realiza-se um *empréstimo conceitual* e se faz uma reterritorialização deste conceito, compreendendo que as vozes presentes no discurso são constituídas histórica e ideologicamente. Neste sentido, entende-se as vozes como discursivas porque são afetadas pela história e pela ideologia e não como produtos de sujeitos conscientes e "donos do seu dizer": eles são, poder-se-ia dizer: porta-vozes.

Considera-se, ainda, relevante o conceito de 'polifonia' porque

Cada enunciado é, por natureza, polifônico, pois ainda que busque mostrar uma só voz, nele estão presentes murmúrios de enunciados com que dialoga, o que ocorre de forma crucial, quando, na forma interna, vozes distintas são ouvidas. Seja por meio de uma polifonia assumida e que se representa no enunciado, ou por uma outra que, em forma de diálogo, remete a vozes que não se encontram no tecido textual, mas explicam a sua necessidade histórica, o homem não pode ser outra coisa que não voz entre vozes, com relação às quais se posiciona e polemiza. (CATTELAN, 2008, p. 143-144).

Com base no exposto até o momento, a seguir, serão realizadas as análises dos enunciados das fotografias do *Project Unbrekable*, objetivando compreender discursivamente o jogo de vozes que apresentam. Para tanto, paralelamente às reflexões analíticas, será retomado como cada teórico (Bakhtin, Ducrot e Authier-Revuz) conceituou a polifonia, explicitando como esse conceito se aproxima ou se distancia do arcabouço teórico-metodológico da AD e como é usado nesta pesquisa.

3.1 A POLIFONIA BAKHTINIANA: VOZES QUE “IMPERAM”

- *É Bach. Do seu Pequeno Livro para Órgão. 'Ich ruf'zu dir, herr Jesu Christ'. O tema é originalmente um hino mas Bach fez um novo arranjo e o embelezou um pouco. Ele era o mestre da polifonia, se sabe o que isso.*

- *Não, é outra coisa que não sei.*

- ***Polifonia vem da Idade Média. É um fenômeno inteiramente europeu. Baseia-se na ideia de que cada voz é sua própria melodia, mas juntas em harmonia.***⁸

O excerto acima é um diálogo entre os personagens Seligman e Joe, extraído do filme dinamarquês **Ninfomaníaca** (Vol. I), escrito e dirigido por Lars von Trier, em 2013. Neste filme, a protagonista Joe é encontrada na rua e resgatada por Seligman, um homem solitário e bem informado. Ele a leva para sua casa, onde a alimenta e cuida de seus ferimentos físicos e psicológicos por meio de uma longa conversa. A mulher, tomada pelo sentimento de culpa, conta sua história. Ela acessa suas memórias de infância e juventude para explicar a incessante busca pelo prazer e por “sentir algo”. O diálogo entre as personagens configura-se por momentos em que Joe narra, com certa “frieza”, episódios vividos e por momentos em que Seligman a interrompe, acrescentando um aspecto filosófico à conversa e usando diversas metáforas, simbolismos e relações com seus conhecimentos. O trecho transcrito exemplifica as relações propostas pela personagem, bem como traz à tona o conceito de *polifonia*, sobre o qual se fará reflexões e justifica esta introdução.

Seligman explica para sua “hóspede” o que significa a polifonia: “- *Polifonia vem da Idade Média. É um fenômeno inteiramente europeu. Baseia-se na ideia de que cada voz é sua própria melodia, mas juntas em harmonia.*”, mostrando a relação direta entre a polifonia e a música. A respeito desta relação, Pires e Tamanini-Adames (2010, p. 66) comentam: “Na música, o termo polifonia é usado desde há muito para designar um tipo de composição musical em que várias vozes, ou várias melodias, sobrepõem-se em simultâneo.”. Conforme as autoras, esta forma de composição musical, ao surgir, opôs-se à homofonia (monodia), característica do canto gregoriano (por referência ao Papa Gregório), cuja composição é constituída por melodias unitárias e homofônicas. Roman (1992-93, p. 210) explica a diferença entre estas duas modalidades musicais:

Enquanto polifonia é uma multiplicidade de vozes independentes, imiscíveis e superpostas cantando textos variados, homofonia são várias vozes cantando simultaneamente o mesmo texto,

⁸Ninfomaníaca - Vol. I, 1h40 minutos.

subordinadas à harmonia que garante a unidade musical através dos acordes.

Tomando como base estas composições musicais - polifonia e homofonia, o filósofo russo, Mikhail Bakhtin, ao analisar a poética do também filósofo e escritor russo, Dostoiévski, realiza um deslocamento do conceito de polifonia e o retoma para refletir sobre as vozes presentes na obra dostoiévskiana.

Nesta perspectiva, embora seja possível perceber a relação existente entre a polifonia musical característica da Idade Média e a polifonia literária de Dostoiévski, verifica-se que o teórico da linguagem se apropria do conceito, aplicando-o em sua crítica literária. Em outras palavras, a polifonia é aplicada e desenvolvida, por ele, no universo enunciativo de uma obra literária. Diante disso, atenta-se para o fato de que Bakhtin aplica os estudos de polifonia à esfera romanesca, neste trabalho, realiza-se outro deslizamento, pois o olhar analítico incide sobre a polifonia, não mais do texto literário, mas nos enunciados inscritos nas fotografias do *Project Unbreakable*. O objeto de análise se refere a enunciados compreendidos discursivamente à luz da AD. Defende-se que isso seja possível, porque os enunciados apresentam uma multiplicidade de vozes e porque podem ser compreendidos como “enunciados concretos” por se constituírem na interação entre interlocutores, bem como porque, para Bakhtin, “a polifonia é parte essencial de toda enunciação, já que em um mesmo texto ocorrem diferentes vozes que se expressam, e que todo discurso é formado por diversos discursos” (PIRES; TAMANINI-ADAMES, 2010, p. 66).

Retomando a questão da polifonia na obra romanesca de Dostoiévski, Bakhtin (2010, p. 4, grifos do autor) explica que “*A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski*”. Frente a esta constatação, Bakhtin considera o escritor russo o criador do romance polifônico, porque se afasta do comum de sua época, em que as personagens eram objetos do discurso do autor:

só ele soube colocar e resolver em toda sua amplitude e profundidade: a tarefa de construir um mundo polifônico e destruir as formas já constituídas do romance europeu, principalmente do romance *monológico* (homofônico) (BAKHTIN, 2010, p. 6).

Acerca do romance monológico, Pires e Tamanini-Adumes (2010, p. 67)

explicam que, “Como na monodinia musical, nos gêneros que tendem à monologia, uma voz domina as outras vozes, que se subordinam”. O texto romanesco de Dostoiévski, contrariamente, apresenta uma multiplicidade de consciências que participam do diálogo em uma relação de absoluta igualdade. Existem vozes ideológicas contraditórias, mas que coexistem com o narrador. Deste modo, as personagens principais não são objetos da consciência do autor:

Suas obras marcam o surgimento de um herói cuja voz se estrutura do mesmo modo como se estrutura a voz do próprio autor no romance comum. A voz do herói sobre si mesmo e o mundo é tão plena como a palavra comum do autor; não está subordinada à imagem objetificada do herói como uma de suas características, mas tão pouco serve de intérprete da voz do autor. (BAKHTIN, 2010, p. 6).

Em vista disso, Bakhtin (2010, p. 12) afirma que a originalidade da obra dostoiévskiana ocorre por mostrar o valor da individualidade dos sujeitos, havendo independência interior de suas personagens: “Trata-se, antes de mais nada, na liberdade e independência que elas assumem na própria estrutura do romance em relação ao autor”. Portanto, para o teórico, o romance de Dostoiévski é dialógico:

Não se constrói como o todo de uma consciência que assumiu, em forma objetificada, outras consciências, mas como o todo da interação entre várias consciências, dentre as quais nenhuma se converteu definitivamente em objeto da outra. (BAKHTIN, 2010, p. 18-19).

Assim, percebe-se que as interações entre as consciências e os elementos do romance revelam que, segundo Bakhtin (2010, p. 47), Dostoiévski “construiu o todo romanesco como um ‘grande diálogo’”. Verifica-se, desse modo, que a obra romanesca do autor é simultaneamente polifônica e dialógica. Neste ponto, introduz-se a questão do dialogismo, outro conceito significativo dos estudos bakhtinianos e que está relacionado à noção de polifonia.

A noção de dialogismo está relacionada com a própria concepção de linguagem bakhtiniana. Pires e Tamanini-Adumes (2010, p. 67) explicam que, para Bakhtin, a linguagem é “uma realidade intersubjetiva e essencialmente dialógica, em que o indivíduo é sempre atravessado pela coletividade” e, portanto, entende-se a língua como interação verbal.

Faria e Silva (2013, p. 53), abordando a noção de dialogismo, explica uma de

suas facetas constitutivas:

se toda palavra se dirige a alguém e tem seu tema construído na interação, temos sempre o mínimo de dois interlocutores. No entanto, devemos também considerar que todos os enunciados de que participamos vêm de outros enunciados e provocam respostas. Por isso, dizemos que nosso enunciado estabelece relações dialógicas com tantos outros.

A partir dessas considerações, a autora ressalta que, além dos interlocutores presumidos, em um enunciado, há outras “vozes”. Nesta perspectiva, o dialogismo ocorre pela interação entre interlocutores e pela relação entre as vozes que estão presentes, explícita ou implicitamente, nos enunciados. Contudo, apesar da relação existente entre a polifonia e o dialogismo, é pertinente enfatizar que eles não devem ser confundidos entre si:

o dialogismo é o princípio dialógico constitutivo da linguagem, enquanto **a polifonia se caracteriza por vozes polêmicas em um discurso**. Podemos concluir que, nos gêneros polifônicos, há vozes tão polêmicas quanto as dos personagens dos romances de Dostoiévski, os quais funcionam como seres autônomos, com visão de mundo, voz e posição própria (PIRES; TAMANINI-ADUMES, 2010, p. 67, grifos nossos).

Diante dessa breve retomada dos conceitos bakhtinianos, doravante, serão estabelecidas relações de aproximações e distanciamentos entre suas teorizações e as da AD a partir de algumas sequências discursivas, como a que se segue:

SD2 – ‘*Sorria. Mostre-me que você está feliz. Estou fazendo isso por [para] você*’.

Esta SD é a tradução do enunciado transcrito na fotografia de Grace Brown, realizada em Delaware, Ohio, no dia 25 de setembro de 2012:

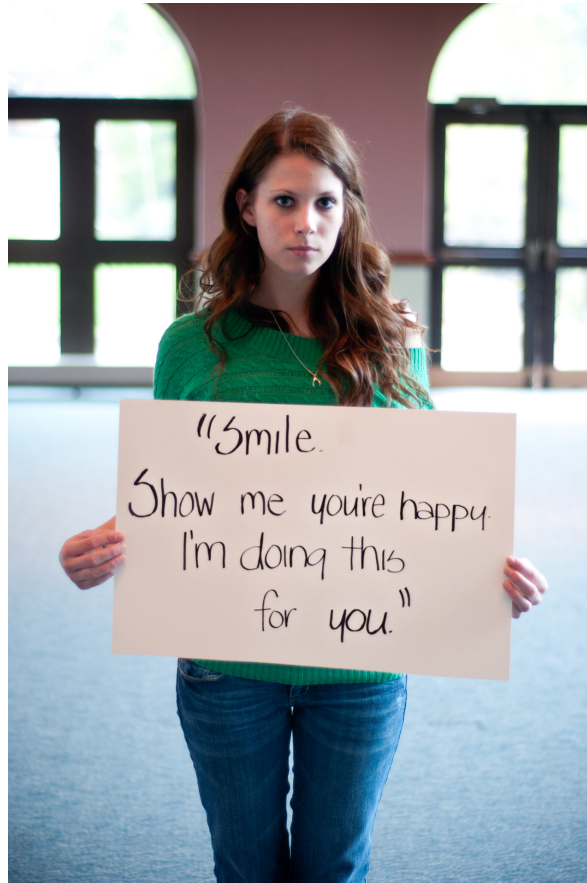


Figura 4 -Sorria
Fonte: BROWN, Grace (2012).

A partir das concepções bakhtinianas, pode-se afirmar que o enunciado da fotografia é dialógico e polifônico. Ele remete a uma citação concreta, em que é possível perceber mais de um interlocutor. Num contexto imediato, os interlocutores são: a fotógrafa e a moça agredida no momento da captura da imagem; a fotógrafa e o “público leitor” do trabalho a partir da publicação das fotografias nas redes sociais; a moça e o público que a vê na imagem; a moça e seu agressor, tendo em vista a possibilidade de “resposta” e de ressignificação, dentre outros. No contexto mediato, considerando que é característico do projeto as mulheres reproduzirem algo que o abusador disse, retoma-se o momento de interação verbal referente ao abuso, quando ele diz o que diz para a moça.

Nesta multiplicidade de interlocutores possíveis, também pode ser notada a presença de vozes que atravessam o enunciado, sendo as vozes do agressor (v_1), da agredida (v_{2A}), da fotógrafa (v_{2B}). Como para Bakhtin, de acordo com Faria e Silva (2013), os interlocutores são marcados social, ideológica ou historicamente e, tendo em vista que, para ele, segundo Pires e Tamanini-Adumes (2010, p. 71) “todo texto é constituído por várias vozes, é a reconfiguração de outros textos que lhe dão origem,

dialogando com ele, retomando-o”, é possível afirmar que as vozes citadas remetem àquelas vozes que as constituem: V1 e V2.

Nesta perspectiva, podem ser evidenciadas vozes polêmicas que ecoam no enunciado. Tecendo uma relação entre a polifonia bakhtiniana e uma polifonia possível na AD, seria no modo de “ecoar” que elas se diferenciariam de um modo determinante: a) para Bakhtin, as vozes reverberam de maneira equivalente, “em pé de igualdade”, conscientes de si mesmas plenipotentes; b) para a AD, estas vozes (v) não estabelecem um “coro harmonioso”, porque não são equipolentes ou autônomas, mas estão a serviço de outras Vozes (V): são porta-vozes. Neste ponto, toca-se na questão mais complexa: a noção de sujeito.

Na AD, o sujeito é visto como determinantemente assujeitado à ideologia e ao inconsciente e, por isso, não tem controle do seu dizer e não é a origem do sentido. Ele se constitui como tal por meio da entrada no simbólico, ou seja, torna-se sujeito no e pelo discurso. É assujeitado pela(s) FDs/FIs que o interpelam em sujeito.

De acordo com Bezerra (2005, p. 192 *apud* PIRES; TAMANINI-ADAMES, 2010, p. 73), “Bakhtin não constrói suas concepções de monologismo, dialogismo e polifonia como abstrações desprovidas de conteúdo histórico, social e ideológico”. Neste sentido, nota-se que a teoria do discurso bakhtiniana também considera o papel que a história e a ideologia desempenham na produção dos discursos e dos sentidos. Bakhtin também destaca a questão de que os discursos retomam outros discursos já ditos e que as vozes retomam outras vozes já ditas. Então, o que diferencia significativamente é como o sujeito é compreendido na teoria de Bakhtin. A respeito desta concepção, Faria e Silva (2013, p. 56, grifos nossos) esclarece:

Bakhtin e o Círculo, então, propõem um sujeito que não tem liberdade, por sempre trazer as vozes de outros e responder a elas? De maneira alguma. Existe, para esses teóricos, o entendimento de que **cada enunciador confere ao enunciado seu estilo, ainda que representante de um grupo social, histórico e ideológico, ainda que inevitavelmente sendo um homem de sua época.** [...] cada um de nós, ao fazer uso da língua e se instaurar como sujeito do discurso, assume, com esses discursos, um comprometimento ou um embate, reproduzido-os, questionando-os ou rechaçando-os em inúmeras variações de grau.

O sujeito de Bakhtin possui relativa consciência e liberdade. Mesmo sendo afetado pela história, pelo social e pela ideologia, ele possui um estilo e uma atitude responsiva em relação aos discursos. Contrariamente, para a AD, o sujeito é

absolutamente afetado pela ideologia que o interpela como tal e, deste modo, não apresenta um estilo próprio ou uma atitude responsiva que escolha. O sujeito da AD se manifestará no discurso de acordo com o que sua FD/FI estabelecem, sendo atravessado por elas. O sujeito diz aquilo que sua FD determina que pode e deve ser dito e, neste sentido, a própria “escolha” lexical não é decidida por ele. A partir da oposição que ocupa, ele se manifesta no discurso de um modo que, os recursos linguísticos que compõem o intradiscurso são determinados por aquilo que está pré-construído para/pela FD. Concomitantemente, a constituição da linearização do discurso no intradiscurso também é determinada pelo discurso transversal da FD.

Com base no exposto, refletindo sobre a SD-2, percebe-se que o sujeito agressor só diz o que diz por conta de todo processo descrito sumariamente acima. O s_1 , afetado por uma FI1 que objetifica e inferioriza a mulher, manifesta no discurso modos de dizer sobre a mulher que estão em consonância com aquilo que é dado pela FD1. Em outras palavras, os sentidos que deslizam de “seu” discurso revelam um modo de pensar a mulher como estando à disposição do homem:

SD2 – ‘Sorria. Mostre-me que você está feliz. Estou fazendo isso por [para] você’.

Numa CP do discurso que se refere ao abuso, em que, por estar agredindo a mulher, o agressor manifesta a crença na superioridade e no poder sobre a mulher, podendo usá-la como objeto de satisfação sexual. Esta crença é perceptível na materialidade linguística do discurso. O enunciado inicia pela repetição imediata do modo verbal imperativo dos verbos “sorrir” e “mostrar”. Sabendo que o sujeito da AD não controla o dizer, pelo fato de ser determinado pela ideologia e pelo inconsciente, pode-se afirmar que o emprego destas flexões não ocorre aleatoriamente. Em outras palavras, elas ratificam a FI1, que concebe a mulher como disponível ao homem. Dentre as possibilidades de dizer o que disse, “escolheram-se” verbos imperativos, sendo esta “escolha” permitida pela FD1 que interpela o agressor em sujeito

FI1/S1/FD1/V1 afetam s_1 , constituindo-o como sujeito, e sua voz (v_1). Estas formações e vozes concebem a mulher como ser dominado pelo homem; sendo assim, ela lhe deve obediência e subserviência. Se o homem deseja, a mulher deve obedecer. Diante disso, verifica-se que o emprego dos verbos “sorrir” e “mostrar” no modo imperativo, considerando uma CP abusiva, revelam ordens a serem seguidas pela mulher: deve sorrir e se mostrar feliz, apesar de estar sendo agredida, agressão

que, aliás, o agressor parece (mas apenas parece) não reconhecer que ocorra.

Sabe-se que os verbos imperativos, além de expressarem ordens, também podem expressar pedidos, convites, conselhos, orientações, etc. No entanto, por se tratar de um contexto abusivo e não de uma relação consentida, neste caso, eles provocam um efeito de ordem e não, por exemplo, de um pedido, pois, se assim fosse, a resposta da mulher teria espaço no discurso e, provavelmente, ela não seria uma vítima. Ou ainda: mesmo que pareça provocar um efeito de “pedido”, as CPs e as F11/FD1, que interpelam o agressor, fazem com que os sentidos deslizem de modo que o ato de pedir produza um efeito retórico: ele não espera uma resposta; contrariamente, deseja que ela aja de acordo com a sua vontade.

Ela não é ouvida no sentido de ter sua vontade respeitada; pelo contrário, ela é obrigada a ouvir e a obedecer ordens em um contexto em que seu corpo é (foi) violado. O corpo da mulher é submetido ao abuso físico e, concomitantemente, ela é violentada pelas ordens do “homem” que a agride. E não são quaisquer ordens: é sorrir e é mostrar que está feliz, numa situação dramática. Ela deve obedecer e mostrar ao agressor aquilo que menos pode oferecer dadas as circunstâncias.

O uso do modo verbal imperativo, aqui, está adequado ao ato abusivo, pois, num contexto de agressão sexual, existe uma relação assimétrica conflituosa: o homem, provido da supremacia física, obriga a mulher a satisfazer os seus desejos. De maneira geral, só se pode ordenar e ser obedecido, quando se está (ou acredita estar) hierarquicamente acima daquele que obedece. Uma ordem, de um modo ou de outro, revela uma relação de força e de poder. No caso da SD2, verifica-se a relação de força e poder do homem sobre a mulher, que a violenta física e verbalmente, exigindo-lhe atitudes tão cruéis quanto o próprio abuso, como oferecer um sorriso quando se é violentado tão intimamente e sorrir diante de um ato de violação.

Os dois primeiros segmentos da SD2 estão linguisticamente marcados pelos imperativos “sorria” e “mostre” e ambos exigem da vítima uma atitude, no mínimo, sofrível: sorrir e mostrar felicidade não é algo que, normalmente, possa ser esperado de uma vítima de abuso. Para as mulheres, o abuso representa dor, vergonha, tristeza e, portanto, naturalmente, não provocam alegria e contentamento. É por esta razão que se pode postular que esperar estas atitudes se configura como mais uma maneira de violentar a mulher: exige-se e toma-se a intimidade da mulher, quando ela não quer e, ao mesmo tempo, impõe-se um comportamento que, na situação, a

mulher não tem/pode oferecer.

O terceiro segmento da SD2 (*Estou fazendo isso por [para] você.*), mesmo não apresentando verbos imperativos, também violenta a mulher, pois é mais uma maneira de agredi-la por meio da língua. Contudo, antes de discutir essa afirmação, faz-se necessário apresentar algumas ressalvas no que tange à tradução e aos efeitos produzidos por ela. Neste sentido, direciona-se o olhar para a preposição: em *I'm doing this for you*: a preposição *for* possui duas possibilidades de tradução, 'por' e 'para'. Por esta razão, a SD2 permite a detecção de ambas possibilidades.

Neste período, o pronome demonstrativo "isso" remete às ações do agressor, mesmo que não afirme ou não acredite agir abusivamente. Ele afirma fazer o que faz *por/para* sua agredida. Considerando a SD integral, o que se percebe é que o agressor produz um efeito quase de favor para a mulher: é como se, para ele, ela "quisesse" o contato íntimo e, portanto, o que faz não é uma agressão, mas uma forma de homenagem; algo que se faz a outrem com a intenção de "ajudar". Mesmo que, supostamente, ela tenha recusado verbalmente, o "não" é desconsiderado. Além disso, pode-se inferir que, pelo fato de o agressor "mandar" que ela sorria e se mostre feliz, provavelmente, ela estava manifestando fisicamente (por expressão de dor, choro, desaprovação) o contrário, ou seja, é possível afirmar que, de alguma maneira, a mulher manifestou uma recusa, que não foi respeitada. Pode-se, desse modo, notar que esse efeito de "favor" se configura como uma justificativa (que nada justifica) para a ação do agressor e como uma forma de desresponsabilização por seus atos, com as responsabilidades recaindo sobre a mulher agredida.

Considera-se que as duas possibilidades de tradução da preposição citada, mesmo produzindo (aparentemente) efeitos diferentes, também acabam por eximir a responsabilidade do agressor (ou pretender eximir). Nesta perspectiva, traduzindo o *for* por *por*, pontuam-se duas questões: i) o *for* é usado, no inglês, como preposição de direcionamento; ele pressupõe algo que alguém faz para outra pessoa, porque ela não pode fazer. Por exemplo: em *I'm reading this letter for you* (Estou lendo essa carta por você), o for permite pressupor que uma pessoa não pode ler a carta e, por esta razão, necessita que alguém a leia. Por mais que o exemplo seja simples, ao se relacionar com a SD2, é possível afirmar que o agressor acredite que a mulher queira e precise desse contato íntimo, mas que não pode fazer sozinha ou admitir querer o contato e ele, então, faz esse "favor". Esta preposição produz, de certo modo, o efeito de "ajuda". É como se o agressor necessitasse desta crença para

justificar suas ações e não sentir que tenha agido inadequadamente; ii) traduzido por *por*, o *for* também pode produzir o efeito de causa e, neste sentido, quem causa as ações do homem é a mulher. Sendo ela a causa *por*, segundo ele, não poder/querer admitir intimidade, novamente, a responsabilidade não recai sobre o homem, mas sobre a mulher. Neste sentido, para o agressor, a mulher seria a causa, o motivo e a razão dele realizar esse “favor”.

Por outro lado, traduzindo o *for* por *para*, o efeito que se produz é de finalidade: é *para* ela que ele faz o que faz. Fazendo *para* ela, mais uma vez, o que se pode observar é que há uma fuga da responsabilidade por parte do agressor, que recai sobre a mulher agredida. Logo, é possível afirmar que, de um modo ou de outro, seja por meio do efeito de *causa* ou de *finalidade*, ocorre um processo de culpabilização da mulher frente a uma violência, que se acredita ser tão traumática quanto a própria violência sofrida. O segmento, *Estou fazendo isso por [para] você*, é tão agressivo para a mulher que é justamente o que ela lembra para escrever no cartaz. A agressão simbólica, somada à física, torna-se traumática (também) pelo fato de ser imposto à mulher carregar a responsabilidade e a culpa pela violação sofrida. A mulher é violentada em todos os níveis: seu desejo é descartado, seu corpo é usado e sua condição de vítima é denegada: a culpa é dela.

A partir dessas considerações, pode-se defender que, no momento do abuso, as vozes presentes no enunciado revelam o pressuposto de crença da dominância e da superioridade masculina. A voz do agressor (v_1) é dominante em relação à voz da mulher agredida (v_{2A}), tanto que sua vontade não é considerada e v_1 só apresenta essa dominância por ser sobreterminado pelas $F11/FD1/V1$ e por estar em uma CP que contribui para que isso ocorra. Contudo, quando se considera a CP da produção e divulgação da imagem do *Project Unbreakable*, a dominância de $v_1/V1$ torna-se relativa, pois entra em confronto com $v_{2A}/v_{2B}/V2$.

Como dito no capítulo 2, o analista do discurso deve buscar uma regularidade na dispersão discursiva. Com esse objetivo, apresenta-se mais uma SD⁹:

SD3 – ‘*Pare de mentir, eu sei que é isso que você quer*’.

⁹Sabe-se que, para tratar da regularidade presente na dispersão discursiva, mostrar a repetição em apenas mais uma SD não seria o bastante. Contudo, tendo em vista o espaço destinado para essa discussão, neste momento, será abordada apenas mais uma SD. Além disso, as demais SDs, que serão analisadas nos próximos tópicos, também elucidam de algum modo essa regularidade.

Esta SD foi retirada da seguinte fotografia de Grace Brown, realizada no dia 2 de julho de 2014, em Columbus, capital do estado norte-americano Ohio:

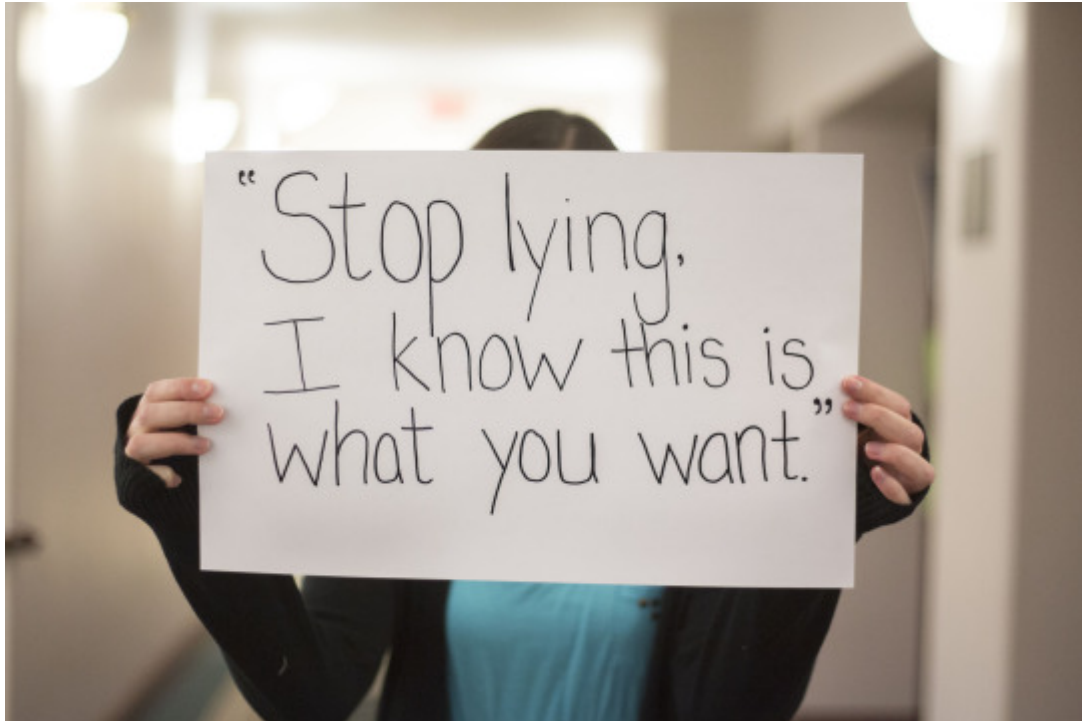


Figura 5 – Pare de mentir
 Fonte: BROWN, Grace (2014)

A SD3 também revela polifonia, pois há um jogo entre vozes polêmicas, sendo cada uma delas, conforme esquema na introdução deste capítulo, afetada por uma voz ideológica diferente (V1 e V2) sobredeterminada por uma FD e uma FI. Como na SD anterior, a SD3 apresenta, concomitantemente, mantendo a mesma ordem, primeiramente, a manifestação de força e poder pelo uso do modo verbal imperativo, seguida por um segmento que produz a culpabilização da mulher.

Na SD3, o modo verbal imperativo é utilizado por meio do verbo *parar*. O agressor ordena que a mulher *pare de mentir*, evidenciando que é ele que domina a “relação”, é ele que ordena e é a mulher que deve obedecer. O homem só pode ordenar, porque está em uma posição que a FD permite. Somada à ordem, há uma acusação/desconfiança implícita: a mulher está mentindo. Como as CP do abuso não são pormenorizadas nas redes sociais do *Project Unbreakable*, infere-se que essa acusação pode ser vinculada a dois contextos: ou, no momento do abuso, ele a acusa de mentir, ao dizer que não deseja o contato íntimo e, neste caso, o homem acredita que a mulher quer, apesar de negar, desconsiderando a negação; ou ele se

defende da possível acusação após o ato abusivo, respaldando sua defesa em uma ordem (pare de mentir), que implica em uma acusação: a mulher é mentirosa.

Neste contexto abusivo, a mulher é inferiorizada pelo homem, porque deve obedecer, sendo ainda desqualificada como mentirosa. O infinitivo verbal *mentir*, que complementa o imperativo “pare”, evoca o adjetivo *mentirosa* que é associado a algo negativo na sociedade: não se dá (não se deve dar) créditos à mentira e a alguém que mente. A primeira passagem da SD3 (*Pare de mentir*), portanto, evidencia a posição subalterna da mulher, que deve ser obediente, assim como a caracteriza pejorativamente como mentirosa, o que acaba por inferiorizá-la ainda mais. Em outras palavras, se a mulher está mentindo, o homem está dizendo verdade e quem diz a verdade é, geralmente, do bem. Com essa ordem acusatória, o agressor revela que está sendo interpelado pela V1 e pelas FI1/FD1, tendo em vista que a FI1 acredita na superioridade masculina, apostando no poder do homem sobre a mulher, tendo-o como detentor da razão e da verdade.

O segundo segmento (*eu sei que é isso que você quer*) está subordinado ao primeiro e, por esta razão, sustenta a acusação que o agressor faz à mulher, pois ele, enquanto homem, *sabe* a verdade: ela desejou a intimidade assim como ele. Sendo o detentor da razão, o que ele acha que sabe é o suficiente. Além disso, ao dizer *eu sei que é isso que você quer*, percebe-se a outra regularidade entre as SDs: se ele sabe o que ela quer e, para ele, ela quer, a intimidade não é forçada, é desejada e, por isso, ele não tem responsabilidade. Toda a SD3 é construída em torno da defesa do homem e, conseqüentemente, da responsabilização ou, pelo menos, da convivência da mulher: ela também quis.

As SDs 2 e 3, quando remetidas ao contexto abusivo, revelam o embate entre as vozes do sujeito agressor (v_1) e do sujeito agredida (v_{2A}), de tal modo que se percebe a dominância do agressor sobre a agredida, isto porque s_1 é interpelado em sujeito pela FI1 e pela FD1, que veiculam a ideologia da superioridade masculina ainda arraigada. Ambas as SDs revelam uma das facetas do agressor e das vozes (v_1 e V1) que o atravessam: é ele quem manda, é ele quem ordena. São as vozes que o atravessam que *imperam*, ocasionando a subordinação da mulher: porque é ela que deve obedecer; porque a intimidade praticada é responsabilidade dela.

Mantendo o foco na condição de produção e de divulgação da fotografia, relacionada ao preceito do *Project Unbreakable*, a dominância de V1 é relativizada, porque passa a se confrontar diretamente com V2, que interpela a agredida e a

fotógrafa (v_{2A} e v_{2B}), que lutam contra a inferiorização e objetificação da mulher.

Com base nas reflexões realizadas, em síntese, afirma-se que as SDs 2 e 3 são polifônicas, já que apresentam uma multiplicidade de vozes polêmicas. Contudo, a compreensão de *polifonia* empregada distancia-se da polifonia bakhtiniana, pois, como se buscou demonstrar, as vozes que compõem o coro das SDs analisadas são determinantemente afetadas por FIs, por FDs e por um Sujeito-ideologia. Esta determinação produz dois efeitos que contrariam a concepção polifônica de Bakhtin: a) os sujeitos não estão no controle do dizer e dos sentidos: o sentido é dado pelas FDs que os constituem e eles se iludem como fonte do dizer e dos sentidos pelo trabalho de ilusão que a ideologia exerce sobre eles; b) o coro de vozes não é harmônico: como, de modo geral, as vozes são constituídas por ideologias distintas que se aproximam ou se embatem, há vozes mais dominantes do que outras.

A polifonia de Bakhtin, que se refere ao texto literário, principalmente pela questão da subjetividade, não pode ser utilizada como postulada pelo fundador da AD, sem gerar conflito entre teorias. É em vista disso que o que se propõe é um deslocamento do conceito para o campo da AD, respeitando seus princípios. Assim, tendo estabelecido as relações possíveis entre a AD e a polifonia bakhtiniana, na sequência, serão estabelecidas relações com a teoria polifônica de Ducrot.

3.2 A POLIFONIA DUCROTIANA: VOZES QUE AMEAÇAM

Entendo que o conceito de polifonia de Ducrot é um caso de apropriação (explicitamente assumida, aliás). Como tal, implica alguma 'alteração', seja na forma de extensão (a outro campo, a outros domínios), seja na forma de uma inflexão específica (o que pode implicar restrição ou ampliação de sentido). Aliás, foi também o que fez Bakhtin, ao tomar da música essa categoria, e adaptá-la a seus objetivos (POSSENTI, 2009, p. 146).

Tendo abordado, na seção anterior, a concepção de polifonia bakhtiniana e estabelecido relações com a AD, neste momento, de modo semelhante, apresenta-se o conceito de *polifonia* do linguista francês Oswald Ducrot. Assim como Bakhtin buscou na música essa categoria, readequando-a aos seus propósitos teóricos de estudo do texto literário, Ducrot, voltando-se para a análise argumentativa dos enunciados, executa um deslocamento da noção.

Em seus estudos, Ducrot (1987) questionou a concepção unitária do sujeito da enunciação. Porém, diferentemente de Bakhtin, que empregou o conceito nos

estudos literários, Ducrot repensou o conceito para uso na disciplina que denominou como “pragmática semântica” ou “pragmática linguística”. Para Ducrot (1987, p.172), então, a *polifonia* se refere ao fato de um enunciado apresentar vozes distintas que não são pertencentes a apenas um sujeito de consciência: “é o objeto próprio de uma concepção polifônica do sentido mostrar como o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes”.

Possenti (2009) esclarece as principais diferenças entre a teoria polifônica de cada estudioso. Uma delas, como já se percebeu, refere-se ao fato de Bakhtin ter desenvolvido a noção de polifonia possuindo como objeto de estudo o texto literário e, Ducrot (1987, p. 161), por sua vez, desenvolve o “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, aplicando o conceito para análise de enunciados “isolados”:

Mas esta teoria de Bakhtine, segundo meu conhecimento, sempre foi aplicada a textos, ou seja, a sequências de enunciados, jamais aos enunciados de que estes textos são constituídos. De modo que ela não chegou a colocar em dúvida o postulado segundo o qual um enunciado isolado faz ouvir uma única voz.

A outra diferença entre a polifonia bakhtiniana e a ducrotiana que Possenti (2009) assinala se refere ao fato de que, de um lado, Bakhtin considera que várias vozes falam simultaneamente sem que uma seja preponderante, ou seja, as vozes são equipolentes. De outro lado, diferentemente, Ducrot acredita que exista uma voz que é dominante em relação às demais. Neste sentido, pode-se afirmar previamente que o conceito de polifonia do francês aproxima-se mais da AD, que considera a existência *discursos* dominantes.

Estabelecidas essas diferenças, volta-se a reflexão para Ducrot que, de acordo com Cabral (2013), é um estudioso da corrente estruturalista, que não se influenciou pelo gerativismo predominante nos anos 60, pois, tendo se inspirado em trabalhos de filósofos de Oxford, consolidou uma visão não-logicista da linguagem, voltando-se para o caráter pragmático da língua inserida em situação de comunicação. Cabral (2013, p. 184) afirma que este linguista “dedicou-se ao estudo das palavras da língua, das expressões, procurando observar a orientação argumentativa contida nelas”.

Abordando especificamente o conceito de polifonia linguística formulado por Ducrot, Cabral (2013, p. 184) explica-o de maneira didática:

A presença do outro se encontra na base do conceito de polifonia, conceito que tem em Ducrot uma abordagem um pouco diversa de outros teóricos. A noção de polifonia, para Ducrot, diz respeito ao fato de que o locutor põe em cena no enunciado certo número de figuras discursivas, ou seja, enunciadores, com estatutos linguísticos e funções diferentes.

É justamente a partir da percepção da existência e da presença dessas figuras discursivas nos enunciados que Ducrot (1987, p. 178) nega a teoria da unicidade do sujeito da enunciação: “É esta teoria [...] que permite empregar a expressão ‘o sujeito’, pressupondo como uma evidência que há um ser único autor do enunciado e responsável pelo que é dito no enunciado”. Considerando que o autor pretende refutar esta teoria, ele apresenta três propriedades constitutivas do sujeito falante para, em seguida, opor-se a elas: a primeira é a de que “ele é dotado de toda a atividade psico-fisiológica necessária à produção do enunciado”; a segunda é “ser autor, a origem dos atos ilocutórios realizados na produção do enunciado” e a terceira é de “ser designado em um enunciado pelas marcas da primeira pessoa [...] Considera-se como óbvio que este ser designado por *eu* é ao mesmo tempo o que produz o enunciado”.

Ducrot (1987), após expor as três propriedades do sujeito falante, apresenta as figuras discursivas que podem estar presentes no enunciado, bem como as formas de polifonia que elas estabelecem e que, por esta razão, sobrepujam a concepção de unicidade do sujeito. As figuras discursivas à quais se refere Ducrot são: sujeito empírico, locutor e enunciador.

Cabral (2013) define o sujeito empírico como o autor, o produtor do enunciado. O locutor, por sua vez, de acordo com Ducrot (1987, p. 182), é

um ser que é no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que se refere o pronome *eu* e as outras marcas da primeira pessoa.

A noção de locutor formulada por Ducrot permite que se observem, no mínimo, três locutores. Cattelan (2008, p. 145), resumidamente, elenca-os do seguinte modo:

um, a quem se deve o dizer (o locutor propriamente dito ou a ficção discursiva), outro coincide com o ser do mundo (o locutor pode ser responsabilizado pelo ato ilocutório) e outro ainda, que, embora distinto do locutor produtor, deixa marcas de primeira pessoa no

enunciado (o discurso relatado).

A(s) outra(s) figura(s) discursiva(s) referem-se aos enunciadore, que são os responsáveis pelos pontos de vista presentes em um enunciado. Ducrot (1987, p. 192) explica que chama de enunciadore os seres que

são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles 'falam' é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras.

Com base no exposto, verifica-se que é a partir do reconhecimento da existência e das combinações possíveis entre as vozes de locutores e enunciadore em um enunciado que, para Ducrot (1987), a linguagem apresenta um coro polifônico, em que um discurso coloca em cena outro discurso. Neste ponto, verifica-se certa aproximação entre Ducrot e AD: um discurso não existe isolado; ao contrário: só existe porque estabelece relações com outros discursos, questão que também pode ser percebida na teoria polifônica de Bakhtin. Entretanto, esta aproximação é frágil, ao se colocar em pauta a questão da subjetividade: ponto que provoca um distanciamento significativo entre a AD e a polifonia ducrotiana.

Ducrot apresenta-se como um linguista filiado à escola Pragmática de estudos da linguagem e, neste sentido, concebe o sujeito como um estrategista consciente. Cattelan (2008, p. 145) explica a relação sujeito/autor na produção dos discursos a partir do postulado de polifonia ducrotiana:

O autor de um discurso pode se valer dessas figuras discursivas: a) para obter que um enunciado remeta simultaneamente a sistemas de referência distintos, prendendo a atenção pelo jogo multirreferencial, ou b) para organizar pontos de vista, assumindo uns e recusando outros. Num caso como no outro, ele estará buscando constituir uma estratégia que lhe permita alcançar os efeitos almejados.

Diante desta noção ducrotiana de sujeito (um estrategista consciente), verifica-se um embate frontal com a concepção de sujeito da AD, que é tido determinado pela ideologia e pelo inconsciente. A questão da subjetividade, portanto, é o que provoca o distanciamento entre a AD e a teoria polifônica de Ducrot. Em vista disso, é nesse ponto que se propõe a reterritorialização do conceito para o campo da AD.

Logo, para relacionar a teoria polifônica ducrotiana com a AD, enfatiza-se que se considera que um discurso/enunciado seja polifônico no sentido de ser constituído por diferentes vozes superpostas. Contudo, as noções de locutor e enunciador, nos domínios da AD, não podem ser concebidas como seres dotados de consciência ou como vozes fonte. Se, para a AD, o sujeito é assujeitado pelo inconsciente e pela ideologia, os locutores e os enunciadores também são afetados por estas instâncias.

A partir desta ressalva, é possível estabelecer algumas correlações entre os postulados de Ducrot e a AD. Pensando no conceito de *locutores*, verifica-se que, na AD, eles podem ser concebidos como os sujeitos do discurso, já evidenciados neste estudo, como o s_1 , s_{2A} e s_{2B} . Como estes sujeitos são afetados pela ideologia, são assujeitados por pontos de vista discursivos determinados pelas ideologias que os determinam. Neste sentido, estes sujeitos, no discurso, apresentam vozes que são determinadas pelas Vozes ideológicas, V1 e V2. Estas Vozes, como já apresentado, configuram-se como pontos de vista discursivos e, por isso, podem ser relacionadas ao conceito de *enunciadores* postulado por Ducrot. Reitera-se que, para que seja possível estabelecer estas relações conceituais, locutores e enunciadores são vistos como sobredeterminados pela ideologia e não como os produtores de estratégias subjetivas conscientes, pois, para a AD, a chave está na interpelação.

Feitas estas considerações, a seguir, serão analisadas duas SDs, objetivando, por um lado, exemplificar o conjunto de relações possíveis; por outro, tentar solidificar a possibilidade de entender o discurso como polifônico a partir de uma concepção discursiva; por fim, manter a atenção no objetivo geral da pesquisa.

Abaixo, apresenta-se mais uma fotografia de Grace Brown, realizada no dia 17 de fevereiro de 2014, em Harrisongburg, cidade do estado da Virgínia, da qual é extraída a quarta SD deste trabalho:



Figura 6 – Fazer doer
Fonte: BROWN, Grace (2014).

Nesta imagem, verifica-se a SD4, que produz efeito de ameaça:

SD4 - *'Não me faça ferir'*.

Sabe-se que, no contexto da violência acontecida e conforme se pode observar no discurso relatado, foi isso que o agressor disse para sua agredida. Considerando este contexto, pode-se inferir ao menos uma razão pela qual o agressor disse o que disse: trata-se de um evento abusivo, porque a intimidade não foi consensual e, portanto, acredita-se que a mulher tenha tentado se defender e/ou manifestado com seu corpo o desejo de *não* querer a intimidade. Com base no que se conhece de casos de violência sexual, sabe-se que há episódios (se não todos) em que a mulher luta contra o abuso, por meio de gritos e movimentos bruscos com o corpo para evitar o toque indesejado, arranhões e mordidas. Por mais que não se saiba quais foram as reações da agredida, observa-se que, de algum modo, ou ela tentou se defender e evitar a violência, ou não conseguiu esconder seu sofrimento e,

possivelmente, estas reações tenham desencadeado a ameaça: *Não me faça ferir*, o que só ocorreria se a força tivesse que ser empregada: o que parece ser o caso.

Considerando que um dos efeitos que a SD4 produz é o da ameaça de ferir, verifica-se um ponto em comum com as SDs anteriores: como a relação de abuso é assimétrica, assim como quem ordena é quem tem o poder, quem ameaça está numa posição de supremacia em relação àquele que a recebe. Esta posição somente é possível, porque o sujeito do discurso é afetado ideologicamente por uma FI/FD que concebe e permite esta superioridade, conforme já demonstrado em FI1/S1/FD1/V1. Nesta perspectiva, o locutor do enunciado, s_1 , revela que a v_1 é determinada pelo enunciador, V1, que assume como ponto de vista discursivo a preponderância masculina e, por conseguinte, a submissão feminina.

Esta SD, por meio da ameaça de ferir, por um lado, silencia uma ferida e, por outro, traz à tona a questão da sobrepujança masculina no que se refere à força física. Com relação ao silenciamento, verifica-se que, ao ameaçar ferir, o sujeito agressor silencia/apaga o fato de que o que está fazendo, para a agredida, já é uma ação que fere, ou seja, ele já está ferindo a mulher, porque não respeita a sua vontade e o “não” que está pressuposto na necessidade de ameaçar. O toque e a intimidade indesejada são ações que por si só ferem e machucam. Neste sentido, o sujeito agressor, ao dizer o que diz, é interpelado por FI1/FD1/V1 e torna evidente a sua “superioridade” e a possibilidade de objetificar a mulher, sem que isso, para ele, signifique feri-la: para ele, o ferimento só aconteceria no caso da não-aceitação da violência sexual.

Como o sujeito agressor é interpelado por estas formações e vozes, o seu discurso revela que a crença na superioridade masculina ocorre, neste caso, quase exclusivamente por causa da força física. Pode-se afirmar que ele só pode ameaçar ferir, porque possui uma força física maior e só a utiliza contra a mulher, porque é afetado por formações que permitem isso. Além disso, é possível inferir que o ato de ameaçar, além de ser um mecanismo para conseguir forçosamente o que quer, pode ser feito pelo sujeito agressor pelo prazer de poder ameaçar, porque, como já dito, quem ameaça está numa posição de ascendência e, portanto, a ameaça pode ser prazerosa, porque gera a sensação de poder: sentir-se poderoso é prazeroso para o agressor. Tudo isso sintetiza as formações e vozes que atravessam o sujeito agressor: ele prepondera sobre a mulher, detém a força e pode usá-la para conseguir o que quer; pode objetificá-la e, principalmente, pode sentir prazer; em

última instância, o prazer da relação é ditado pelo homem.

Alerta-se para o fato de que, além de sofrer o abuso, a agredida é obrigada a sofrer também uma violência simbólica (já notada nas SDs anteriores): a ameaça ocorre pelas palavras e elas também agredem, cujo alvo principal é o ingrediente psicológico da mulher. Postula-se que, além dos efeitos já mencionados, a ameaça de ferir dispara na mulher a sensação de que pode sentir ainda mais dores e de que a violência pode ser ainda mais traumática; é com estes temores que, talvez, a mulher ceda ao homem, tornando a ameaça bem-sucedida e dando poder ao agressor. Não se pretende nenhum juízo de valor sobre o comportamento da mulher; ao contrário, objetiva-se evidenciar como ela está encurralada no sentido de lhe ser negada qualquer possibilidade de ser ouvida e respeitada. Posto em termos cotidianos e de acordo com o ditado popular: “ou vai por bem, ou vai por mal”.

A próxima SD também demonstra a faceta ameaçadora do agressor e da sua voz. Ela foi extraída da imagem fotografada por Grace Brown, no dia 7 de outubro de 2013, na cidade de Middletown, estado de Connecticut.

SD5 – ‘Se você gritar, eu farei doer mais do que a última vez’. - Meu abusador.

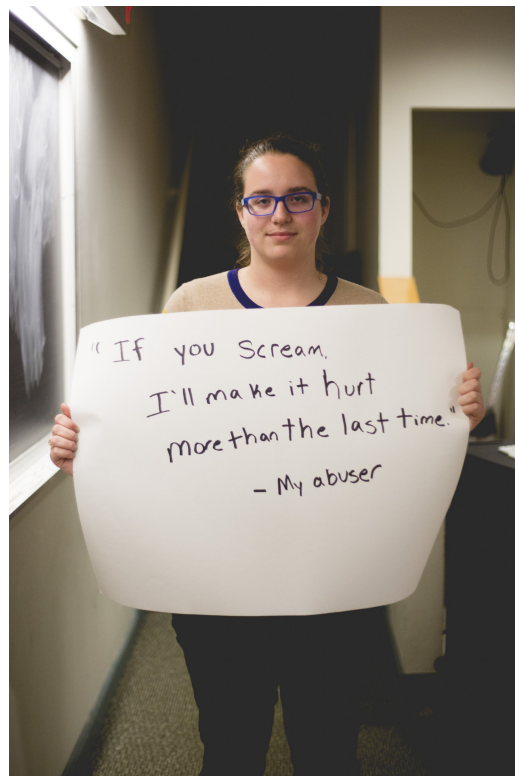


Figura 7- Doer mais
Fonte: BROWN, Grace (2013).

Nesta SD, é possível perceber repetições de alguns traços já apontados e discutidos em SDs anteriores. O primeiro se refere ao uso das aspas, marca linguística evidenciada na SD1, que, pelo uso do discurso direto, demarca que o discurso é de outrem. Já se enfatizou que, uma das características do *Project Unbreakable* é o fato das vítimas reproduzirem/transcreverem em cartazes o que foi dito no momento do abuso. Mesmo que não houvesse aspas, seria possível afirmar que o discurso não é da moça agredida que segura o cartaz. Contudo, em algumas fotografias, como o caso das imagens relacionadas às SDs 1 e 5, verifica-se esta presença. Entende-se que o uso das aspas, nestes casos, justifica-se pela necessidade de as moças agredidas deixarem claro que se trata da fala do agressor. Além disso, por mais que não seja possível afirmar com certeza que a reprodução seja literal, elas geram este efeito de fidelidade ao que ouviram do agressor, como se fosse uma transcrição *ipsis litteris*.

A SD5 gera esse efeito de definição de que a fala não é da agredida, além do emprego das aspas, da indicação final, feita pela moça, *meu abusador*. Esta indicação deixa claro que o discurso “*Se você gritar, eu farei doer mais do que a última vez*” foi dito pelo agressor da jovem, funciona como uma “assinatura” para que não reste dúvidas de que foi algo que ela ouviu por quem a violentou.

Outra característica semelhante entre as SDs 4 e 5 se refere aos enunciados apresentarem um tom ameaçador. Especificamente a SD5 produz o efeito, por meio da expressão marcadora de tempo, *a última vez*, que, em outras ocasiões, forçou-se uma intimidade, havendo violação sexual; ela indica que, no mínimo, houve mais de uma circunstância abusiva. Pode-se afirmar que o fato de ter sido evocado o momento abusivo precedente produz ao menos dois efeitos que se relacionam, a saber: ao remeter à experiência abusiva anterior, o agressor demonstra ainda possuir controle e poder sobre a mulher e ela, sabendo disso, deve aceitar o contato íntimo, para que não sinta mais dor do que já havia sofrido.

Novamente, há uma violência simbólica que agride o elemento psicológico da agredida: ele a relembra de como sentiu dor para que, instaurando o medo de sentir ainda mais, “colabore” com ele. Trata-se de mais um discurso que revela a faceta ameaçadora de s_1 e de v_1 . Ameaça quem tem poder e quem tem poder, neste contexto, por estar amparado em uma F11/FD1/V1, é o sujeito agressor. A moça agredida, inferiorizada e objetificada não possui ao menos espaço para manifestar sua dor: não pode chorar, não pode gritar, não pode pedir ajuda, pois, está sob

ordens, ameaças e o desejo do seu agressor.

A SD5 “*Se você gritar, eu farei doer mais do que a última vez*” é física, sexual e psicologicamente violenta. Revela o nível de violência a que a abusada é submetida, ameaçada, violentada e desrespeitada. Aponta para um jogo psicológico que pretende fazer com que a vítima colabore, seja conivente com a relação, para que o agressor possa sustentar a defesa de que o ato foi consensual, desresponsabilizando-se. Deixa evidente a relação assimétrica entre homem e mulher: quem ameaça e quem tem força para provocar mais dor é o homem, o detentor de poder físico.

Com base no exposto a respeito das SDs 4 e 5, retomando a relação que se pretende estabelecer entre a polifonia ducrotiana e a AD, podem-se apresentar dois esquemas que didatizam a relação: um, referente ao momento do abuso propriamente dito, e outro, referente à publicação da fotografia: momentos diferentes de enunciação. Antes de apresentá-los, novamente, reitera-se que os termos locutor e enunciador são deslocados para o campo teórico da AD e, por isso, são concebidos como instâncias afetadas sócio-ideologicamente.

Com relação ao momento do abuso, pode-se esquematizar os enunciados das SDs como polifônicos por apresentarem um locutor L_1 , que é o próprio sujeito agressor (s_1), e também um enunciador E_1 , que se refere ao ponto de vista discursivo ideológico que sustenta este locutor, representado pelo Sujeito-ideologia, S_1 , relacionado, como tem sido demonstrado, com FI1/FD1/V1:

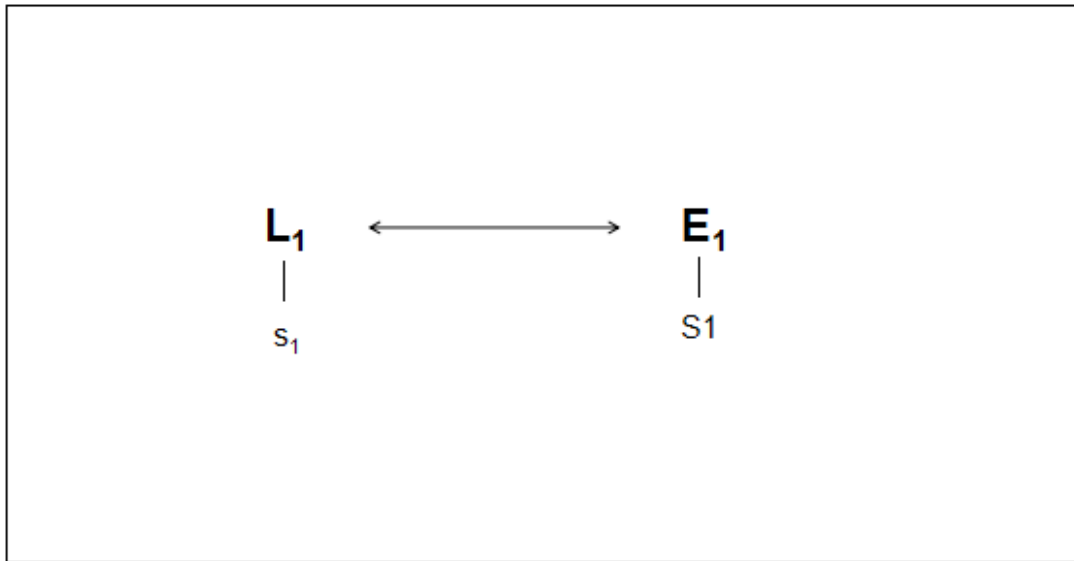


Figura 8 – Polifonia ducrotiana e a AD: esquema do momento da agressão

A partir deste esquema¹⁰, observa-se que a cena polifônica se dá pela existência do **L₁**, o sujeito agressor, que dirige enunciados à vítima. Contudo, essa produção, ou o ato de enunciar, não ocorre sem que esse sujeito seja afetado pelo Sujeito-ideologia (**S1**), o que ocorre porque, para a AD, é no simbólico que o indivíduo é interpelado em sujeito pelas FIs e FDs que o constituem. Por esta razão, ao enunciar, o sujeito não é fonte do dizer, mas é atravessado por formações que sustentam seu dizer. Como este **L₁**, é um sujeito agressor, sustentado pela FI1, que concebe a mulher como objeto de posse do homem, no seu enunciado, nota-se a voz de **E₁**, que é a voz de **S1**, o Sujeito-ideologia que representa a FI1/FD1, que sustenta o locutor.

Ao refletir sobre as condições gerais de produção da enunciação referente à publicação das fotografias, o coro de vozes aumenta, tornando ainda mais complexa a polifonia que é estabelecida:

¹⁰Os termos em negrito, **L1** e **E1**, referem-se aos próprios termos usados por Ducrot em sua teoria polifônica, contudo, são deslocados para o campo teórico da AD e, por isso, são compreendidos como sobredeterminados pelo inconsciente e pela ideologia. Os termos sem realce, **s1** e **S1**, referem-se à analogia que se estabelece entre as noções ducrotianas e as da AD.

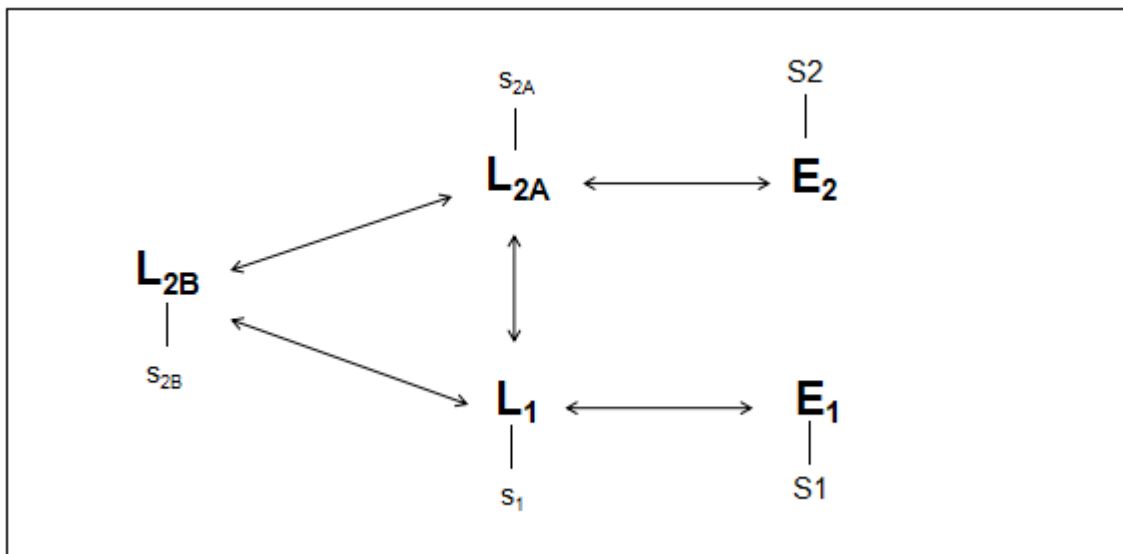


Figura 9 - Polifonia ducrotiana e AD: esquema do contexto de publicação da fotografia

É a fotógrafa (s_{2B}) quem compartilha em redes sociais as fotos de mulheres (s_{2A}) que reproduzem o discurso do sujeito agressor (s_1); por isso, observa-se que ela é L_{2B} . Em seu discurso, aparecem outras vozes que não são dela: ela retoma a voz de L_{2A} , a agredida que expõe a experiência abusiva para combater a violência contra a mulher e/ou ressignificar o seu sofrimento; ela retoma a voz de L_1 , sujeito agressor que age e diz o que diz, porque é sustentado por outra voz, por um ponto de vista que o domina: E_1 . Esta retomada das vozes de L_{2A} e L_1 justifica-se pelo objetivo do projeto: conscientizar as pessoas sobre a violência contra a mulher. Neste sentido, percebe-se que L_{2B} , assim como L_{2A} , são afetados por um ponto de vista discursivo e ideológico diferente, E_2 , que concebe a mulher como ser livre e de direitos e que luta contra a inferiorização e objetificação feminina. Ainda, quando L_{2B} retoma a voz de L_{2A} , este último também evoca a voz de L_1 , o sujeito agressor.

L_{2B} , em seu trabalho com a divulgação de fotografias, traz à tona dois pontos de vista discursivos diferentes que se embatem, E_1 e E_2 . Como o objetivo é promover a conscientização a respeito da violência contra a mulher, afirma-se que L_{2B} , assim como L_{2A} , apresentam vozes consonantes com E_2 , uma voz que é determinada por um S_2 que representa o modo de pensar a mulher como ser livre e empoderado. Em vista disso, ao se referirem à voz de L_1 , os locutores L_{2B} e L_{2A} a evocam para melhor combatê-la, bem como para lutar contra E_1 .

A partir dessas considerações, observa-se que é possível deslocar o conceito

de polifonia de Ducrot para os domínios da AD. Entretanto, essa possibilidade só se concretiza sem gerar conflitos se forem realizadas algumas readequações, como se pretendeu mostrar nesta seção. Estas readequações são necessárias crucialmente por causa da concepção de subjetividade de Ducrot, que é diferente da AD. Neste sentido, como este estudo inscreve-se na TD, foi preciso readequar os conceitos da teoria polifônica de tal modo que fossem compreendidos como determinantemente afetados pela ideologia, pelas FIs e pelas FDs. Em outras palavras, os conceitos de locutor e de enunciador não são mais concebidos como sujeitos estrategistas conscientes, mas como interpelados pela ideologia.

Com relação às SDs analisadas neste tópico, em síntese, percebeu-se que apresentam de modo mais evidente uma faceta ameaçadora do sujeito agressor, cuja ameaça física e simbólica agride física e psicologicamente a mulher, em que pese ele estar pautado numa concepção ideológica pontual que coloque a mulher como objeto de prazer do homem. Nestas SDs, notaram-se também algumas repetições: o sujeito agressor se mostra como quem detém e quer deter o poder e o controle sobre a mulher em todos os níveis; neste caso em especial, no terreno da sexualidade. E se reitera: ele não está só nesta empreitada, mas é sustentado por uma vez de longa duração que coloca o homem numa posição de preponderância em relação à mulher. Realizadas as considerações acerca da polifonia ducrotiana, na sequência, a reflexão será direcionada para o conceito de heterogeneidade de Jacqueline Authier-Revuz.

3.3 A HETEROGENEIDADE DE JAQUELINE AUTHIER-REVUZ: VOZES QUE SE 'INOCENTAM'

Sempre sob as palavras, 'outras palavras' são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.28).

Percebendo que o *corpus* selecionado para este estudo apresenta diferentes vozes que se relacionam e objetivando desvelar os efeitos de sentido que deslizam dessa relação, até o momento, foram propostos diálogos com estudiosos que já teorizaram a questão das vozes, como Bakhtin e Ducrot. Seguindo a própria cronologia destes estudos, neste momento, dialoga-se com Jacqueline Authier-Revuz que, a partir da noção de *heterogeneidade enunciativa*, trata da possibilidade

de um discurso/enunciado revelar diferentes vozes.

Assim como Bakhtin e Ducrot, a teoria desenvolvida por Authier-Revuz não se inscreve no campo teórico-metodológico específico da AD, uma vez que seu escopo teórico está inserido na Teoria da Enunciação. Contudo, seu trabalho apresenta uma característica peculiar, que lembra a própria formulação da AD: a teoria da linguista constitui interfaces com outras áreas do conhecimento. Para formular a teoria da heterogeneidade, Authier-Revuz, de acordo com, Fernandes (2008, p. 87),

recorre, além dos exteriores conceituais, a exteriores teóricos que importa de outras áreas do conhecimento estranhas à Linguística 'stricto sensu'. Convida ao diálogo, então, a psicanálise freudiana e sua releitura por Lacan, assim como o dialogismo bakhtiniano e, em certo momento, julga necessária a intervenção do conceito de interdiscurso desenvolvido por Pêcheux.

Verifica-se que o diálogo estabelecido com a psicanálise se refere à noção de sujeito. A tese proposta por Authier-Revuz (1990) concebe o sujeito e o discurso como sendo constitutivamente heterogêneos e, por esta razão, ela rompe com a concepção de um sujeito fonte, senhor do seu próprio dizer, em que pese nesta heterogeneidade o sujeito estar pressuposto. A autora se apoia em uma abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem permitida por Freud e sua releitura por Lacan.

Authier-Revuz (1990, p. 26, grifos da autora) afirma a existência de abordagens teóricas que mostram que a fala é determinada de fora da vontade do sujeito e que elas refutam a concepção de um sujeito como fonte e origem do sentido, já que

Este 'de fora' não é o que, inevitavelmente, o sujeito portador de um sentido encontraria e em função do qual se determinariam as formas concretas de sua existência e aquela de seu discurso: está no **exterior ao sujeito**, no discurso, como condição constitutiva de existência.

Este exterior ao sujeito citado pela autora, de modo predominante, refere-se ao inconsciente (mas não só, haja vista o discurso relatado), pois, para a autora, a fala é heterogênea e revela um sujeito dividido (entre si e o outro/Outro). Nas palavras de Authier-Revuz, (1990, p. 28, grifos da autora)

Esta concepção do discurso atravessado pelo inconsciente se articula àquela do sujeito que não é uma entidade homogênea

exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem: sujeito **descentrado**, dividido, clivado, barrado...

Em vista disso, verifica-se que a heterogeneidade que constitui o sujeito se refere ao fato de ele ser concebido, na e pela linguagem, a partir da sua relação com o outro/Outro, cujo discurso sempre retorna. A relação entre a psicanálise, a partir da noção de sujeito clivado pelo inconsciente, e a teoria proposta por Authier-Revuz (2004, p. 61) é possível porque

a localização dos traços do discurso inconsciente na análise leva à afirmação de que todo discurso é polifônico, consistindo o trabalho de análise em ouvir, ao mesmo tempo, as diferentes vozes, partes, registros da partitura ou da cacofonia do discurso.

Para Authier-Revuz (2004), a heterogeneidade se articula a uma teoria de descentramento do sujeito: tendo em vista que o sujeito é clivado, não existe centro a partir do qual surgiriam o sentido e a palavra; o que existe é uma necessária ilusão de centralidade; o sujeito é concebido como efeito de linguagem.

Neste ponto, percebe-se a possibilidade de um diálogo mais estreito entre a teoria da heterogeneidade revuziana e a AD, principalmente no que tange à noção de sujeito. Authier-Revuz e Pêcheux se fundamentaram na concepção lacaniana do sujeito do inconsciente e, assim, é possível afirmar que há um ponto de intersecção maior entre esses autores do que entre Pêcheux e Bakhtin e/ou Pêcheux e Ducrot: como exposto anteriormente, a questão nodal que afasta Pêcheux do filósofo russo e do linguista francês refere-se ao modo como concebiam a subjetividade.

Mesmo distanciando-se da noção de subjetividade dos estudos bakhtinianos, Authier-Revuz apoia-se nos pressupostos dialógico-polifônicos de Bakhtin. Nesta perspectiva, nota-se que a interface estabelecida entre estes autores se dá justamente pela questão de o discurso ser atravessado por outros discursos. Este diálogo tornou-se possível justamente porque a autora notou que, para Bakhtin, as palavras são carregadas por discursos, constituindo uma saturação da linguagem. A respeito deste diálogo, cita-se Authier-Revuz (1990, p. 27, grifos da autora):

O que Bakhtin designa por saturação da linguagem constitui uma teoria da produção do sentido e do discurso: coloca os outros discursos não como ambiente que permite extrair halos conotativos a partir de um nó de sentido, mas como um 'centro' **exterior constitutivo**, aquele do **já dito**, com o que tece, inevitavelmente, a trama mesma do discurso.

Conceber que, na interação, o discurso se constitui pela presença da palavra dos outros faz com que Authier-Revuz (2010, p. 68, grifos da autora) elenque alguns efeitos de sua interseção com o dialogismo de Bakhtin, a saber:

- a língua só se realiza atravessada pelas variedades de discurso que se relativizam umas às outras em um jogo inevitável de *fronteiras e de interferências*;
- nenhuma palavra vem neutra 'do dicionário'; elas são todas 'habitadas' pelos discursos em que viveram 'sua vida de palavras', e o discurso se constitui, pois, por um *encaminhamento dialógico*, feito de acordos, recusas, conflitos, compromissos... pelo '*meio*' dos outros discursos.

Observa-se que a linguista, ao considerar a noção de sujeito da psicanálise e o dialogismo bakhtiniano, promove deslocamentos e reformulações nas concepções de discurso e de sujeito. Entretanto, como já mencionado, não foi apenas nestes embasamentos teóricos que Authier-Revuz se fundamentou: para ela, o sujeito, além de ser dominado pelo inconsciente, também o é pelo interdiscurso: eis o ponto de intersecção entre a teoria da heterogeneidade e a AD.

O diálogo existente entre Authier-Revuz e Pêcheux não é questionável, pois, no próprio momento de constituição das respectivas teorias, a aproximação acontecia. De acordo com Fernandes (2008), a linguista teria criticado Pêcheux por apostar na homogeneidade dos discursos. Esta crítica, somada a outras, inclusive, a do próprio Pêcheux, fizeram com que ele reformulasse alguns pontos conceituais de sua teoria do discurso. Estas reformulações são observáveis nas próprias fases da AD, conforme explicitam Mesquita e Rosa (2010, p.131) ao retomarem Pêcheux:

há de ressaltar que não houve nenhuma reflexão específica a respeito da natureza heterogênea do discurso, pois conforme o autor mesmo aponta em *A Análise de Discurso: três épocas*, publicado em 1983, o processo de produção discursiva era 'concebido como uma máquina autodeterminada e fechada em si mesma' e o ponto de partida para análise de dados, nessa primeira fase da AD, era 'um corpus fechado de sequências discursivas, selecionadas [...] num espaço discursivo supostamente dominado por condições de produção estáveis e homogêneas'.

Verifica-se, neste sentido, que é somente na segunda fase da AD que Pêcheux, ao revisar alguns elementos teóricos da AD, propõe considerações iniciais acerca da heterogeneidade do discurso. De acordo com Mesquita e Rosa (2010),

isso ocorreu por meio da reformulação da noção de FD, que passa a ser entendida não mais como um lugar estrutural fechado, mas como um lugar que pode ser afetado por elementos que vem de outros lugares, isto é, de outras FDs. É nesta fase também que Pêcheux (2015, p. 149) forja a noção de interdiscurso que, como apresentado anteriormente, trata-se desse “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” que possibilita compreender que uma FD existe a partir de uma relação interdiscursiva, que se tece pela relação com outras FDs. Ela se constitui, porque faz referência a uma outra FD: “algo que fala antes, em outro lugar e independentemente”.

A partir desta formulação da noção de interdiscurso, Mesquita e Rosa (2010, p. 131) afirmam que Pêcheux

reconhece que o discurso não constitui um bloco homogêneo, idêntico a si mesmo, uma vez que ele reproduz a contradição presente na FD da qual procede. A heterogeneidade, portanto, passa a caracterizar a formação discursiva, o que vai determinar a natureza heterogênea do discurso.

Na terceira fase, na década de 80, as novas reformulações na AD realizadas por Pêcheux, segundo Fernandes (2008, p. 90, grifos da autora), determinam que

A noção de heterogeneidade passa, então, a alicerçar o escopo teórico dessa disciplina, desde sua noção mais crucial, aquela da ideologia. Esta admite um caráter intrinsecamente heterogêneo e, até mesmo, contraditório, bem como a redefine Pêcheux (1980, p. 192): *Uma ideologia não é idêntica a si mesma, não existe senão sob a modalidade da divisão, e só se realiza que na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários.*

Com base nisso, Fernandes (2008, p. 92) reflete sobre como a noção de interdiscurso é abordada por Authier-Revuz em sua teoria da heterogeneidade: ela “representa o lugar onde se dá a relação entre o outro externo e o interior do sujeito, tornando-se plenamente identificável no fio do discurso”.

Mencionadas, ainda que de maneira breve, as articulações de pleitos teóricos de Authier-Revuz, a seguir, de maneira mais pontual, serão explicitadas algumas características da teoria da heterogeneidade enunciativa desta linguista. Em vista disso, verifica-se que o pressuposto geral da autora se refere à defesa de que a linguagem e o discurso são heterogêneos em sua constituição.

A linguista formula dois conceitos centrais para evidenciar a presença de

outros discursos no discurso, a saber: a *heterogeneidade constitutiva* e a *heterogeneidade enunciativa mostrada*, que pode se manifestar de maneira *marcada* ou *não marcada*.

Authier-Revuz (2004) afirma que, para elaborar a noção de *heterogeneidade constitutiva*, ela se apoia em duas abordagens não-linguísticas, já mencionadas: a psicanálise e o dialogismo bakhtiniano. Esta heterogeneidade é contrária a qualquer descrição linguística. De acordo com Mesquita e Rosa (2010, p. 136),

A heterogeneidade constitutiva é a presença do outro no discurso, mas não uma presença desvelada, mostrada, marcada, uma vez que ela é da ordem do inconsciente. Está no exterior, ou seja, no outro, que são os discursos construídos sócio-historicamente e que atravessam as enunciações do sujeito. Dessa forma, ela transcende a possibilidade de identificação/descrição dos elementos linguísticos, como o faz a heterogeneidade mostrada.

Verifica-se que a *heterogeneidade constitutiva* é assim denominada, porque todo discurso é constituído por ela, uma vez que é atravessado por outros discursos. Mesquita e Rosa (2010) explicam que a heterogeneidade está associada à presença do Outro/outro no discurso, sendo: a) o outro (com letra minúscula) se refere aos outros sujeitos, às outras vozes, aos outros discursos ideologicamente constituídos; trata-se do social que também constitui o sujeito; b) o Outro (com letra minúscula) diz respeito ao inconsciente que se manifesta na linguagem.

A *heterogeneidade é constitutiva* do sujeito e do seu discurso. De acordo com Mesquita e Rosa (2010, p. 137),

o sujeito não é senhor de suas palavras, pois as palavras são sempre as palavras de outros. No entanto, o sujeito pensa ter acesso ou controle sobre o modo como os sentidos nele são constituídos. O sujeito, portanto, 'esquece' o Outro que diz anteriormente e cujo dizer ele retoma. Por isso seu dizer é constitutivamente heterogêneo.

Se, por um lado, a *heterogeneidade constitutiva* se sustenta nos pressupostos da psicanálise em relação ao sujeito do inconsciente, do interdiscurso e do dialogismo e não aparece manifestada no discurso por meio de marcas linguísticas, por outro, é justamente o que acontece com a *heterogeneidade mostrada*. Authier-Revuz (2004, p.12) afirma que as formas explícitas de heterogeneidades ocorrem, quando é possível identificar marcas linguísticas que revelam o discurso outro: "No fio do discurso que, real e materialmente, um locutor único produz, um certo número

de formas, linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inscrevem, em sua linearidade, o outro”.

Nesta perspectiva, verifica-se que a *heterogeneidade marcada* se apresenta como as formas de inscrever o outro no discurso: de maneira marcada ou não-marcada. Mesquita e Rosa (2010, p. 135, grifos nossos), ancorados nos pressupostos revuzianos, distinguem essas maneiras de inscrição do outro:

As **formas marcadas** de heterogeneidade mostrada **são explícitas** e podem ser recuperadas no nível enunciativo, a partir de marcas linguísticas, que mostram a presença de uma outra voz. Dentre as formas marcadas, encontram-se o discurso direto, o discurso indireto, a modalização autonímica, a autonímia, as aspas, a glosa, o itálico e a entonação. As **formas não-marcadas**, por sua vez, são mais complexas, pois **não estão explícitas** e a heterogeneidade deve ser reconstituída a partir de diferentes índices - discurso indireto livre, ironia, antífrase, alusão, pastiche, imitação, metáforas, jogos de palavras, reminiscência.

Em outras palavras, as formas marcadas são perceptíveis na superfície do discurso, enquanto que, nas formas não-marcadas, nas palavras de Mesquita e Rosa (2010, p. 136), “o elemento exterior é incluído no fluxo sintático do discurso, representando uma incerteza com relação à descoberta do outro”. Para finalizar a retomada dos conceitos oriundos da teoria da heterogeneidade que se pretendeu salientar, cita-se Authier-Revuz (1990, p. 32):

Heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade mostrada no discurso representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição dum discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição.

Tendo apresentado resumidamente a teoria de heterogeneidade enunciativa da linguista Authier-Revuz, retoma-se a questão do diálogo possível entre a teoria da autora e a AD pecheutiana. Como já anunciado, há uma proximidade um pouco maior entre Pêcheux e Authier, do que entre Pêcheux e Bakhtin e/ou Pêcheux e Ducrot. Esta aproximação maior se dá justamente por aquilo que, no filósofo russo e no linguista francês, causa um embate teórico: a concepção do sujeito. Para Pêcheux, a AD é concebida como uma teoria não subjetiva da subjetividade e, neste sentido, o sujeito não é autônomo e nem homogêneo, uma vez que é assujeitado pelo inconsciente e pela ideologia, sendo atravessado por outros discursos. Para

Authier-Revuz, o sujeito fonte e senhor de si é rejeitado, sendo compreendido como cindido pelo inconsciente. Neste sentido, nota-se que estes dois estudiosos franceses buscaram sustentação teórica a respeito da concepção de sujeito na psicanálise lacaniana. Além disso, outro ponto que gera esse efeito de proximidade entre eles diz respeito a noção de interdiscurso ou de discurso retomado.

Com base no exposto, é possível questionar-se em que ponto Pêcheux e Authier se distanciam. Pêcheux reconhece a existência do inconsciente e seu papel determinante no assujeitamento do sujeito, contudo ele não perde de vista o papel sobredeterminante da ideologia neste processo de assujeitamento. O autor admite a função do inconsciente, porém não se distancia da noção de interpelação ideológica althusseriana. Authier-Revuz, por sua vez, apesar de não negar a existência do ideológico, atenta principalmente para a questão do inconsciente, focando-se no papel do discurso Outro no discurso (outro/Outro). Em contrapartida, Pêcheux concentra-se na relação do discurso do sujeito assujeitado com o discurso do Sujeito-ideologia que determina este assujeitamento (sujeito/Sujeito).

Acredita-se que a teoria da heterogeneidade da linguista francesa contribui para a percepção do discurso polifônico, uma vez que oferece recursos pontuais para que sejam evidenciadas as vozes presentes em um discurso. Porém, como este trabalho inscreve-se no campo teórico-metodológico da AD, não se pode perder de vista o papel fundamental que a ideologia exerce sobre os sujeitos e seus discursos. Por esta razão, considera-se que a superposição de vozes em um discurso ocorre pelo trabalho realizado pelas formações ideológicas e discursivas que interpelam os indivíduos em sujeitos. A polifonia é percebida no discurso do sujeito, porque ele é assujeitado pela ideologia e pelo inconsciente, que atravessam o discurso e o fazem ser polifônico, subsumindo sua voz pela injunção de outras tantas que se sobrepõem.

A seguir, serão analisadas SDs, valendo-se do estabelecimento de relações conceituais entre a heterogeneidade revuziana e a AD. Abaixo, segue a SD6:

SD6 – ‘Olhe para mim, por favor eu preciso que você olhe para mim... Você me assustou... Eu pensei que fiz algo errado’. YOU DID.

Esta SD foi extraída de uma fotografia de Grace Brown, realizada no dia 30 de abril de 2013, na cidade de Baltimore, do estado americano Maryland. Nela,

percebe-se, a partir do uso do recurso das aspas, a presença da heterogeneidade mostrada e marcada. Nesta SD, o outro é inscrito no discurso pela utilização do discurso direto e pelo uso das aspas. Aliás, pode-se afirmar que as SDs que constituem o *corpus* desta pesquisa são todas caracterizadas pela presença de heterogeneidade, já que todas, com ou sem aspas, apresentam-se através do discurso direto, em que a s_{2A} reproduz fielmente (mesmo que apenas com o efeito de reprodução fiel) o discurso de seu abusador, s_1 . Abaixo, apresenta-se a fotografia referente a SD6.



Figura 10 - Olhe para mim
Fonte: BROWN, Grace (2013).

Na SD6, é possível perceber características que se repetem, principalmente, se e quando comparadas com as da SD1. Há o uso do discurso direto; há o

emprego das aspas para demarcar que o discurso transcrito não é da moça que segura o cartaz, mas do agressor; após a reprodução do discurso do abusador, tendo a oportunidade de a sua voz ser ouvida, ela responde seu agressor com YOU DID, trecho sem aspas, que indica que o discurso é da agredida; na resposta, ela pode responsabilizar o seu agressor. Outro ponto em comum entre essas SDs é que, tanto em *“Você me faz parecer um monstro”* quanto em *“Eu pensei que fiz algo errado”*, observa-se s₁ preocupado com a própria imagem: ele não quer parecer um monstro e não quer admitir que o que fez é relativo a algo inadequado e inaceitável.

A SD6 denuncia um agressor que, dadas as reações da moça, deve ter agido inadequadamente. Ele não quer ferir sua imagem e busca na vítima a redenção para o seu equívoco: ele precisa que ela o olhe. Neste momento, a mulher também é usada pelo agressor: ela precisa servir de consolo, sendo forçada a olhá-lo.

Pensando que, numa condição abusiva, sempre há aquele que agride e aquele é agredido, nesta SD, pelo modo como o discurso é construído, isto se confunde. Em outras palavras, o que se quer evidenciar é que *“por favor”* e *“você me assustou”* não são expressões que deveriam caber no discurso do sujeito que agride: normalmente, quem implora e quem se assusta é o agredido. Tendo sendo ditas pelo agressor, o efeito de sentido que se produz é o da sua vitimização. Vitimizando-se, ele foge da responsabilidade (se é que admite que ela pode ser-lhe imputada), o que ainda pode desencadear (ou pretende desencadear) um processo de culpa na própria agredida: ela pode (ou deveria, se acreditar nele) se sentir responsável por fazê-lo se sentir mal.

No enunciado *“Eu pensei que fiz algo errado”*, nota-se que é o próprio agressor, motivado pelas reações da vítima, que avalia as suas ações: pensar que está fazendo algo errado revela que ele tem consciência do que significa abusar, violentar e não respeitar a vontade da mulher. Em vista disso, verifica-se s₁ é afetado pela FD2, que luta pela liberdade da mulher, contudo, ele é sobredeterminadamente afetado pela FD1 que o autoriza a agir como agiu, usando a mulher. Tanto que ele a usa novamente para livrar sua consciência da culpa: *“eu preciso que você olhe para mim”*.

Entende-se que o fato de ele exigir que a moça violentada o olhe no intuito de afastar a crença de que agiu abusivamente se configura como mais uma maneira de violentá-la. Deste modo, novamente o sofrimento da mulher é colocado em segundo plano: primeiro, sua vontade não é respeitada, já que deveria satisfazer o desejo do

agressor; depois, seu sentimento de dor é desconsiderado pelo agressor para que ele possa se sentir inocente (ou acreditar que é).

A SD7 também mostra o agressor preocupado com a sua própria imagem:

SD7 – ‘Desculpe-me. Eu não quero que você pense que eu sou uma pessoa ruim’.

A fotografia apresentada abaixo, da qual a SD foi retirada, também é de Grace Brown e foi realizada no dia 19 de abril de 2012, em Seattle, Washington.



Figura 11 - Desculpe-me
Fonte: BROWN, Grace (2012).

Como se pode observar, na SD7, repete-se a faceta de um sujeito agressor que se preocupa com a própria imagem e com a imagem que o outro fará dele: “*Eu não quero que você pense que eu sou uma pessoa ruim*”. Também aqui o agressor busca se inocentar e objetiva a redenção por meio de um pedido de desculpa.

Assim como na SD anterior, as expressões “*por favor*” e “*você me assustou*”, a expressão “*desculpe-me*” não é esperada do agressor. Percebe-se que, apesar de ter conhecimento de que atitudes como a sua são associadas à imagem de uma pessoa má, porque a associação se faz presentes nos discursos sociais acerca da violência contra a mulher, e apesar de rezear se sentir uma pessoa ruim, o sujeito agressor não consegue se controlar e o pedido de desculpas aparece somente depois da satisfação do seu desejo. Verifica-se, novamente, que, na voz do sujeito agressor (v_1), podem-se ouvir ecos, ainda que discretos, da Voz ideológica que combate a violência contra a mulher (V_2). Estes ecos são possíveis, porque, como já dito, as formações que interpelam os indivíduos em sujeitos do discurso são porosas e, nesta porosidade, as vozes de uma FI/FD atravessam outra FI/FD, comprovando a heterogeneidade que é constitutiva das FDs, do discurso e dos sujeitos.

Nota-se que a associação feita pelo agressor, resultado do atravessamento discursivo de V_1 por V_2 , não é suficiente para impedi-lo: seu desejo é colocado em primeiro plano, de modo que a mulher é objetificada por ele. Isto ocorre, porque o agressor (s_1) é assujeitado por V_1 , que o autoriza a agir à revelia, posto que, para esta voz, como homem, ele tem preponderância sobre a mulher.

Em vista disso, é possível afirmar que o efeito produzido pela expressão “*desculpe-me*” não é de fato, no sentido de que o que motiva o pedido não é o arrependimento por ter agido abusivamente, mas é motivado por um egocentrismo cuja preocupação central é não ferir a própria imagem e impedir que seja associada com a de uma pessoa maldosa, embora ele próprio admita o fato na denegação que usa em seu enunciado. Por esta razão, acredita-se que o pedido de desculpas é tão ofensivo quanto o ato abusivo, porque a preocupação não está na vítima, mas no bem-estar exacerbado e duplo daquele que agride.

Percebe-se, nestas SDs, uma heterogeneidade marcada pelo uso do discurso direto e das aspas, que reforçam o efeito de que o que está escrito é o discurso do agressor. Deste modo, no discurso da agredida, pode-se verificar a presença da voz do agressor e da ideologia que o determina. Verifica-se também que a voz da agredida e a voz da fotógrafa aparecem para combater a voz do sujeito agressor, o que ocorre porque são sustentadas por outra Voz ideológica (V_2), que se ancora na FI2/FD2. Estas SDs revelam a faceta do sujeito agressor que se preocupa com a sua imagem, suas vozes buscam ser inocentadas e, para isso, contam com o “apoio” de quem agrediram: mais uma maneira de ferir a mulher e sobrepujá-la.

A partir das considerações e análises apresentadas, encerra-se este capítulo que pretendeu recuperar os estudos sobre a polifonia, estabelecendo diálogos entre teorias diferentes, percebendo seus limites e pontos antagônicos. Verificou-se que os trabalhos de Bakhtin, Ducrot e Authier-Revuz contribuem para que se considere que o discurso é atravessado por outros discursos, sendo caracterizado por uma polifonia que lhe é constitutiva. Contudo, para que estes estudos sejam deslocados para a AD, devem feitas apropriações e reformulações, principalmente no que tange à noção de subjetividade e à determinação que a ideologia exerce sobre os sujeitos. Considera-se, assim, que recorrer ao conceito de 'polifonia' na AD requer admitir que as vozes superpostas em um discurso existem e se relacionam intermediadas pelo trabalho que é exercido pelas FIs e FDs sobre elas.

No próximo capítulo, serão analisadas outras SDs, com o intuito de evidenciar, na voz do sujeito agressor, como o fator ideológico é determinante e revela, em última instância, a sobrepujança de uma voz poderosa que atravessa os tempos e continua a colocar a mulher a serviço do homem, neste caso, para satisfazer ao seu prazer, aos seus instintos sexuais e, no limite, à sua masculinidade.

4 AS VOZES DOS ENUNCIADOS DO PROJECT UNBREAKABLE

No capítulo anterior, apresentou-se brevemente o percurso teórico em que o conceito de polifonia foi se constituindo. Entende-se que a presença de diferentes vozes exista no discurso, porque, como concebido pela AD, ele não é um produto acabado e não surge do nada, mas está imbricado numa rede interdiscursiva, onde se relaciona com outros discursos. Neste sentido, o discurso, apesar de aparentar ser único e original por conta do efeito ideológico, sempre retoma outros discursos, permitindo que, no intradiscorso, sejam percebidas vozes superpostas.

A superposição de vozes, notada nos enunciados das fotografias do *Project Unbreakable*, também podem ser percebidas em outros enunciados, uma vez que se infere que seja uma característica inerente ao discurso. Neste ponto, considera-se pertinente pensar na existência/relação das vozes em enunciados de um ponto de vista discursivo, como se pretendeu mostrar nas seções anteriores.

Em vista disso, neste tópico, objetiva-se ratificar a proposta de se refletir sobre as vozes a partir dos pressupostos da AD. Na sequência, serão apresentadas subdivisões para, primeiro, sintetizar o esboço de uma teoria de vozes da/na AD, depois, compreender a relação entre a Voz ideológica e a voz da agredida e do agressor e, por fim, refletir sobre a dominância de uma Voz ideológica que ainda propaga e dissemina a cultura do estupro: o “inaudível” que ecoa.

4.1 ESBOÇO DE UMA TEORIA DE VOZES À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO

Uma teoria de vozes se torna relevante, quando se percebe como, em um discurso, várias vozes são ouvidas. Como já apresentado, esta não é uma reflexão “nova”, isto é, outros estudos acerca dessa característica discursiva existem, tais como os citados: Bakhtin (2010), Ducrot (1987) e Authier-Revuz (1990).

Também conforme discutido, a teoria polifônica destes autores não pode ser trazida para o campo teórico da AD sem sofrer adequações conceituais. Por esta razão, propõe-se uma “metaforização” do conceito de polifonia, esboçando uma teoria geral de vozes que esteja em consonância com a AD.

Como um discurso revela já-ditos, acredita-se que se manifestem no discurso por meio de vozes. Assim como o sujeito e seu discurso são afetados de maneira sobredeterminante por uma FI e por uma FD, as vozes que aparecerem nestes discursos também o são. Dito de outro modo, as vozes existem e podem ser

percebidas nos discursos por conta de um trabalho realizado pelas FIs e FDs.

Em vista disso, acredita-se que, para cada FI, exista um Sujeito-Ideologia (S) que representa um ideal de sujeito, que, no processo de interpelação ideológica, assujeita os indivíduos às suas orientações valorativas, tornando-os sujeitos do(s) discurso(s). A FI e o S apresentam um ponto de vista discursivo em comum, um modo de pensar algo, formando uma Voz ideológica que se materializa a partir de FDs. A semelhança entre uma FI e uma FD é justamente, neste caso, a Voz ideológica. Neste sentido, cada “família” de FI/S/FD apresenta um ponto de vista discursivo, ou seja, uma Voz ideológica que ecoa nos discursos dos sujeitos assujeitados por esta “família” discursiva.

A Voz ideológica, formada e determinada por FI/FD/S, possui pontos de vista discursivos e atravessa os modos de dizer, ou seja, ela reverbera nas FDs e, ao mesmo tempo, na voz dos sujeitos. Desse modo, distingue-se duas possibilidades de vozes que podem ser ouvidas/observadas em um discurso: a) v (com letra minúscula), que se refere à voz do sujeito afetado pela ideologia e pelo inconsciente e b) V (com letra maiúscula), que é aquela que sintetiza o ponto de vista discursivo de FI/S/FD, atravessando a voz do sujeito. Diante disso, verifica-se que o sujeito do discurso é o porta-voz do ponto de vista discursivo da “família” discursiva (FI/S/FD).

Refletindo sobre o *corpus* deste estudo, notou-se que os enunciados das fotografias do projeto estadunidense apresentam vozes superpostas que se relacionam para concordar ou duelar. Há dois pontos de vista discursivos:

- V1, determinada por FI1/S1/FD1, que se trata de uma voz que inferioriza e objetifica a mulher em relação ao homem, considerado um ser superior. Esta voz é percebida na v_1 do sujeito agressor, o s_1 , que permite que ele agrida e culpe a mulher por suas atitudes;
- V2, está na contramão da anterior, determinada por FI2/S2/FD2, que concebe a mulher como detentora de direitos e de liberdade sobre si e sobre seu corpo. Esta voz é percebida em v_{2A} e em v_{2B} , que correspondem aos sujeitos agredida e fotógrafa, respectivamente s_{2A} e s_{2B} . Estes sujeitos, por serem assujeitados a esta “família discursiva”, confrontam-se com s_1 .

Com base no exposto em relação à característica polifônica do discurso, bem como nas reflexões apresentadas até o momento acerca da relação entre as vozes presentes no discurso, propõe-se, no esquema abaixo, uma síntese deste esboço de uma teoria de vozes a partir dos pressupostos da AD:

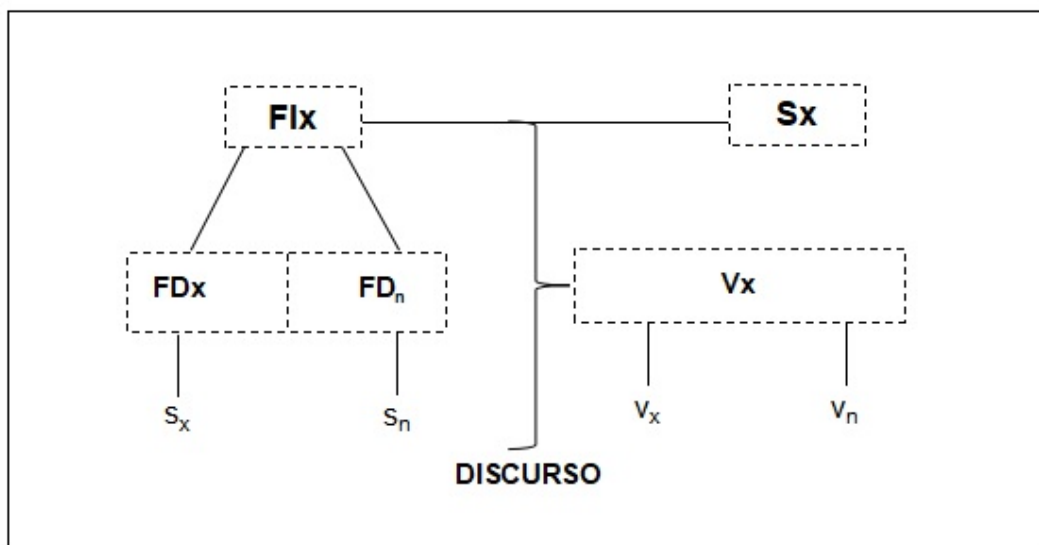


Figura 12 – Esquema de uma teoria geral de vozes

A partir das discussões realizadas e do esquema, nota-se que todo o discurso apresenta como característica o fato de ser polifônico, ou seja, de apresentar uma superposição de vozes. O esquema demonstra que uma Flx está associada ao Sujeito-ideologia, Sx, que representa o ideal de sujeito desta formação. Flx e Sx apresentam um modo de pensar sobre algo, constituindo determinado ponto de vista discursivo, a partir da formação de uma Voz ideológica, Vx, que aparece nos modos de dizer das “n” FDs que materializam Flx. Neste sentido, verifica-se a existência de uma “família” discursiva Flx/Sx/FD_n/Vx que, pelo próprio trabalho da ideologia, interpela os indivíduos em sujeitos. Por conta deste processo de interpelação, é possível perceber nas vozes dos sujeitos (s_n) a Voz ideológica, Vx, que os determina e deixa ecos no intradiscurso do discurso desses sujeitos, permitindo que: seja possível recuperar esta “família discursiva” que os afeta; o ponto de vista discursivo sustentado por essa família e os outros pontos de vista de outras famílias discursivas com as quais se pode dialogar ou duelar. Vale ressaltar que uma família discursiva não é puritana, no sentido de que, apresenta como característica constitutiva a porosidade, que é justamente o que permite que estas famílias se relacionem, seja para se aproximar, seja para se confrontar.

Acredita-se que este esboço de uma teoria geral de vozes possa ser aplicado em estudos de outros discursos. No entanto, como a temática apresentada refere-se a violência contra mulher, considerando estes dois pontos de vista discursivos que compõem o *corpus* desta pesquisa, a seguir, apresenta-se mais uma reflexão

analítica acerca de V2 e V1.

4.2 A VOZ DA AGREDIDA

Um dos objetivos centrais do *Project Unbreakable* é oferecer à vítima de violência sexual, no caso, a oportunidade de se manifestar contra as relações abusivas sofridas e de responder ao agressor, proporcionando, de certo modo, uma ressignificação do evento traumático.

Para o estudo, foram selecionadas fotografias em que mulheres seguravam cartazes com a reprodução do discurso do agressor. Elas foram vítimas de alguma violência, de algum evento abusivo e, ao transcreverem o que ouviram, revelam a imagem inferiorizada que o homem tem sobre a mulher, contra a qual lutam.

As mulheres das fotografias, representantes de sujeitos que foram abusadas, por terem sofrido alguma violência, manifestam-se tendo em vista a conscientização e/ou sensibilização das pessoas a respeito desta problemática social. Elas são violentadas física, sexual, psicológica e simbolicamente pelo sujeito agressor.

Ao apresentar brevemente características da história da mulher, neste trabalho, percebeu-se como o homem é o detentor do saber, da força, do poder e da verdade, enquanto, em vista disso, a mulher tem o seu espaço subordinado ao dele. A função social da “mulher de família” era (é?) preservar sua pureza, sua virgindade, para não manchar a honra da família. Crescia aprendendo a cuidar dos afazeres domésticos, tendo, em geral, apenas duas possibilidades na vida adulta: casar-se ou dedicar-se à vida religiosa. Neste sentido, verifica-se que a mulher não tinha muito espaço na vida social e que demorou para adquiri-lo, tanto que, ainda hoje, causa estranheza o fato de as mulheres estarem assumindo cargos que comumente eram realizados por homens. Além disso, a mulher, desde criança, era mantida sob a rigorosa supervisão do homem, que detinha o controle. Primeiro, era o pai que desempenhava o papel de supervisor principal e, com o casamento, este papel passava a ser desempenhado pelo homem/esposo.

A história da mulher subordinada ao homem fez com que as mulheres se unissem em prol de direitos iguais: direito ao voto, direito ao trabalho, direito ao estudo, direito às mesmas condições salariais e, atualmente, de modo mais firme, o direito sobre o próprio corpo e a liberdade social e sexual. Deste modo, verifica-se que a luta da mulher também ocorre no sentido de se livrar do lugar social que sempre lhe foi imposto: o de ser inferior ao homem.

Nas análises das SDs realizadas até o momento, notou-se como o sujeito agressor assume/pode assumir diferentes facetas; no entanto, todas apresentam em comum o fato de que ele se coloca como superior à mulher a ponto de violentá-la e responsabilizá-la, porque é amparado por uma FI que o concebe assim. Em contrapartida, a manifestação da mulher a partir da exposição de experiências traumáticas, numa tentativa de conscientização acerca da violência de gênero, revela que é amparada por uma outra FI, que concebe a mulher como ser que possui/deve possuir direitos sobre si e sobre seu corpo.

As facetas observadas momento revelaram vozes de um sujeito agressor que impunha a mulher o papel de ser obediente, sob o risco de sofrer punições físicas caso não fosse; de se mostrar feliz e à disposição do desejo do homem; de ser “compreensiva” a ponto de estar a serviço do homem para redimir sua consciência; de ser responsabilizada pelas atitudes abusivas que sofreu. Nota-se, diante disso, que, ao expor sua experiência de violência, a mulher vítima de abuso, juntamente com a fotógrafa do projeto, luta contra estes papéis que lhes foram impostos pelos homens e pela sociedade de modo geral.

Com base nisso, apresenta-se mais uma SD com objetivos analíticos de demonstração de como o agressor é impelido por uma voz ideológica de supremacia masculina, enquanto a mulher agredida é interpelada por uma Voz ideológica (V2) contrária à do homem: de libertação.

SD8 - *“Eu pensei que você estava gritando porque gostou.” Eu tinha 18 anos.*

Esta SD foi extraída da fotografia de Grace Brown, feita em Columbus, Ohio, no dia 02 de julho de 2014:

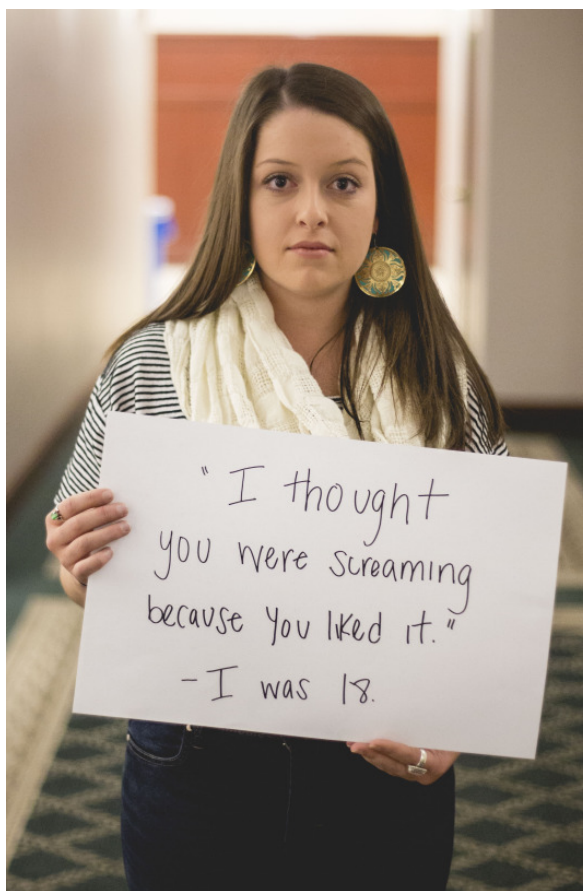


Figura 13 – Porque gostou
 Fonte: BROWN, Grace (2014).

Nesta SD, novamente aparece o recurso das aspas demarcando o discurso do sujeito agressor, isto é, a voz do agressor (v_1) é recuperada pela moça agredida. Diferentemente das outras SDs, nesta, ela revela um pouco mais das condições de produção do momento abusivo: a violência ocorreu, quando ela tinha 18 anos.

O enunciado dito pelo agressor, *Eu pensei que você estava gritando porque gostou*, produz, no mínimo, dois efeitos: por um lado, um efeito sarcástico e, por outro, novamente, um efeito de desresponsabilização do agressor em relação às suas atitudes, tendo como consequência uma culpabilização velada da agredida.

A locução verbal “estava gritando” permite pressupor que quem grita o faz por alguma razão. Pensando numa relação abusiva, é natural associar a razão do grito a uma manifestação de reprovação; ao gritar, a mulher manifesta que o que está sendo feito não é vontade sua, é uma imposição e, por isso, configura-se como uma violência. Além disso, compreendendo que, de modo geral, em uma relação abusiva, aquele que agride não se preocupa com aquele que é agredido, a ação de gritar

pode ser associada à manifestação de dor física, psicológica, simbólica e moral que é imposta à mulher para garantir a satisfação sexual do homem. Por outro lado, pensando numa relação sexual consentida, a ação de gritar pode ser associada a manifestação do prazer físico que se sente: este não parece ser o caso.

Diante destas considerações, nota-se que o agressor “joga” com essas possibilidades, fazendo o jogo a favor de si. Ao dizer o que diz, produz um efeito sarcástico, que também é agressivo para a mulher; ele afirma ter pensado que a mulher gritava por estar sentindo prazer, que é o oposto do que se espera sentir em uma situação de violação sexual. Acredita-se que seja possível distinguir gritos de dor de gritos de prazer e, por esta razão, infere-se que o agressor esteja sendo sarcástico, intensificando a desconsideração que sente pela mulher.

De um outro ponto de vista, que não necessariamente nega o apresentado acima, pode-se afirmar que o sujeito agressor diz: *Eu pensei que você estava gritando porque gostou* para justificar suas atitudes: se se gosta de algo, é possível continuar. Deste modo, ele se apoia na desculpa de considerar que ela gritava por prazer, para justificar ter agido como agiu, desresponsabilizando-se frente a alguma acusação. Ao fazer isso, o “jogo” do agressor torna-se ardiloso e ainda mais perverso, pois incute na vítima que suas atitudes foram motivadas pelas “supostas” reações de prazer dela: ele se livra da responsabilidade, ao responsabilizá-la.

Esta SD exemplifica como os sentidos dos dizeres da mulher são invertidos pelo homem para o seu próprio benefício: o “não” da mulher significa “sim” e o grito da mulher é de prazer e não de dor. Esta SD exemplifica como a mulher é objetificada, inferiorizada e desconsiderada pelo homem.

Destaca-se, portanto, que a moça agredida se alia à fotógrafa e ao projeto para lutar contra esses papéis/representações que lhe são impostos pelo sujeito agressor. Esta luta só se faz possível, porque ambas estão amparadas por uma Voz ideológica (V2) que está na contramão da Voz ideológica do sujeito agressor (V1). V2, por sua vez, resulta do trabalho realizado por FI2/S2/FD2, que concebem a mulher de um modo oposto a V1: a mulher como ser dotado de direitos sobre si e sobre seu corpo. Trata-se de uma voz que clama por atenção, para que seja possível evitar a violência de gênero existente na sociedade.

4.3 A VOZ DO AGRESSOR

O sujeito agressor revela, nos discursos que produz, estar sobredeterminado por uma FI1/FD1/S1 que o concebem, por ser homem, como superior à mulher e, por isso, pode manipulá-la, agredi-la, violentá-la e culpabilizá-la. Neste sentido, como apresentado, nota-se, no discurso do agressor, a Voz ideológica (V1) ecoando os princípios valorativos da FI1 que constitui a voz e o sujeito.

Todas as SDs analisadas revelaram a preponderância daquele que agride, o sujeito agressor, e a submissão daquele que é agredido, a moça agredida. Todas as facetas apresentadas pelo agressor, com maior ou menor intensidade, configuram-se como ameaçadoras para a mulher, tendo em vista a própria relação assimétrica que é imposta. As ameaças ocorrem na forma de ordens (*pare de chorar*); de ameaças físicas e psicológicas de maneira escrachada (*não me faça ferir*); de vozes que buscam inocentá-lo de um modo mais velado (*não quero que você pense que eu sou uma pessoa ruim*); de vozes que atacam para se defender, culpabilizando a mulher, de maneira mais evidente no caso da próxima SD, extraída da fotografia de Grace Brown, feita em dois de outubro de 2014, em Cincinnati, Ohio:

SD9 – “*Você nunca disse que não poderia*”.

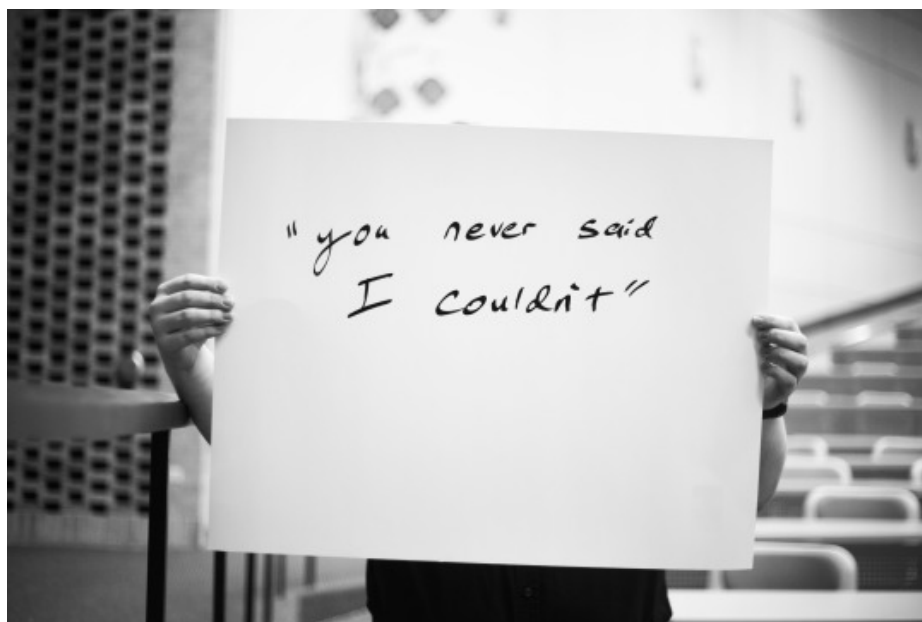


Figura 14 – Você nunca disse que não poderia
Fonte: BROWN, Grace (2014).

Esta SD revela um enunciado de autodefesa por parte do agressor que, por

pretender defendê-lo, acaba acusando a agredida. Ele busca se justificar no fato de a moça não lhe ter dito não: o seu princípio é que, se não houve um “não”, houve consenso e conivência. Porém o enunciado possibilita inferências/questionamentos: o fato de ela dizer “não” teria sido suficiente para impedi-lo? Se se sentiu violentada, será que, mesmo não tendo dito “não”, não demonstrou de outras maneiras (choro, gritos, luta corporal...) que o que estava acontecendo era contra sua vontade?

Acredita-se, pelo observado nas demais SDs, que, mesmo tendo dito “não”, a negação seria entendida como “sim”, até porque o grito de dor é propositadamente confundido com um grito de prazer. Neste sentido, verifica-se que, para a agredida, não há escapatória: ela é usada e objetificada e, ainda assim, sofre a acusação de ser responsável pelo ocorrido. Esta SD, de maneira mais evidente, assim como as demais, apresenta como regularidade o fato de o sujeito agressor buscar inocência a partir do ataque físico, sexual, psicológico e simbólico à agredida.

Nota-se uma inversão de papéis forjada pelo próprio agressor: o abusador passa a ser vitimizado, enquanto a abusada passa a ser culpabilizada. Este sujeito só pode agir assim, por estar determinado pela V1 que, sustentada por FI1/S1/FD1, concebe o homem como detentor do poder, da força, do saber e da razão. Detentor de tudo isso, ele está autorizado a agir de maneira abusiva, porque tem a quem culpar, a mulher, que, no limite, é dada como símbolo de provocação feminina. FI1, representada no discurso de V1, refere-se a um ponto de vista discursivo e a um modo de pensar a mulher historicamente dominante, que afeta homens e mulher. Esta dominância é, de certo modo, silenciosa, mas ressoa com força na organização atual. Ela ecoa de tal maneira que se tende a duvidar e a questionar a mulher, dando suporte, no limite, à cultura do estupro, como se verá na sequência.

4.4 A VOZ DO AGRESSOR E A CULTURA DO ESTUPRO

Cultura de estupro é comediante dizer que homem que estupra mulher feia não merece cadeia, merece um abraço, e metade da população rir e, diante dos protestos da outra metade, xingar quem se indignou com o chiste de mal amada, mocreia, sapatão, “nem pra ser estuprada vc (sic) serve”. Cultura de estupro é vender camisa (e muita gente comprar pra usar) com “fórmula do amor”, que equivale a embebedar a mulher para conseguir sexo sem resistência. Cultura de estupro é um programa de TV fazer rir em cima de um problema que acomete milhares de mulheres por dia (bolinações dentro de meios de transporte coletivo). Cultura de estupro é anúncio de preservativo

brincar que sexo sem consentimento queima mais calorias.¹¹

Ao longo das reflexões apresentadas na pesquisa, pretendeu-se evidenciar a existência de uma Voz ideológica, V1, que é historicamente dominante na sociedade e que concebe a mulher como submissa ao homem, visto como preponderante, tanto que, quando se apresentou a história das mulheres bem como fatos históricos acerca do estupro na França, evidenciou-se como as relações entre homens e mulheres foi/é significativamente marcada pela supremacia masculina.

Nesta perspectiva, de um modo geral, tendo se perpetuado na história, apesar de mudanças sociais conquistadas pelas mulheres, a supremacia masculina deixou enraizada concepção de mulher como objeto a serviço das necessidades dos homens. É o que foi sendo apresentado: como V1 ainda é dominante na sociedade, ela aparece nos discursos dos sujeitos que são assujeitados por ela e por sua “família” discursiva. O trabalho dessa V1 é silencioso, mas ecoa nas práticas sociais, assim como o trecho introdutório desta seção evidencia. Acredita-se que o trabalho realizado por FI1/S1/FD1/V1 contribui para a propagação da cultura do estupro, uma vez que ela está em consonância com o ponto de vista discursivo desta “família”: inferioriza-se a mulher, ao passo que se supervaloriza o homem.

Esta supervalorização do homem, resultado de V1, é que possibilita que, desde criança, ensine-se a menina a brincar de “boneca” e de “casinha”, brincadeira que serve de treinamento para ser mãe e ser dona de casa, e se ensina a menina a sentar “direito”, a usar roupas “decentes”, etc. Ao contrário, estimula-se o menino a brincar de maneira mais ativa, na rua, por exemplo, inserindo-o no espaço público desde pequeno; assim como se incentiva a sua iniciação sexual, diferentemente da menina, que, de modo geral, tem sua sexualidade reprimida/controlada. Autoriza-se também a existência de ditos populares como “prendam suas cabras que meu bode está solto”: está cristalizada, na sociedade, a maneira como se deve criar uma menina, como ela deve se comportar e se vestir, mas não se ensina (ou pouco se ensina) aos meninos como não estuprar. Pode-se, pois, afirmar que se compreende aqui que estupro não se reduz a relação sexual forçada, com penetração, entre estranhos em becos escuros, mas todas as atitudes forçadas que desrespeitam o desejo de ambos os envolvidos:

¹¹Trecho do texto *Cultura do estupro? Não imagine!*, de autoria de Lola Aronovich, publicado no blog *Escreva Lola Escreva*, no dia primeiro de agosto de 2012.

Um dos problemas é que boa parte dos homens não faz ideia do que seja estupro. Estupro, pra eles, é só o que acontece num beco escuro à noite entre um psicopata e uma mulher que, pelas roupas, “estava pedindo”. E tem que haver muita violência física para que esses mesmos homens encarem aquilo como estupro. Para esses cidadãos, não passa a ideia de que estupro é pura e simplesmente sexo sem consentimento. Nesse mesmo estudo de Paine, quando a palavra estupro foi substituída por “sexo forçado”, 54% dos entrevistados disseram que “forçariam sexo”. Quer dizer... Muitos homens não veem forçar sexo como estupro!¹²

A V1, por crer e determinar a supremacia masculina, acaba por fazer ecoar nos discursos sociais a crença de que *sexo forçado* não é estupro, provocando a culpabilização da vítima, que pode partir da acusação do próprio agressor, como da sociedade de modo geral, que questiona a mulher sobre: a roupa que vestia, onde e que horas estava, se estava sozinha ou qual era o tipo de companhia que tinha, se havia ingerido bebida alcoólica ou droga. Todos estes questionamentos não servem para compreender um episódio de estupro; ao contrário, servem para desqualificar a vítima enquanto tal, buscando argumentos para responsabilizá-la.

A SD10, que se apresenta a seguir, evidencia justamente este fato:

SD10 - *“Você não se lembra? VOCÊ QUIS ISTO” NÃO. Eu estava drogada.*

Esta SD foi extraída da fotografia de Grace Brown, feita em Stockton (CA), no dia 03 de maio de 2014:

¹²Trecho do texto *Cultura do estupro? Não imagine!*, de autoria de Lola Aronovich, publicado no *blog Escreva Lola Escreva*, no dia primeiro de agosto de 2012.

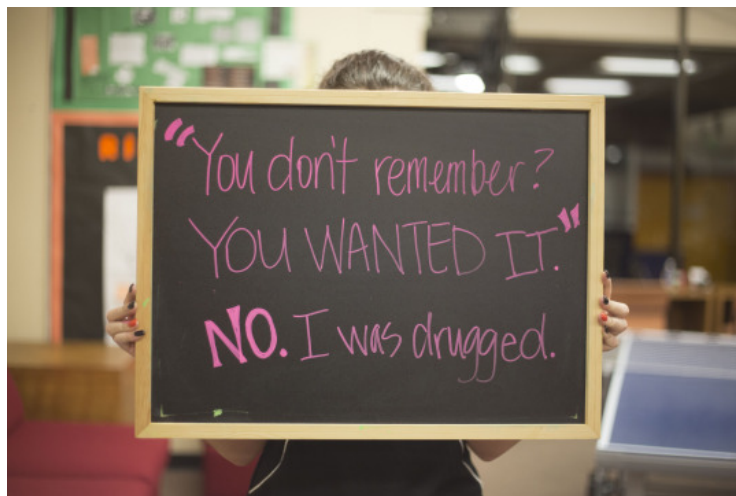


Figura 15 – Você quis
 Fonte: BROWN, Grace (2014).

Nesta SD, novamente, é possível perceber regularidades, se comparada com as demais analisadas. É recorrente o uso das aspas para marcar o discurso de outrem, neste caso, do abusador e, na sequência deste seguimento, no trecho sem as aspas, também é recorrente a “resposta” da moça agredida. Outra regularidade possível de se identificar é o fato de o agressor fazer um jogo psicológico com sua vítima a fim de se defender de uma possível acusação.

O jogo estabelecido pelo agressor segue a lógica do ditado popular “a melhor defesa é o ataque”: ele se antecipa e tenta incutir na vítima a dúvida para desqualificar sua acusação. Ele pode jogar deste modo, porque se aproveita do fato de que a agredida estava entorpecida sob o efeito de drogas. Aliás, pode-se inferir com base no depoimento sobre as CPs do momento abusivo relatado pela agredida, que o agressor se aproveita duplamente do fato de a moça estar drogada: primeiro, para realizar o ato abusivo e, em seguida, para apontar que a relação foi consensual e que, se ela não se lembra, é porque havia usado drogas, mas o que importa é que ela quis: *você quis isso*.

Especificamente sobre casos de violência sexual associados ao uso de drogas nos EUA, retoma-se o que já foi exposto na primeira seção, quando se abordou a temática do documentário *The Hunting Ground*: é significativo o número de casos de agressão sexual em que, nas festas em casas de fraternidades, os agressores drogam suas vítimas para a realização da prática sexual, que, às vezes, é coletiva. No entanto, isto se perde de vista para ceder lugar a acusações feitas às

próprias vítimas: você não deveria estar em uma festa, você não deveria ter bebido e nem aceitado bebida de estranhos, você não deveria estar vestida daquele jeito. Procuram-se justificativas nas ações/conduitas/atitudes da vítima para desqualificar a acusação de estupro.

V1 se associa à cultura do estupro, porque parte da crença na supremacia masculina e, por esta razão, coloca-se em descrédito as acusações das agredidas para resguardar a imagem de “bom homem” do agressor, afinal, se a moça bebeu, “estava pedindo”, ela queria, ela mereceu: “É exatamente isso que a cultura de estupro faz com a sociedade: ensina que mulher faz charminho, que quando ela diz *não* ela no fundo está dizendo *sim*”¹³.

A V1 ainda é dominante socialmente e questionar e/ou duvidar da mulher não acontece só entre agressor/agredida ou entre rodas de fofocas, mas também em processos jurídicos, conforme explica Rossi (2015, p. 62):

Em suma, o estupro “padrão”, segundo os operadores do direito, é aquele praticado por um desconhecido, que possui problemas mentais ou um desejo sexual desenfreado, com o emprego de extrema violência. Assim, o depoimento da vítima é menosprezado quando o acusado não se enquadra nesse “perfil de estuprador”, isto é, quando ele é um “homem de bem”, que trabalha, possui uma família, um comportamento social adequado, etc., pois é inconcebível que uma pessoa assim seria capaz de cometer tal delito.

A autora afirma também que é comum encontrar casos em que o sistema judicial brasileiro opera mediante uma lógica de honestidade: as vítimas de estupro também passam a ser julgadas para provar se é uma mulher honesta ou desonesta, no sentido de atender as exigências de uma moral sexual dominante: a mulher precisa se resguardar. Deste modo, o que ocorre

é que no campo da moral sexual, o sistema penal promove, talvez mais do que em qualquer outro, uma inversão de papéis e do ônus da prova. A vítima que acessa o sistema requerendo o julgamento de uma conduta definida como crime [...] acaba por ver-se ela própria “julgada” (pela visão masculina da lei, da polícia e da justiça), incumbindo-lhe provar que é uma vítima real e não simulada. (ANDRADE, 2003, p. 99 *apud* ROSSI, 2015, p. 64.).

Nesta perspectiva, verifica-se que V1 e a cultura do estupro circulam nos mais diversos espaços sociais, colocando a mulher à prova. Além do estupro físico

¹³Trecho do texto *Cultura do estupro? Não imagine!*, de autoria de Lola Aronovich, publicado no blog *Escreva Lola Escreva*, no dia primeiro de agosto de 2012.

sofrido, a mulher sofre “estupro social” no sentido de que se torna alvo de dúvidas, questiona-se sua conduta pessoal e social: quando isso ocorre, não se julga mais um caso de estupro, mas o que, na mulher, provocou o caso. Social e juridicamente, há mecanismos de responsabilizar a mulher.

Em vista disso, afirma-se que, se houve qualquer ação não consensual, houve estupro e o responsável por um estupro é quem agiu sem consentimento. Deste modo, necessita-se parar de questionar a roupa, o comportamento sexual, a hora e o lugar onde a mulher estava: isso não a torna menos vítima. Ao contrário, quando estas questões são levadas em consideração para atestar ou não um caso de estupro, torna-se a mulher mais vítima ainda no sentido de que é mais uma vez violentada e desrespeitada, tendo sua palavra mais uma vez não ouvida.

a culpa de um estupro é do estuprador, jamais da vítima. Não se evita estupros não permitindo que mulheres saiam de casa; não se evita estupros cobrindo o corpo das mulheres com determinadas vestimentas; não se evita estupros culpando as vítimas pela violência sexual sofrida¹⁴.

Com base nas questões levantadas, postula-se que a violência sexual se configura como uma realidade social que precisa ser combatida. Sabe-se que todo problema apresenta uma causa e uma consequência, no mínimo. Entende-se que o modo como a sociedade está organizada, predominantemente afetada por V1, para “combater” o estupro, atacam-se as consequências e não as causas do problema. Por um lado, ensina-se a mulher a se vestir adequadamente, a não andar na rua à noite sozinha, a temer os homens de maneira geral. Por outro, prende-se acusados de estupro, faz-se justiça com as próprias mãos, agredindo homens abusadores e se cogita a pena de morte e a castração química, etc. Acredita-se que estas tentativas e/ou mecanismos de combate ao estupro não são eficazes, porque elas atacam a consequência do problema e não sua causa. Não se pretende afirmar com isso que um estuprador não mereça ser mantido recluso, mas provocar reflexões de que isso não é o suficiente: prende-se um estuprador aqui, outro caso de estupro envolvendo outras pessoas aparece ali, porque, por trás de casos de violência contra a mulher, existe uma causa e é ela que deve ser combatida a todo custo: o combate deve ser feito contra V1 que, além de subjugar a mulher e de concebê-la como submissa ao

¹⁴Trecho extraído do texto *Parem de culpar a vítima*, publicado no *blog* Ativismo de Sofá, no dia 31 de agosto de 2012, de autoria da blogueira Thaís.

homem, defende que o homem tem direitos sobre ela, podendo ordenar, ameaçar, abusar e, por fim, responsabilizá-la.

Vigarello (1998), ao traçar uma história do estupro, esclarece que os casos de estupros são marcados pela crença na superioridade masculina, que permite que o homem aja abusivamente e que a mulher, por ser mulher, seja responsabilizada pelos abusos sofridos. Questões levantadas pelo historiador acerca da violência sexual no século passado podem ser percebidas na atualidade e quase sempre apontam para, no mínimo, uma dúvida sobre a acusação da mulher. Por exemplo, os crimes sexuais contra moças virgens eram considerados piores do que aqueles praticados contra mulheres adultas: isso acontecia porque, como a virgindade era supervalorizada, tida como condição de *status* exigido para considerar uma moça “boa” para casar, roubar este “bem” significava atacar o homem da família. Neste sentido, um caso abusivo contra a mulher adulta era mais “naturalmente” ignorado, porque se questionava a conduta da mulher e a associava ao mito da *provocação feminina*, isto é, considerava-se que a mulher quis. Estas crenças deixam resquícios na atualidade, porque, por exemplo, é relativamente recente a consideração de que um abuso sexual possa acontecer no interior de relacionamentos estáveis, como um namoro ou um casamento. Frente a isso, podem-se citar duas possíveis motivações: uma está na ideia cristalizada de que, no casamento, uma das tarefas (obrigações) da mulher seja servir o marido, inclusive sexualmente; então, é tido como natural o homem desejar e a mulher ter que atendê-lo, colocando o que lhe é mais íntimo à disposição dele; a outra, por conta do mito da *provocação feminina* e pelo fato de a mulher ter tido experiências sexuais, duvida-se do fato dela não desejar uma relação sexual. De modo geral, ainda se crê que a mulher deve satisfazer sexualmente o parceiro e que, por mais que negue, ela também deseja sexo. Nas palavras de Vigarello (1998, p. 31), “a vítima que, deliberadamente já havia se entregado a outro, só poderia consentir”. É claro que as mulheres sentem desejo sexual, mas ele não está necessariamente condicionado ao desejo do homem.

A partir das considerações apresentadas ao longo desta pesquisa, verificou-se que há uma ideologia dominante que acredita e propaga a supremacia do homem em relação à mulher, conferindo-lhe determinados poderes sobre ela. A família discursiva dessa ideologia dominante, aqui exposta como FI1/S1/FD1/V1, afeta e determina as práticas discursivas de vários sujeitos, permitindo que ou violentem a mulher e/ou a culpabilizem pela violência sofrida. V1 confere poder ao homem e,

talvez, uma das maiores formas de poder sobre a mulher seja usá-la sexualmente: “o estupro é ato de sexo, tanto quanto ato de posse, exercício direto de uma ascendência, é a marca de poder” (VIGARELLO, 1998, p. 55). É neste sentido, portanto, que se defende a necessidade de lutar contra a causa do problema da violência contra mulher: luta-se contra a causa, evitam-se as consequências.

5 POR UM EFEITO DE FECHAMENTO

É chegado o momento de apresentar considerações que produzam um efeito de finalização deste trabalho, o que se considera uma tarefa complexa por algumas razões. A primeira é a certeza de que há uma complicada empreitada a ser realizada para que seja possível solucionar a problemática social referente à violência contra a mulher. Trata-se de uma jornada de luta que não começou agora; ao contrário, pelo que se pode observar na história das mulheres de Perrot (2007) e da história do estupro de Vigarello (1998), há uma batalha que é intrínseca à própria história social. Em outras palavras, por mais que produza um efeito clichê, verifica-se que há muito o que fazer para que a mulher seja respeitada enquanto sujeito que tem poder sobre si e sobre seu corpo. Se a vida da mulher de hoje for comparada com a do século passado, parece claro que houve mudanças, avanços, conquistas, mas se questiona até que ponto estas alterações realmente aconteceram. Hoje, a mulher tem mais liberdade para, por exemplo, vestir-se como quer, podendo sair na rua com um “*shorts* curto”, exibindo suas pernas; entretanto, ela não está livre de ser julgada e, até mesmo, de ser assediada por isso: “que vulgar”, “tá querendo”, “tá pedindo”, “ela mereceu”, etc.

A segunda razão é que, constituídos por um desejo fundante de completude, torna-se difícil desapegar-se e considerar finalizado algo que, pela própria natureza da escrita (da língua), produz o efeito de que há mais a ser dito. Nesta perspectiva, admite-se que há muito para ser dito a respeito da temática, bem como há que se admitir que não se esgotou o estudo do *corpus* e a possibilidade de proposição de uma teoria geral de vozes. Portanto, acredita-se que recuperar o caminho traçado até aqui possa produzir um efeito de fechamento que este espaço exige. Tomou-se como objeto de estudo os enunciados presentes nas fotografias de Grace Brown, realizadas por meio da sua atividade no projeto estadunidense *Project Unbreakable*, que visa combater a violência contra mulheres e crianças principalmente. Nas dez fotografias que constituíram o *corpus*, em que mulheres seguram cartazes com a transcrição de algo dito pelo agressor, percebeu-se uma superposição de vozes, que ecoam e produzem sentidos. Desse modo, objetivou-se, de modo geral, compreender os deslizamentos de sentidos que essas vozes e suas relações produzem e, de modo específico, perceber qual a imagem que o agressor revela de si e da sociedade ao dizer o que diz para a agredida.

As análises, ancoradas nos pressupostos teóricos da AD principalmente, permitiram perceber que os enunciados apresentam as vozes da agredida, da fotógrafa e do agressor, bem como as vozes ideológicas que os determinam. Observou-se que estas vozes relacionam-se entre si e são também atravessadas por dois pontos de vista discursivos, a saber: o da Voz ideológica 1 (V1), histórica e socialmente dominante, que defende a supremacia masculina e a objetificação da mulher; e o da Voz ideológica 2 (V2), que luta contra as determinações de V1, pois considera a mulher como ser dotada de direitos e de liberdade sobre si e seu corpo. Estas vozes ideológicas, que ressoam e significam nos discursos dos sujeitos, são resultado de um trabalho produzido pelas FIs e FDs e o Sujeito/Ideologia. Neste sentido, notou-se a existência de duas “famílias discursivas” que se embatem frontalmente: FI1/S1/FD1/V1 e FI2/S2/FD2/V2.

Para tematizar o fato e o discurso ser polifônico, apresentou-se brevemente o percurso histórico deste conceito, abordando os estudiosos que trabalharam com a noção de ‘polifonia’ e tecendo relações com o campo teórico da AD. Apresentou-se a polifonia de Bakhtin (2010), de Ducrot (1987) e a noção de heterogeneidade de Authier-Revuz (1990), verificando que, por conta de como essas teorias concebem o sujeito e o papel da ideologia, era necessário apresentar o esboço de uma teoria geral de vozes que estivesse em consonância com os pressupostos teóricos da AD.

Em vista disso, no esboço citado, considera-se que apresentar diferentes vozes é uma característica constitutiva do discurso, uma vez que ele retoma outros discursos já-ditos. Pode-se perceber, então, em um discurso, vozes dos sujeitos (v) e a Vozes ideológicas (V) que determinam esses sujeitos. Estas Vozes são fruto do trabalho realizado pelas FIs/FDs e pelos S e, por isso, sustentam seus pontos de vista. Elas podem ser percebidas (ouvidas) na materialidade discursiva por meio da voz do sujeito do discurso, que revela inconscientemente pistas das formações e Voz que o determinam e, conseqüentemente, desvela as outras formações e Vozes com as quais se confronta. As análises das SDs possibilitaram perceber que as vozes da agredida e da fotógrafa, sobredeterminadas por FI2/S2/FD2/V2, chocam-se com a voz do agressor, atravessada por FI1/S1/FD1/V1.

Além disso, as análises das SDs permitiram perceber certas regularidades no discurso do sujeito agressor. Todos os enunciados ditos para as moças agredidas pelos agressores enfatizam a relação assimétrica entre homem e mulher, sustentada por V1, revelando o tom ameaçador dos sujeitos agressores. Estes sujeitos sentem-se/assumem-se empoderados em relação à mulher e, por isso, para conseguirem o que desejam, ameaçam simbólica, psicológica e fisicamente. Neste sentido, notou-se que, ao dizerem o que dizem, os agressores se denunciam e trazem à tona questões sociais que contribuem para a objetificação e culpabilização da mulher. Eles demonstraram facetas em que ficam evidentes as ordens, as ameaças e as tentativas de se inocentarem. Eles podem até ter certa consciência acerca de ações abusivas, mas, por serem sobredeterminantemente afetados por FI1, a consciência é relativizada ao ponto de que não sejam impedidos de agirem segundo seus desejos sexuais e, principalmente, de exercício de poder sobre a mulher.

As SDs mostraram um agressor que, para se inocentar, responsabiliza sua vítima, seja de maneira velada, por meio de um jogo psicológico, seja por meio de violência bruta. É neste ponto que se pode notar como os discursos dos agressores revelam a própria organização social: duvida-se sempre da mulher, busca-se nela (em sua conduta) justificativas para um episódio abusivo. Sendo assim, verifica-se como V1 e sua “família discursiva” ainda exercem papel dominante na sociedade, alimentando uma cultura do estupro, em que a mulher não sofre tão somente um “estupro”, mas sofre também um “estupro social”, porque a sociedade, de um modo geral, como dito, procura nela argumentos para justificar uma relação abusiva.

Entende-se que V1 cristaliza a cultura do estupro, manifestando-se nas práticas sociais. Por este motivo, pode-se afirmar que ela é a *causas* da persistência da violência contra a mulher na atualidade e que se, se pretende resolver esta problemática, é necessário combatê-la.

Com base no exposto, ainda com a intenção de apresentar um efeito de fechamento, a seguir, transcreve-se o texto *Quem me estuprou* da escritora mineira Aline Valek, que desvela o que é a cultura do estupro e como ela está presente no cotidiano das pessoas, afetando principalmente a vida das mulheres:

Quem me estuprou

Hoje fui estuprada. Subiram em cima de mim, invadiram meu corpo e eu não pude

fazer nada. Você não vai querer saber dos detalhes. Eu não quero lembrar dos detalhes. Ele parecia estar gostando e foi até o fim. Não precisou apontar uma arma para a minha cabeça. Eu já estava apavorada. Não precisou me esfolar ou esmurrar. A violência me atingiu por dentro.

A calcinha, em frangalhos no chão, só não ficou mais arrasada do que eu. Depois que ele terminou e foi embora, fiquei alguns minutos com a cara no chão, tentando me lembrar do rosto do agressor. Eu não sei o seu nome, não sei o que faz da vida. Mas eu sei quem me estuprou.

Quem me estuprou foi a pessoa que disse que quando uma mulher diz “não”, na verdade, está querendo dizer “sim”. Não porque esse sujeito, só por dizer isso, seja um estuprador em potencial. Não. Mas porque é esse tipo de pessoa que valida e reforça a ação do cara que abusou do meu corpo.

Então, quem me estuprou também foi o cara que assoviou para mim na rua. Aquele, que mesmo não me conhecendo, achava que tinha o direito de invadir o meu espaço. Quem me estuprou foi quem achou que, se eu estava sozinha na rua, na balada ou em qualquer outro lugar do planeta, é porque eu estava à disposição.

Quem me estuprou foram aqueles que passaram a acreditar que toda mulher, no fundo no fundo, alimenta a fantasia de ser estuprada. Foram aqueles que aprenderam com os filmes pornô que o sexo dá mais tesão quando é degradante pra mulher. Quando ela está claramente sofrendo e sendo humilhada. Quando é feito à força.

Quem me estuprou foi o cara que disse que alguns estupradores merecem um abraço. Foi o comediante que fez graça com mulheres sendo assediadas no transporte público. Foi todo mundo que riu dessa piada. Foi todo mundo que defendeu o direito de fazer piadas sobre esse momento de puro horror.

Quem me estuprou foram as propagandas que disseram que é ok uma mulher ser agarrada e ter a roupa arrancada sem o consentimento dela. Quem me estuprou foram as propagandas que repetidas vezes insinuaram que mulher é mercadoria. Que pode ser consumida e abusada. Que existe somente para satisfazer o apetite sexual do público-alvo.

Quem me estuprou foi o padre que disse que, se isso aconteceu, foi porque eu consenti. Foi também o padre que disse que um estuprador até pode ser perdoado, mas uma mulher que aborta não. Quem me estuprou foi a igreja, que durante séculos se empenhou a me reduzir, a me submeter, a me calar.

Quem me estuprou foram aquelas pessoas que, mesmo depois do ocorrido, insistem que a culpada sou eu. Que eu pedi para isso acontecer. Que eu estava querendo. Que minha roupa era curta demais. Que eu bebi demais. Que eu sou uma vadia.

Ainda sou capaz de sentir o cheiro nauseante do meu agressor. Está por toda parte. E então eu percebo que, mesmo se esse cara não existisse, mesmo se ele nunca tivesse cruzado o meu caminho, eu não estaria a salvo de ter sido destroçada e de ter tido a vagina arrebitada. Porque não foi só aquele cara que me estuprou. Foi uma cultura inteira.

Esse texto é fictício. Eu não fui estuprada hoje. Mas certamente outras mulheres foram.

Aline Valek.

REFERÊNCIAS

ARONOVICH, Lola. **Cultura de estupro? Não, imagine!** Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/08/cultura-de-estupro-nao-imagine.html>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

Ativismo de sofá. **Parem de culpar a vítima!** Disponível em: <<http://ativismodesofa.blogspot.com.br/2012/08/parem-de-culpar-vitima.html>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). (Trad. Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi). **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. (Trad. Paulo Bezerra). 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2010.

BROWN, Grace. **Photographs**. Disponível em: <<http://projectunbreakable.tumblr.com/tagged/grace%27s-photography>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CATTELAN, João Carlos. **Colcha de retalhos**: micro-história e subjetividade. Cascavel: Edunioeste, 2008.

CATTELAN, João Carlos. O interdiscurso entre discursos. **Revista Trama**, Marechal Cândido Rondon-PR, v. 13, n. 30, p. 168-190, 2017.

DEZERTO, Felipe Barbosa. Sujeito e sentido: uma reflexão teórica. **Revista Icarahy**, Niterói-RJ, n.04, p.1-21, out. 2010.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. (Rev. Trad. Eduardo Guimarães). Campinas: Pontes, 1987.

FARIA e SILVA, Adriana Pucci Penteadó de. Bakhtin. In: Oliveira, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 45-69.

FERNANDES, Carolina. Authier-Revuz/Pêcheux: uma interface em construção. **Revista Trama**, Marechal Cândido Rondon-PR, v. 4, n. 7, p. 85-96, 2008.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Porto Alegre-RS, v. 24, n. 48, p. 1-12, jan./jun. 2010.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2015. Disponível em:

<<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/9o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. (Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio). São Paulo: Loyola, 1996.

GADET, Françoise; LÉON, Jacqueline; MALDIDIER, Denise; PLON, Michel. Apresentação da conjuntura em Linguística, em Psicanálise e em Informática Aplicada ao Estudo de Textos na França, em 1969. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. (Trad. Bethânia S. Mariani et al.). 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.p. 39-60.

GARCIA, Dantielli Assumpção; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria. A Marcha das Vadias nas redes sociais: um discurso da militância. In: **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 1041-1055, set./dez. 2014.

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. (Trad. Maria Vieira da Silva e Laura A. Parrella Paris). 4. ed. Campinas: Pontes, 2016. p. 21-54.

India's Daughter. Direção e produção de Leslee Udwin. Reino Unido: Berta Film, 2015, 58 min. Disponível em: <<https://www.netflix.com/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Instituto Avon; Data Popular. **Violência contra mulher: o jovem está ligado?** Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/pesquisas/violencia-contra-a-mulher-o-jovem-esta-ligado/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

LIMA, Marina Torres Costa. **O estupro enquanto crime de gênero e suas implicações na prática jurídica**. 2012. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas, 2012. Orientador: Prof. Me. Herry Charriery da Costa Santos.

MARIANI, Bethania; MAGALHÃES, Belmira. Lacan. In: Oliveira, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 101-122.

MARTINS, Paula. **Violência contra a mulher em universidades americanas e brasileiras**. Disponível em: <<http://www.brasileiraspelomundo.com/violencia-contra-a-mulher-em-universidades-americanas-e-brasileiras-161635614>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MESQUITA, Diana P. C. De; ROSA, Ismael F. As heterogeneidades enunciativas como aporte teórico-metodológico para a Análise do Discurso de linha francesa. **Veredas Online**, Juiz de Fora, n. 2, 2010, p. 130-141.

Nymphomaniac vol. I. Direção: Lars von Trier. Produção: Marie Cecilie Gade Louise Vesth. Dinamarca: Les Films du Losange, 2013, 241 min. Disponível em: <<https://www.netflix.com/>>. Acesso em: 05 jan 2018.

ORLANDI, Eni Pulcineli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PAUL, Henry. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. (Trad. Bethânia S. Mariani et al.). 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.p. 13-38.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. (Trad. Bethânia S. Mariani et al.). 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo? In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. (Trad. Eni Puccinelli Orlandi). 4. ed. Campinas: Pontes, 2016. p. 295-315.

PÊCHEUX, Michel. A aplicação dos conceitos da Linguística para melhoria das técnicas de Análise de Conteúdo. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. (Trad. Carolina Rodríguez-Alcalá). 4. ed. Campinas: Pontes, 2016. p. 203-226.

PÊCHEUX, Michel. A forma-sujeito do discurso. In: Pêcheux, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. (Trad. Eni P. Orlandi). Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. (Trad. Pedro de Souza). 4. ed. Campinas: Pontes, 2016. p. 55-71.

PÊCHEUX, Michel. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. (Trad. Eni P. Orlandi). 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.p. 283-294.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. (Trad. Ricardo Augusto Vieira). In: **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 4, p. 9-28, 1995.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. (Trad. Ângela M. S. Corrêa). São Paulo: Contexto, 2007.

PIRES, Vera Lúcia; TAMANINI-ADAMES, Fátima Andréia. Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. **Estudos Semióticos**. São Paulo, v. 6, n. 2, nov. 2010, p. 66-76. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/esi>>. Acesso em: 10 out. 2017.

POSSENTI, Sírio. Ducrot e a análise do discurso. In: POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, p.141-152.

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. v.3, 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.p. 353-392.

ROMAN, Artur Roberto. O conceito de polifonia em Bakhtin – o trajeto polifônico de uma metáfora. **Letras**. Curitiba, n. 41-42, 1992-93, p. 207-220.

ROSSI, Giovana. **A culpabilização da vítima no crime de estupro: os estereótipos de gênero e o mito da imparcialidade jurídica**. Florianópolis-SC: Editora Empório do Direito, 2016.

ROSSI, Giovana. **Os estereótipos de gênero e o mito da imparcialidade jurídica: Análise do discurso judicial no crime de estupro**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015, 90 f. Monografia. Bacharel em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, José Otacílio da. Althusser. In: Oliveira, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 71-100.

SOUZA, Aureci de Fátima da Costa. **O percurso dos sentidos sobre a beleza através dos séculos: uma análise discursiva**. 2004. [s.n.]. Dissertação (Mestrado em Linguística). Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, 2004. Orientadora: Profa. Dra. Eni Puccinelli Orlandi.

The Hunting Ground. Direção: Kirby Dick. Produção: Amy Ziering. Estados Unidos: The Weinstein Company, 2015, 103 min. Disponível em: <<https://www.netflix.com/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. (Trad. Lucy Magalhães). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.